

04

ISSN 2182-6560

2017



**ubimuseum**

REVISTA ONLINE  
DO MUSEU DE LANIFÍCIOS  
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



**ubimuseum**

REVISTA ONLINE  
DO MUSEU DE LANIFÍCIOS  
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

#### CONSELHO EDITORIAL

António dos Santos Pereira  
Donizete Rodrigues  
Elisa Calado Pinheiro  
Jorge Manuel Raimundo Custódio  
José Amado Mendes  
José Manuel Lopes Cordeiro  
Manuel José Santos Silva  
Maria José Ferro Tavares

#### FICHA TÉCNICA

##### Título

**ubimuseum** – revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

##### Coordenador

António dos Santos Pereira

##### Propriedade e Editor

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior  
Rua Marquês d'Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã – Portugal  
Tel. + 351 275 319724 | Fax. + 351 275 319 712 | E-mail. [muslan@ubi.pt](mailto:muslan@ubi.pt)  
<http://www.museu.ubi.pt>

##### Secretariado do Museu de Lanifícios

Helena Correia e Andreia Alves  
[muslan@ubi.pt](mailto:muslan@ubi.pt)

##### Conceção gráfica e web ubimuseum nº4

Rubrica - Sociedade de Publicidade, Imagem & Engenharia, Lda.  
[www.rubrica.eu](http://www.rubrica.eu) | [info@rubrica.eu](mailto:info@rubrica.eu)

##### ISSN

2182-6560

## Normas editoriais

Deve acompanhar a colaboração proposta: uma breve resenha biográfica do autor, com a instituição de pertença, o e-mail e telefone e a direcção de contacto.

São aceites textos em Português, Inglês, Espanhol e Francês.

Os artigos devem apresentar cinco palavras-chave e um resumo com 100 palavras e não podem exceder os 35.000 caracteres. As notas devem ser apresentadas no fim do texto, antes das referências bibliográficas.

As referências devem seguir o sistema de Harvard, último nome do autor, data da publicação e número da página e. g. (Pereira 2003: 125).

3

---

As referências bibliográficas completas devem aparecer no fim de acordo aos exemplos seguintes:

Almeida, Fernando de (1964). *Aras Inéditas, Igeditanas, Dedicadas a Marte. Um Templo de Marte, em Idanha-a-Velha*. In *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 3ª Série, 8: 65-73;

Pereira, António dos Santos (2003). *Portugal. O Império Urgente*, 2 vols.. Lisboa: INCM.

Vicens Vives, J. (1984). *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*. In António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Colectânea de Textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

**ubi**museum



## Editorial

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior  
asp@ubi.pt

### O MUSEU DE LANIFÍCIOS NOS VINTE E CINCO ANOS DE ABERTURA AO PÚBLICO

No princípio, era a lã. Na serra e nos campos, da Beira ao Algarve e ao Douro, estavam os pastos, fazia-se a tosquia dos rebanhos e apartava-se a lã grossa da fina. Na Covilhã, no Fundão e em Portalegre, havia todos os outros trabalhos que fazem um dicionário de tarefas: argueirar, escolher ou apartar, lavar em várias etapas, escarduçar, cardar, pentear, estambrar, fiar, urdir, tecer, pisoar, enfortir, tingir, tosar, espinçar, prensar, empacotar e outras como veremos adiante nas diferentes casas da Real Fábrica de Panos. Em particular, farta de água pelas suas ribeiras, a cidade da Covilhã fez-se de lã tecida com a colaboração de mestres portugueses e também estrangeiros vindos de países onde a tradição imperava, designadamente da Irlanda, e aqui fizeram escola. Porém não há cultura no nosso planeta onde esta preciosa fibra têxtil não tenha lugar. As diferentes civilizações têm-na na sua história técnica e todas as culturas se servem dela e das tarefas que ela impõe até ao pano tecido, grosso e fino, cru e tingido, nos vários âmbitos linguísticos e filosóficos, míticos, literários e artísticos. A cultura beirã de campo e serra, vale e rio, é informada por ela. Tudo na cidade é lã como lembram os antigos e canta o fado de Amália Rodrigues cujas raízes familiares se estendem de Castelo Branco ao Fundão. A Cova da Beira assimilou o melhor do Portugal do Norte e do Portugal do Sul. Não era, pois, difícil encontrar neste território peças para um Museu de Lanifícios. Difícil era levantar um edifício com espaço suficiente para o efeito. Porém tal não foi necessário pois a Covilhã, desde o século XVII, teve grandes estabelecimentos manufatureiros da lã com o brasão real, mais bem dito imperial, dado o facto de um Portugal com tal dimensão e depois os seus empresários fizeram levantar junto às suas ribeiras, alguns edifícios imensos e de bela traça. A Real Fábrica de Panos levantada por provisão régia de 1764 tinha já todas as condições para se tornar no primeiro polo de um museu dedicado à indústria que esteve na base da primeira revolução industrial que mudou o mundo e lhe

deu o conspecto que hoje apresenta ao entrar na dita quarta revolução industrial. Também não faltaram a vontade e a competência. Dois especialistas em arqueologia industrial superintenderam os trabalhos de musealização do espaço: Jorge Custódio e José Amado Mendes. Ambos nos têm socorrido para manter viva aquela área em que continuam como expoentes nacionais na revitalização dos espaços onde aconteceu a História da Indústria Portuguesa, que lhes deve muito na elaboração e reflexão: Alcântara, Moncorvo, Marinha Grande, Tomar, Coimbra e particularmente a nossa Covilhã. O trabalho devotado da Professora Elisa Pinheiro deu forma ao projeto que continua no seu formato original, bem sustentado historicamente e desenvolvido para campo de estudo da evolução da indústria têxtil em todas as suas fases tendo para o efeito sido recuperada a Real Fábrica Veiga junto à ribeira da Goldra, onde fez instalar exemplarmente todas as fases de transformação da lã em tecido e os serviços administrativos e de extensão educativa. Um campo de râmolas junto à ribeira da Carpinteira forma o terceiro polo deste Museu e completa a sua integração no todo urbano e na natureza adjacente de acentuados declives serranos. A escolha do museu para a realização de estágios académicos e profissionais e a elaboração de teses, artigos e ensaios confirmam a importância deste museu para o percebimento da evolução da indústria desde o século XVIII. No geral, todos os que se debruçam sobre a matéria e os que nos visitam realçam a excelência da opção seguida na forma de preservar o património, entendido no seu todo, natural e construído, técnico e artístico.

Comemoramos este ano os 25 anos da constituição do primeiro núcleo do Museu em 1992: a Real Fábrica de Panos. Poucos espaços e lugares cumprem tão bem, como este **monumento industrial**, de acordo ao Prof. José Amado Mendes, as funções de avivamento da **memória têxtil**. O primeiro artigo deste número da *ubimuseum*, **A Indústria em Portugal de Pombal à I República: Revolução Industrial ou Industrialização?**, retoma a conferência excelente proferida nos 250 anos daquele empreendimento pombalino que tivemos oportunidade de comemorar em 2014 com a precisão da data, em 26 de Junho, e outras realizações ao longo do ano. O autor disserta sobre o grande fenómeno da primeira grande Revolução Industrial inglesa no seu modelo original e das que depois foram identificadas na sucessão da utilização de diferentes fontes de energia e novidades técnicas e se contrapõem ao conceito e fenómeno de industrialização, no sentido de adensamento produtivo, observando o mesmo em particular no território português e fazendo a geografia da indústria transformadora portuguesa nos dois últimos séculos. O professor Amado Mendes também nos deixa uma súmula da principal bibliografia para o estudo da matéria. Porque se realizou na Covilhã, em 2016, o congresso da Associação Internacional de Cidades e Entidades do Iluminismo, motivado em muito pela ação pombalina no espaço musealizado, entrevistamos no mesmo com uma conferência cujo texto ora intitulamos: **Produzir na Covilhã: da feitoria mercantil do século XVI à Real Fábrica de Panos do século XVIII e à presença localmente de representantes do poder central**. Retomamos alguma matéria das doutrinas económicas e relevamos os bons princípios a que chegaram os diferentes mercantilismos. Em particular, confirmamos que a valorização dos recursos internos, o controlo alfandegário e as principais achegas de um tempo dito das “Luzes” também podem ser observados nesta cidade em que se nota um esforço de aperfeiçoamento em



todas as fases da transformação de matérias-primas em produtos, qualificando tanto os atos de gestão como o trabalho quotidiano e dando sentido ao agir humano. Notamos ainda que o carácter decisivo do espaço da Covilhã no ramo dos Lanifícios, desde o século XVI aos nossos dias, está bem documentado por instrumentos legislativos e institucionais, pela Arqueologia e pela História e também na Arte e no Romance. A Real Fábrica de Panos é entendida como incentivo a uma produção qualificada e a primeira grande escola industrial daquele núcleo urbano, antes do estabelecimento da Escola Industrial Campos Melo no século XIX e da Universidade da Beira Interior nos nossos dias. Em termos institucionais, tenta-se também realçar a figura do Juiz Provedor dos Panos ou Superintendente e Conservador das Fábricas de Lanifícios através da sua formulação no Regimento de 1690 e da reformulação de 1759. Juntamos ainda um texto também oportuno, **Mateus Fernandes e os motivos têxteis na arquitetura**, comemorativo dos quinhentos anos do falecimento de uma figura que, embora não confirmemos natural da Covilhã, consideramos pelo menos filho adotivo mesmo na forma da expressão artística pois levou para o lavar da pedra as sugestões têxteis. O artigo dos nossos colegas Manuel Saraiva e Ana Madalena Teixeira, **Matemática e Arte**, mostra-nos as respetivas conexões excelentemente visualizadas percebendo-se quanto a matemática é relevante para o desenho têxtil. Este artigo compõe uma peça de material didático que o Museu não pode ignorar dada a sua componente educativa. A História da Arte, em particular cisterciense, regressa na intervenção de Ana Maria Tavares Martins dando-nos conta ainda de um projeto em que o Museu de Lanifícios participou de forma recorrente, **O projeto ORFEUS e a morfologia das arquiteturas de Cister em Portugal**, e que esperamos volte a ter a Covilhã como objeto na procura da abadia perdida de Santa Maria da Estrela. Esta marcou o espaço medieval da Covilhã que a académica Maria da Graça Vicente traz de novo à colação, agora nos caminhos da identidade, em mais um precioso artigo para a História da Covilhã e da Beira em um completo título: **Território e identidade: a Covilhã medieval - a construção de um espaço identitário**. Por sermos muito sensíveis a esta matéria, foi com um regozijo imenso que inserimos aqui uma das abordagens de mais aperfeiçoada análise da obra de Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, pela doutora Ana Cristina Carvalho, elaborada no ano preciso do centenário da vida literária do romancista e intitulado: **Dos pastos de altitude às fiações industriais: ecos de ecologia humana em A Lã e a Neve**. A autora confirma este romance como um riquíssimo manancial sobre a natureza na serra da Estrela e a vida fabril dos lanifícios da Covilhã aportando uma nova ciência, a Ecologia Humana, capaz de cruzar a Climatologia e a Biologia, a História e a Sociologia, para não dizermos mais, em um texto literário cujas técnicas narrativas é capaz de trazer à colação de forma especializada como mais ninguém.

Fechamos este número com mais uma excelente colaboração da Prof. Dr.<sup>a</sup> Elisa Pinheiro, primeira diretora do Museu de Lanifícios e sua permanente inspiração, com o ensaio **A Real Fábrica de Panos, um marco histórico na paisagem industrial e cultural da Covilhã** e a novidade de nos trazer a planta de localização de três dos seus vários pisões, considerando que a mesma contribuiu decisivamente para estruturar o modelo de desenvolvimento económico de mono-indústria e notando assim a sua capacidade de polarização e de impacto na posterior história covilhanense e beirã.





# **A Indústria em Portugal de Pombal à I República: Revolução Industrial ou Industrialização?**

JOSÉ AMADO MENDES

Universidade de Coimbra

Universidade Autónoma de Lisboa

9

---

## **RESUMO**

O texto que ora se publica, revisto e aumentado, serviu de base à conferência proferida na Universidade da Beira Interior, no dia 26 de Junho de 2014, no âmbito das Comemorações dos 250 anos da Real Fábrica de Panos. Aqui se disserta sobre o grande fenómeno da primeira grande Revolução Industrial Inglesa, na sua forma primitiva. Depois, percorrem-se a segunda e a terceira e percebe-se a quarta a vir na sucessão da utilização de diferentes fontes de energia, novidades técnicas e processos produtivos. Ao conceito de revolução, contrapõe-se o conceito de industrialização, observando esta em particular no território português e fazendo a geografia da indústria transformadora portuguesa nos dois últimos séculos. Fica adiante também uma súmula da principal bibliografia para o estudo da industrialização portuguesa.

## PALAVRAS-CHAVE

Revolução Industrial, Industrialização, Geografia Produtiva Portuguesa.

## ABSTRACT

The text that is now published, revised and enlarged, it served as the basis for the conference given at the University of Beira Interior, on June 26, 2014, within the scope of the 250th Anniversary Commemorations of the Royal Textile Factory. Here we talk about the great phenomenon of the first great English Industrial Revolution, in its primitive form. Then, the second and third are followed, and the fourth is followed in the succession of the use of different sources of energy and the use of technical innovations and new productive processes. The concept of revolution contrasts with the concept of industrialization, observing this in particular in Portuguese territory and making the geography of the Portuguese manufacturing industry in the last two centuries. A summary of the main bibliography for the study of Portuguese industrialization is also presented.

## KEYWORDS

Industrial Revolution, Industrialization, Portuguese Productive Geography.

## INTRODUÇÃO

Com a queda do Antigo Regime e o advento da modernidade, operaram-se na sociedade profundas transformações políticas, culturais e socioeconómicas. Embora tradicionalmente se considerasse a Revolução Francesa de 1789 como um marco decisivo nesse processo – apontado, inclusive, como ponto de viragem entre a Idade Moderna e a Contemporânea –, o certo é que aquele evento, apesar de relevante, constituiu somente o início de um longo processo que viria a prolongar-se por cerca de um século, condicionado pelos diversos contextos em que se processou. Consoante o ponto de vista adotado podemos focar, por exemplo, as seguintes vertentes: a) esfera política, com as **revoluções liberais**; b) alterações verificadas na agricultura e no regime de propriedade, consideradas por alguns autores como a **revolução agrícola**; c) desenvolvimento dos **transportes e comunicações**, com o advento do caminho-de-ferro e da navegação a vapor; d) **revolução demográfica**; e) alteração nos **costumes e comportamentos**, com a ascensão da “burguesia conquistadora”, como lhe chamou Charles Morazé (1965); f) profundas transformações no **sector secundário**, sendo este último que aqui privilegiarei. De facto, muito da nossa qualidade de vida e bem-estar deve-se aos progressos verificados no âmbito industrial, do qual também os outros sectores – primário e terciário – têm beneficiado, em numerosos domínios (tecnologia, gestão, métodos e processos de trabalho, etc.). Todavia, antes de entrar propriamente no tema, convirá refletir um pouco sobre os conceitos, designadamente de **Revolução Industrial** e

**industrialização** que já foquei, de forma sucinta, noutros trabalhos (Mendes 1974:16-25 e 2010: 75-88). Voltarei ao assunto mais adiante mas, desde já, podem formular-se algumas questões acerca da primeira: a) quantas houve? b) quando tiveram lugar e como se caracterizaram? c) tratou-se de um fenómeno nacional ou transnacional? d) terá ocorrido uma Revolução Industrial em Portugal? Antes de responder a estas questões vejamos, de forma sucinta, o caso português.

**A INDÚSTRIA EM PORTUGAL DE FINAIS DE SETECENTOS À REVOLUÇÃO LIBERAL**

Mais do que ruturas, registou-se um *continuum*, desde o 3.º Conde de Ericeira, em finais do século XVII, até à atualidade. J. Borges de Macedo chamou a atenção para a continuidade do desenvolvimento tecnológico, independentemente do regime político vigente (Monarquia, República, Estado Novo), desde finais do século XIX até aos anos de 1930 (Macedo 1979). Nos inícios do século XVIII, celebrou-se o conhecido Tratado de Methuen, entre Portugal e a Grã-Bretanha (1703). Visou favorecer ambos os países nas trocas comerciais, designadamente a exportação de vinho de Portugal para aquele país e a importação de lanifícios britânicos. Numa interpretação tradicional, mas incorreta – além do mais porque anacrónica –, “culpava-se” o referido tratado pela não existência de uma Revolução Industrial em Portugal ou, pelo menos, pela sua industrialização tardia. Ora, deve dizer-se que, nessa altura, nem sequer a Inglaterra – “berço da dita revolução” – tinha iniciado esse processo, o que só viria a acontecer três quartos de século mais tarde (últimas décadas de Setecentos). Por outro lado, como bem observou Jorge Borges de Macedo, quando muito a vinda de tecidos britânicos apenas teria afetado a indústria dos lanifícios e, mesmo esta, praticamente só a localizada no litoral, dada a dificuldade de os tecidos importados penetrarem no interior do País, em virtude dos rudimentares meios de transporte então disponíveis (Macedo 1968 e 1982). Por sua vez, no reinado de D. João V (1707-1750), entre outras iniciativas, deve destacar-se a criação da Real Fábrica de Vidros de Coima (Concelho do Barreiro), que laborou de 1719 a 1747, e que viria a constituir os alicerces da Indústria vidreira da Marinha Grande, para onde a dita fábrica foi transferida em 1747 e onde laborou até 1767 (Mendes 2002: 55-62). No reinado de D. José (1750-1777), sob os auspícios do Marquês de Pombal, um novo impulso foi dado ao fomento industrial, com destaque para a indústria vidreira e dos lanifícios. Assim, precisamente em 26 de Junho de 1764, foi fundada a Real Fábrica de Panos da Covilhã, marco importante na industrialização da já apelidada “Manchester Portuguesa” (Pinheiro 2008). Por seu turno, cinco anos depois, mais precisamente em 7 de Julho de 1769, foi atribuído a Guilherme Stephens o alvará da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (Mendes 2002: 62-69), a qual veio a ser como que a “mãe” de muitas outras unidades vidreiras que, mais tarde, ali viriam a instalar-se. Para a transferência da indústria do vidro de Coima (Real Fábrica de Vidros) para a Marinha Grande muito contribuiu a abundância de combustível no Pinhal de Leiria ou Pinhal do Rei, tendo sido concedida a autorização a Guilherme Stephens para utilizar a respectiva lenha. Com D. Maria I, cujo reinado decorreu de 1777 a 1816, embora sob a regência do Príncipe D. João, por motivos de doença da monarca, desde os inícios dos anos de 1790, não obstante a “viradeira” do ponto de vista político, no domínio industrial, registou-se uma certa continuidade, mais do que rutura. Todavia, passou a verificar-se uma menor intervenção estatal. Com as Invasões Francesas (1807-1810), no âmbito da Guerra Peninsular, surgiram tempos difíceis, tendo ficado muitos estabelecimentos industriais em ruína ou, pelo menos, decadentes.

## PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1821-ANOS 1870)

Após algumas tentativas falhadas, finalmente, a máquina a vapor arranca em Portugal, meio século depois de ter sido patenteada, em Inglaterra, por James Watt (1769). Com efeito, além da sua utilização nos transportes navais entre Lisboa e Porto, em 1821, começou igualmente a ser utilizada na indústria, em Lisboa, na zona de Alcântara (Reis 2006). Acrescente-se, no entanto, que esse evento não significou propriamente o início da Revolução Industrial em Portugal, pois a difusão dessa tecnologia foi muito lenta, pouco ultrapassando a meia centena o número de máquinas em funcionamento no País, em

meados de Oitocentos. Porém, nas décadas seguintes (1850-1880), registou-se um certo incremento no processo de industrialização, como se comprova pela constituição do número de sociedades anónimas (embora nem todas do ramo industrial) nesse período. Por distritos, sob este ponto de vista, destacaram-se os de Lisboa, Porto e Braga (Quadro 1).

Sede	N.º	%
Aveiro	3	1,16
Beja	2	0,78
Braga	12	4,67
Bragança	4	1,56
Évora	2	0,78
Coimbra	4	1,56
Castelo branco	2	0,78
Faro	3	1,16
Guarda	1	0,39
Lisboa	116	45,13
Portalegre	3	1,16
Porto	84	32,68
Viana do Castelo	7	2,72
Viseu	2	0,78
Vial Real	5	1,95
Angra	1	0,39
Funchal	2	0,78
Londres	4	1,56
<b>Total:</b>	<b>257</b>	<b>100</b>

Quadro 1 – Sociedades Anónimas existentes em Portugal até 1875

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal. 1875*, p. 306-339.

## MEIO SÉCULO DE INDUSTRIALIZAÇÃO (1880-1930): PERSPECTIVA GLOBAL

Através do *Inquérito Industrial* de 1881 – fonte notável para o conhecimento da temática – é possível obter uma panorâmica razoável acerca da indústria nos inícios da década de 1880. Assim, verifica-se que, de um total de 1350 estabelecimentos, a sua maior concentração registava-se nos distritos de Lisboa e Porto, seguindo-se os de Castelo Branco, Guarda e Santarém. Quanto ao valor da produção, salientavam-se os distritos do Porto, Lisboa, Castelo Branco e Braga (Quadro 2 e Gráfico 1). Note-se que a indústria têxtil, na altura em expansão, muito contribuiu para o desempenho industrial nos distritos indicados, sobretudo os lanifícios nos distritos da Guarda e Castelo Branco, em especial na Covilhã e da indústria algodoeira nos distritos de Porto e Braga.

Distritos	N.º de instalações	Pessoal	Valor da produção (em contos)
Aveiro	12	1 208	228
Braga	16	1 981	1 329
Castelo Branco	74	2 845	1 651
Faro	37	1 157	707
Guarda	45	1 441	328
Leiria	35	3 252	711
Lisboa	227	11 211	10 203
Porto	556	63 104	10 216
Santarém	44	1 580	360
Outros distritos (ilhas)	304	3 219	1 595
<b>Total</b>	<b>1350</b>	<b>90 998</b>	<b>27 328</b>

Quadro 2 – A Indústria portuguesa em 1881  
Fonte: Mendes, *in* (Rodrigues e Mendes 1999: 229).



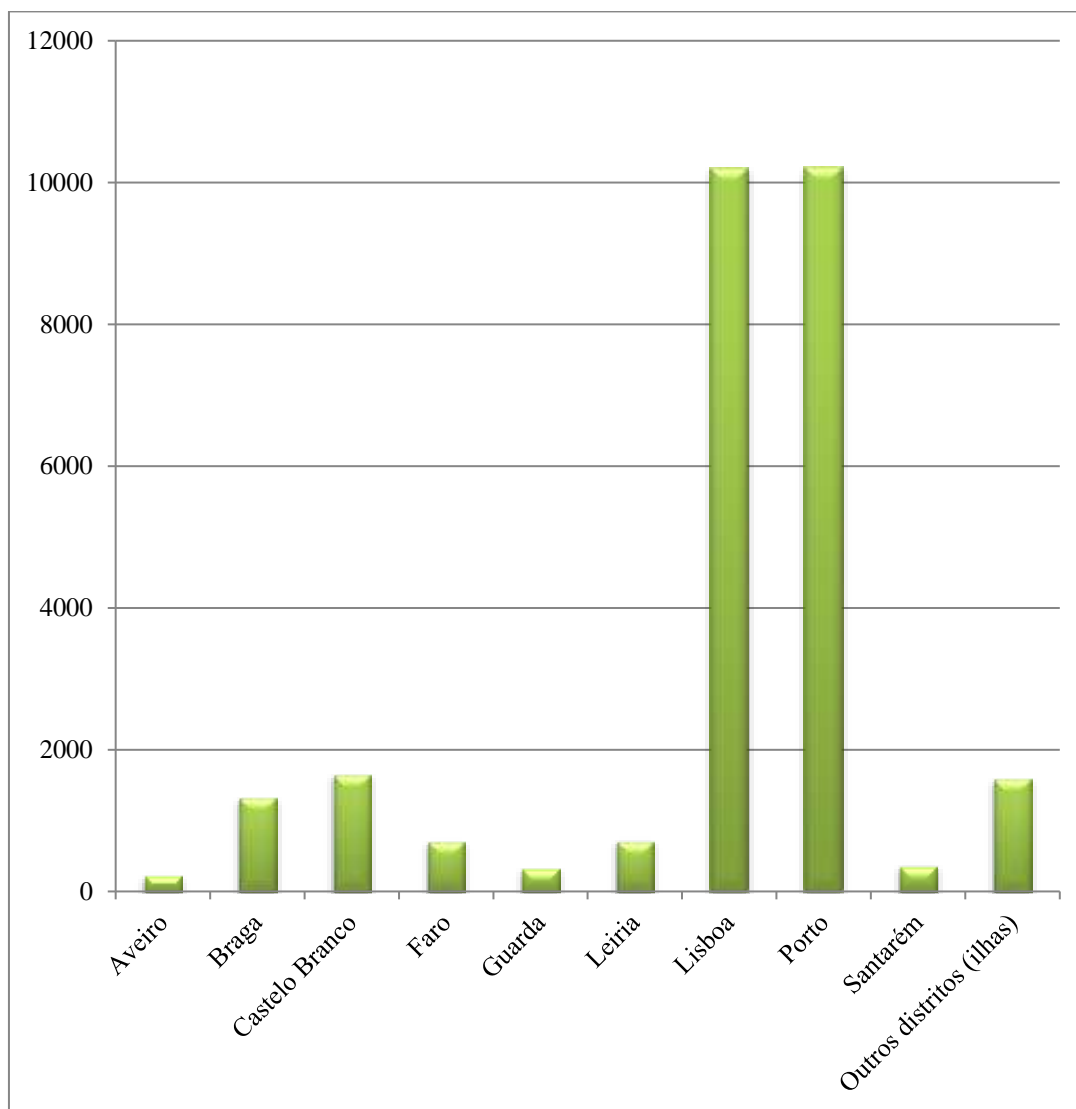


Gráfico 1 - A Indústria portuguesa em 1881: valor da produção (em contos)  
 Fonte: Mendes, *in* (Rodrigues e Mendes 1999: 229).

## DÉCADA DE 1880: AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Nos anos de 1880, começou a respirar-se, em Portugal, um ambiente favorável à industrialização, como se comprova por alguns exemplos a seguir referenciados. Apesar de ter sido criado por legislação anterior, foi de facto nessa década que se verificou o verdadeiro arranque do ensino técnico industrial, com a criação de várias escolas, em 1884. Por outro lado, foi também pela mesma altura que se realizaram diversas exposições a nível regional, as quais também contemplavam o sector secundário. Recordem-se, igualmente em 1884, as realizadas em Guimarães (da qual resultou, em grande medida, a criação da Escola Industrial de Guimarães), Aveiro e Coimbra. Foi também na mesma década que se concretizou a realização de estágios por operários portugueses em fábricas estrangeiras de referência (1884-1886), cuja seleção foi efetuada através de concurso, aberto a nível nacional (Mendes 1980: 49-51). É certo que se tratava de uma iniciativa já proposta anteriormente, mas que só alguns anos mais tarde se concretizou. Com efeito, pode ler-se nas conclusões”, na 4.ª e última parte, a páginas 300 do *Inquérito Industrial* de 1881, acima mencionado: «Que se reformem os Institutos Industriais de Lisboa e Porto, generalizando-se a instrução profissional e prática; que se ordene a publicação e tradução de livros que tratem de assuntos industriais e que se envie, a praticar nos grandes estabelecimentos fabris [estrangeiros], um certo número de operários».

## ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA TRANSIÇÃO DO SÉC. XIX PARA O XX

Foi neste período que se começaram a definir as principais zonas industriais do País, caracterizadas pela respetiva especialização. No caso do Vale do Ave, radicou-se aí a indústria algodoeira – parte da qual por transferência do distrito do Porto –, substituindo a atividade artesanal do linho, beneficiando da tradição de uma cultura técnica ancestral. Entre 1845, a criação da importante Fábrica do Rio Vizela, e 1896, instalaram-se ali dez grandes fábricas, quatro das quais precisamente na última década de Oitocentos (Alves 1999: 377 e Mendes e Fernandes 2002). Entretanto, outras indústrias se foram dispersando pelo País, em vários casos, reforçando a sua tradição e especialização já antigas, designadamente:

- Os **lanifícios**: Covilhã, Castanheira de Pera e Coimbra;
- O **vidro**: Marinha Grande, Figueira da Foz e Porto-Vila Nova de Gaia;
- **Olaria e cerâmica**: entre outras localidades, em Aveiro, Coimbra, Pombal e Caldas da Rainha;
- **Papel**: Santa Maria da Feira-Paços de Brandão, interior do distrito de Coimbra e região de Tomar;
- **Chapelaria** e o fabrico de **lápiz**: em São João da Madeira;
- **Conservas**: Matosinhos, Setúbal e Algarve;
- **Cortiça**: concelho de Santa Maria da Feira, Alentejo e Algarve (Rodrigues e Mendes 1999).

O enquadramento histórico da evolução da indústria nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX foi já feito por outros (Lains 2003; Lains e Silva 2005; e Reis, 1987. Nos alvares da I Guerra Mundial, já o panorama da indústria portuguesa patenteava um desenvolvimento considerável, se tivermos em conta o que se verificava apenas meio século antes (Quadro 3). Pelos dados apresentados, verifica-se quer uma certa proliferação de unidades industriais em número considerável, ao todo 5693 estabelecimentos, quer uma enorme preponderância das pequenas e médias empresas, cujo número de operários, por estabelecimento, era em muitos casos inferior à dezena e só raramente ultrapassava a meia centena.

Recorde-se, porém, que o avanço da industrialização no período considerado (c. 1890-1930) não se fez apenas por meio das indústrias históricas, mas também com o importante contributo de novas indústrias e o recurso a tecnologias inovadoras que iam estando disponíveis. Quanto às primeiras, recordem-se os **produtos químicos** com destaque para os adubos, graças aos progressos da CUF, com o dinamismo de Alfredo da Silva, após a transferência da empresa para o Barreiro em 1908 (Faria e Mendes 2010) e os **cimentos** com Henrique Sommer e José Osório da Rocha e Melo, em Maceira Liz, cujas instalações foram inauguradas em 1923, depois da implantação das de Alhandra e Outão. Relativamente às tecnologias, verificou-se nesse período a difusão das seguintes que muito contribuíram para o aumento da produção e da produtividade:

- **Têxtil**: fiação e tecelagem mecânicas;

- **Papel:** máquina de papel contínuo e pasta de celulose como matéria-prima, em substituição do tradicional trapo;
- **Vidro:** forno a tanque e fabrico semiautomático, seguido do automático posteriormente (anos 1950-60);
- **Conservas:** lata soldada (Macedo 1979);
- **Cerâmica:** fabrico mecânico e novos produtos, como a telha Marselha, vinda de França, e o tijolo furado (Rodrigues e Mendes 1999).

Circunscrição/Distrito	n.º de Estabelecimentos	Força motriz - n.º de Motores	Potência	n.º de Operários	n.º de operários por estabelecimento
1.ª - Braga	103	137	6 050,5	6 615	64,2
1.ª - Porto	559	614	24 737,2	25 392	45,4
1.ª - Vila Real	9	6	89	49	5,4
1.ª - Bragança	11	10	193	36	3,2
2.ª - Aveiro	211	77	2 491	4 949	23,4
2.ª - Viseu	66	19	363	613	9,2
2.ª - Guarda	83	118	2 219,55	2 583	31,1
2.ª - Castelo Branco	135	172	3 303	3 997	29,6
2.ª - Coimbra	127	78	2 245,75	2 495	19,6
3.ª - Lisboa	1 821	-	-	46 967	25,7
3.ª - Leiria	167	-	-	2 410	14,4
3.ª - Santarém	219	-	-	3 735	17
3.ª - Portalegre	61	24	1 240,50	1 606	26,3
4.ª - Évora	48	61	820	464	9,6
4.ª - Beja	20	37	891	246	12,3
4.ª - Faro	92	77	1 135	5 019	54,5
5.ª - Angra do Heroísmo	572	229	602	1 377	2,4
5.ª - Ponta Delgada	865	495	1 672,5	3 361	1,5
5.ª - Horta	524	175	453,75	948	1,8
<b>Total</b>	<b>5693</b>	<b>2329</b>	<b>48 506,75</b>	<b>112 862</b>	<b>396,6</b>

Quadro 3 – A indústria em Portugal nos inícios da I República (1910-1914)

Fonte: Mendes, *in* (Rodrigues e Mendes 1999: 265)

Sob a perspetiva tecnológica, Portugal, como país “retardatário” em termos de industrialização, pôde beneficiar das inovações já disponíveis no mercado, o que lhe trouxe algumas vantagens. Por exemplo, em termos energéticos, verificou-se um fenómeno curioso, que foi o aproveitamento, quase em simultâneo, de três tipos de energia: hidráulica, a vapor e elétrica. Assim, tendo o arranque da industrialização começado sobretudo à custa da roda e da turbina hidráulicas até meados de Oitocentos, quando a máquina a vapor se difundia pelo País, na segunda metade do século XIX, surgiu a eletricidade, com vantagens consideráveis, o que fez diminuir o período do “reinado” do vapor na indústria portuguesa.

## PROTAGONISTAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Para o desenvolvimento industrial registado contribuíram óbvia e decisivamente os diversos intervenientes – empresários, técnicos e operários –, embora com destaque para os primeiros, a quem coube, em última análise, a decisão de criar as empresas e instalar as respectivas fábricas nas localidades onde investiram. Não obstante o seu papel crucial no processo de desenvolvimento, o respetivo estudo não tem despertado grande interesse por parte dos investigadores, salvo raras exceções. De muitos deles, pouco ou nada sabemos, sendo também patente a ausência da maior parte dos seus nomes, em instrumentos de trabalho como enciclopédias e dicionários. Para essa relativa indiferença têm contribuído, sobretudo, dois fatores: a) um de carácter ideológico, como têm constatado vários autores – também relativamente a outros países –, pelo facto de os empresários se encontrarem do “outro lado da barricada”, isto é, do lado do capital e não do lado do trabalho, o que não agrada aos ideais de influência marxista; b) outro científico ou metodológico, que tem levado à não valorização da biografia, uma vez que o individual não permite fazer ciência, pelo que se têm privilegiado os fenómenos de massa, suscetíveis de tratamento estatístico. No entanto, já Ferreira Dias, em meados dos anos de 1940, chamava a atenção para alguns dos empresários mais emblemáticos, nos seguintes termos:

Quem garantiu o êxito a Alfredo da Silva quando em 1907 empreendeu a grande obra do Barreiro, a maior unidade industrial portuguesa, que dá hoje trabalho a 5000 pessoas? (Faria e Mendes 2010) Quem garantiu o êxito a Narciso Ferreira quando, em 1900, com a primeira fábrica algodoeira, lançou os fundamentos do que é hoje a risonha povoação de Riba d’Ave? Quem garantiu o êxito a Henrique Sommer quando, em 1920, pôs de pé a admirável obra da Maceira [fábrica de cimento, em Maceira-Liz, inaugurada em 1923]? Quem levou estes três homens (para só falar dos que já morreram) à situação de merecerem o reconhecimento dos portugueses pelos instrumentos de riqueza que criaram?

E responde o autor: «Levou-os a sua intuição, esta guarda avançada do raciocínio mais lesta e mais segura do que êle» (Dias Júnior 1945: 208-209). Muitos outros nomes de industriais se poderiam referir, tanto nacionais com estrangeiros que, por motivos diversos, resolveram investir no sector secundário. Apenas a título exemplificativo – além dos já referidos por Ferreira Dias –, recorro os seguintes nomes, uns mais e outros menos conhecidos, cuja investigação urge prosseguir, não apenas em relação aos “grandes patrões da indústria portuguesa” (Mónica 1990), mas também no que concerne aos pequenos e médios empresários como tem sido feito (Mónica 1887 e Lisboa 2002):

- **Metalurgia:** João Burnay; fundadores da Companhia Aurifícia, no Porto em 1869, Joaquim Rodrigo Pinto, Pedro Augusto da Costa e Miguel Gonçalves Curado da Silva; Eduardo Duarte Ferreira que instalou uma importante fábrica de máquinas agrícolas no Tramagal.

- **Têxtil algodoeira:** além da “dinastia” iniciada, iniciada por Narciso Ferreira, José Lourenço Soares, dito “brasileiro” que fundou a Fábrica do Bugio, em 1877 e Manuel Alves Salazar que instalou a Fábrica do Caído em 1873, no Vale do Ave.
- **Lanifícios:** Mendes Veiga e Campos Mello na Covilhã, Planas Dória em Coimbra.
- **Vidro:** Famílias Barosa, Ricardo Gallo, Beltrão e Magalhães na Marinha Grande, Dâmaso em Vieira de Leiria e Barbosa e Almeida em Porto-Vila Nova de Gaia;
- **Papel:** Domingos Ardisson que fundou, precisamente na nascente do Rio Almonda nas proximidades de Torres Novas, uma fábrica, onde a atual RENOVA mantém a laborar uma das suas unidades.
- **Cortiça:** antes do domínio da “dinastia” Amorim, os ingleses Robinson e Reynolds, no Alentejo, e Clemente Menéres, em Romeu (Trás-os-Montes).
- **Moagem:** Manuel Mendes Godinho que se estabeleceu em Tomar, dando origem à Sociedade Manuel Mendes Godinho & Filhos que muito fez pela cidade.



## REVOLUÇÃO/REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS E INDUSTRIALIZAÇÃO

Após esta incursão pela evolução histórica da indústria em Portugal, voltemos às questões formuladas no início. Em 1769, James Watt (1735-1819) patenteou a sua máquina a vapor em Inglaterra, dando assim início ao processo que, logo três décadas depois, começou a ser identificado como Revolução Industrial, expressão inicialmente utilizada por Otto, enviado de Inglaterra a Berlim, em 1799, e mais tarde estudada, de forma aprofundada e sistemática, por P. Mantoux (1906) e outros autores. Esta foi a **primeira**, sendo caracterizada pelo uso da energia a vapor, a exploração do carvão em larga escala, como fonte energética, e o incremento de várias indústrias, em especial a têxtil e a metalúrgica e, no sector dos transportes, o comboio. Cerca de 1870, uma nova revolução industrial se verificou, a **segunda**, que teve como principais suportes, em termos de energia, a eletricidade, o motor de combustão interna, elemento-chave na indústria automóvel, e o desenvolvimento da indústria química e outras com ela relacionadas. Por último, a partir dos anos de 1940, mais uma revolução industrial, a **terceira**, no âmbito da qual exerceram papel preponderante a energia nuclear, as telecomunicações, a aviação, as viagens interplanetárias e as tecnologias informáticas, com destaque para a Internet. Não obstante o conceito de “Revolução Industrial”, por vezes considerada como única e não na sua tripla vertente, se ter generalizado e aplicado a vários países – funcionando como um espécie do “tipo ideal” weberiano –, ultimamente alguns investigadores têm alertado para o seu uso indevido, quando aplicado a certos países. Assim, ele usa-se com propriedade para o caso inglês – “berço” da dita Revolução industrial –, pela sua precocidade em finais de Setecentos, intensidade e ritmo que fizeram da Grã-Bretanha, em apenas três ou quatro décadas, um país totalmente diferente. No contexto de diversos outros países, o fenómeno manifestou-se de forma diferente, ou seja, mais tarde, a um ritmo moderado e diluído num tempo longo. Foi o que se verificou, por exemplo, em Espanha e Portugal, o que levou Jordi Nadal a falar de “revolução fracassada” (Espanha) e Vitorino Magalhães Godinho de “revolução irrealizada” (Portugal). Assim, a estes e outros casos, aplica-se mais apropriadamente o conceito de **industrialização**.

## O CASO PORTUGUÊS

Tem havido hesitações e divergências entre alguns autores quanto ao facto de ser ter verificado, ou não, uma Revolução Industrial em Portugal. Por exemplo, enquanto J. Borges de Macedo entendia que se desconhece quando a Revolução Industrial havia sido introduzida em Portugal, já César das Neves aponta para uma clara “descolagem” ou seja o *take off* da Revolução Industrial) só depois de 1950, nos já chamados “trinta anos de ouro” da economia portuguesa das décadas de 1950-inícios da de 1970. Face ao exposto podemos concluir o seguinte:

- De facto, se tivermos como referência o modelo britânico, não tivemos uma Revolução Industrial em Portugal;
- No caso de Portugal, como de vários outros países, adequa-se melhor o conceito de **industrialização**, isto é um desenvolvimento mais tardio, lento, mas continuado do processo evolutivo da indústria nacional;

Se, apesar do que se acaba de expor, desejarmos identificar épocas de maior aceleração nesse percurso, apresentando alguma analogia com a Revolução Industrial, podemos distinguir três períodos: a) 1821-1851, aplicação da máquina a vapor à indústria e início, embora pouco significativo, da sua difusão; b) 1852-1930, no qual se verificaram consideráveis progressos. O panorama industrial português, em 1930 (Quadro 4), não tinha qualquer semelhança com o que se verificava nos inícios do Liberalismo (1820), quando ainda era tipicamente o do antigo Regime; c) 1945-1973, uma nova aceleração se registou, como se disse anteriormente.

Distritos	Alimentação	Metallurgia	Madeira e Mobiliário	Vestuário, Peles e Aderços	Química	Cerâmica	Têxtil	Gráficas	Electricidade	Cortiça	Papel	Construção Naval	Vidro	Diversas
Aveiro	701	251	154	146	90	49	30	19	4	24	18	3	7	73
Beja	469	37	40	7	4	1	-	-	1	8	-	-	-	16
Braga	305	203	159	96	116	5	101	13	4	-	4	-	-	63
Bragança	31	20	3	14	8	1	3	1	2	-	-	-	-	3
Castelo Branco	840	152	60	115	26	16	153	5	1	3	-	-	-	56
Coimbra	1 429	273	149	184	112	70	24	36	4	1	3	2	2	216
Évora	653	200	188	56	27	163	4	9	3	79	-	-	-	100
Faro	1 372	190	221	86	69	119	37	24	6	138	-	13	-	74
Guarda	301	95	26	54	18	9	104	6	5	-	-	-	-	40
Leiria	695	95	33	28	51	67	61	12	3	-	-	-	11	37
Lisboa	916	753	680	428	174	113	98	177	38	44	30	6	1	400
Portalegre	498	103	111	48	14	65	5	10	1	8	-	-	-	64
Porto	820	860	1 033	479	293	83	235	127	34	9	30	16	9	791
Santarém	1 184	61	36	23	33	78	8	9	1	7	5	-	-	43
Setúbal	601	93	79	24	35	27	5	9	1	111	-	11	1	42
Viana do Castelo	181	68	47	38	54	9	2	4	1	-	-	-	-	13
Vila Real	98	61	34	50	26	3	3	3	1	-	-	-	-	21
Viseu	572	136	83	120	59	7	4	7	-	-	2	-	-	49
Total	11 666	3 651	3 136	1 996	1 209	885	877	471	110	432	92	51	31	2 101

Quadro 4 – Estabelecimentos industriais no Continente em 1930  
Fonte: Marques e Rollo, *in* (Marques e Serrão, dir., 1991:132).

## A CONCLUIR

Antes de concluir, passo a enumerar alguns temas cuja investigação deverá ser incrementada, dada a sua relevância e pelo facto de ainda não estarem devidamente esclarecidos:

Qual o papel desempenhado pelos industriais, a nível nacional, regional e autárquico, para o desenvolvimento das áreas onde instalaram as suas indústrias? Um caso paradigmático da história recente, mas não único, é o do empresário Rui Nabeiro, em Campo Maior.

Sobretudo numa primeira fase (1850-1930), que função tiveram, na industrialização portuguesa, os contributos de empresários, gestores e técnicos estrangeiros, a nível tecnológico, do *know-how* e da gestão?

Foram esses contributos positivos ou negativos? Este último ponto de vista foi defendido por autores que consideravam ter sido a dependência da Grã-Bretanha a responsável pelo refrear do nosso desenvolvimento industrial, desde o longínquo Tratado de Methuen (1703).

Como é que a formação dos empresários, gestores e técnicos foi evoluindo e através de que meios foi sendo adquirida?

Que estratégias foram maioritariamente adotadas pelos empresários, para que os projetos por eles lançados pudessem manter-se no seio dos próprios “clãs”, contrariando assim, na linha de sucessão, a chamada “lei das três gerações”?

## BIBLIOGRAFIA

(Alguma indicativa para estudos a fazer)

Alves, Jorge Fernandes (1999). Uma nebulosa a noroeste. A indústria algodoeira. *Ler História*, 36: 83-123.

Amaro, António Rafael (2006). *Economia e desenvolvimento na Beira Alta. Dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

CHampalimaud, António (1972). *A herança Sommer. Aspectos desconhecidos*. 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Europa-América.

Cordeiro, José Manuel Lopes. Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX. (1999), *Análise Social*, vol. XXI (136-137): 313-342.

Custódio, Jorge (coord.) (1994). *Empresariado Português. Uma abordagem às suas realizações*. Porto: Associação Industrial Portuense.

Dias Júnior, J. N. Ferreira (1945). *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*. Vol. I [e único], Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Faria, Miguel Figueira de; e Mendes, José Amado (coord.) (2010). *Actas do Colóquio Internacional "Industrialização em Portugal no século XX. O Caso do Barreiro"*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa/Instituto de Investigação Pluridisciplinar.

Fernandes, Filipe S. (2003). *Fortunas & Negócios. Empresários Portugueses do século XX*. Lisboa: Oficina do Livro.

Filipe, Alda Mourão (2001). *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*. Diss. de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (mimog.).

Fonseca, Hélder Adegar (1996). *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Fortuna, Carlos (1993). *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Ed. Afrontamento.

Guimarães, Gonçalves (1997). *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia. Livro do Centenário da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia. 1897-1997*. Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia.

Guimarães, Paulo Eduardo Marques da Costa (2003). *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960). Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto*

*regional no Portugal contemporâneo*. Évora (Diss. de doutoramento, apresentada à Universidade de Évora, mimeog.).

*Inquérito Industrial* (1881-1883). 6 vols. Lisboa: Imprensa Nacional,

*Inquérito Industrial de 1890* (1891), vol. IV: *Indústrias fabris e manufactureiras (Inquérito de Gabinete)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Lains, Pedro (1995). *A Economia Portuguesa no século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo. 1851-1913*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Lains, Pedro (2003). *Os Progressos do Atraso. Um Nova História Económica de Portugal. 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Lains, Pedro (2005). Indústria. in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal. 1770-2000*, vol. II: *O Século XIX*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

Landes, David S. (2001). *A riqueza e a pobreza das Nações. Por que são uma tão ricas e outras tão pobres?* (trad. do inglês). Lisboa: Gradiva.

Lima, Nuno Miguel (2009). Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista. *Análise Social*, vol. XLIV (192): 565-588.

Lisboa, Manuel (2002). *A indústria portuguesa e os seus dirigentes. Crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*. Lisboa: Educa.

Macedo, Jorge Borges de (1968), Methuen, Tratado de (1703). in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 49-55.

Macedo, Jorge Borges de. Um centenário inesperado?. in *Diário de Notícias*, n.º 40 463, de 2 de Outubro de 1979.

Macedo, Jorge Borges de (1982). *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa, 1989.

Macedo, Jorge Borges de (1982), *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.ª ed., Lisboa, Quercus.

Macedo, Jorge Borges de (1979). A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo. *Economia*, vol. III, n.º 3: 427-453.

Madureira, Nuno Luís (1998). O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). *Análise Social*, vol. XXXIII (148): 777-822.



Mantoux, Paul. *La Révolution Industrielle au XVIII.<sup>e</sup> siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre*. Paris : E. Génin, 1973 (1.<sup>a</sup> ed., 1906).

Marques, A. H. de Oliveira (1973). *História de Portugal*, vol. II: *Das Revoluções Liberais aos nossos dias* (1973). Lisboa: Palas Editores.

Marques, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal. Da Monarquia para a República* (1991). Vol. XI da *Nova História de Portugal* (dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa: Editorial Presença.

Mendes, José M. Amado (1980). Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira do século XIX. in Reis et al. (coord.), *O Século XIX em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*. Lisboa: Ed. Presença/Gabinete de Investigações Sociais, pp. 31-52.

Mendes, José Amado (1984). *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Mendes, José Amado (1993). Etapas e limites da industrialização. Torgal, Luís dos Reis e Roque, João Lourenço (coords.), *O Liberalismo (1807-1890)* (1993). Vol. V da *História de Portugal* (dir. por José Mattoso). Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 355-367.

Mendes, José Amado e Fernandes, Isabel (coords.) (2002). *Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro*. 2 vols., Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.

Mendes, José Amado (2002). *Indústria do Vidro e do Cristal em Portugal*. Lisboa: Ed. INAPA.

Mendes, José Amado (2010). Industrialização ou Revolução Industrial em Portugal? Uma interpretação», in FARIA, Miguel Figueira de MENDES, José Amado (coord.), *Actas do Colóquio Internacional "Industrialização em Portugal no século XX. O Caso do Barreiro"*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa/Instituto de Investigação Pluridisciplinar, p. 75-88.

Mendes, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coords.). *Estudos do século XX*. n.º 4: *Empresas e Empresários*. Coimbra: Quarteto.

Mónica, Maria Filomena (1987). Capitalistas e industriais (1870-1914). *Análise Social*, vol. XXXIII (99): 819-863.

Mónica, Maria Filomena (1990). *Os grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa: Publicações D. Quixote.

Morazé, Charles (1965). *Os Burgueses à Conquista do Mundo. 1780-1895* (trad. do francês). Lisboa-Rio de Janeiro: Ed. Cosmos, 1965.

Pinheiro, Elisa Calado (coord.) (2008). *Rota da Lã Translana. Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal). Comarca Tajo-Salor-Belemonte (Espanha)*. Vols. I e II. Covilhã: Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Reis, António Estácio dos (2006). *Gaspar José Marques e a máquina a vapor: sua introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

Reis, Jaime (1986). A produção industrial portuguesa, 1870-1914: a primeira estimativa de um índice». *Análise Social*, vol. XX (94): 903-928.

Reis, Jaime (1987). A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*, vol. XXIII, 1987: 207-227.

Roche, Daniel (1998). *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (sécs. XVII-XIX)*. Trad. do francês., Lisboa: Ed. Teorema.

Rodrigues, Manuel Ferreira (1996). Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923. (1999). *Análise Social*, vol. XXXI (136-137): 631-682.

Rodrigues, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado (1999). *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*. Mem Martins: Associação Industrial Portuguesa/Publicações Europa-América.

Rodrigues, Manuel Ferreira (2010). *Empresas e Empresários das indústrias transformadoras na Sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1912*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência, Tecnologia e ensino Superior.

Rollo, Maria Fernanda, «Indústria», ROLLO, Maria Fernanda (coord. geral) (2013), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa: Assembleia da República /Divisão de Edições, 2014, p. 431-439 (ver também, na mesma obra: «Industriais», p. 444-449; «Inquérito Industrial de 1917», p. 453-457; «Metalurgia», p. 857-861; e «Moagem», p. 959-967).

Simões, Nuno (1944). Uma grande indústria nacional, concentrada no Norte. *Indústria Portuguesa*, ano 17.º, n.º 202.



## **Produzir na Covilhã: da feitoria mercantil do século XVI à Real Fábrica de Panos do século XVIII e à presença local de estrangeiros e de representantes do poder central**

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA  
Universidade da Beira Interior  
asp@ubi.pt

### RESUMO

Os bons princípios económicos a que chegaram os diferentes mercantilismos em particular a valorização dos recursos internos e o controlo alfandegário e as principais achegas de um tempo dito das “Luzes” colaboraram no sentido da valorização do homem e do trabalho qualificado. O carácter decisivo do espaço da Covilhã no ramo dos Lanifícios, desde o século XVI aos nossos dias, está bem documentado por instrumentos legislativos e institucionais, pela Arqueologia e pela História, também pela Arte e pelo Romance. A Real Fábrica de Panos é entendida como incentivo a uma produção qualificada e a primeira grande escola industrial daquele núcleo urbano, antes do estabelecimento da Campos Melo no século XIX e da UBI nos nossos dias. Em termos institucionais, tenta-se aqui realçar a figura do Juiz Provedor dos Panos ou Superintendente e Conservador das Fábricas de Lanifícios através da sua formulação no Regimento de 1690 e da reformulação de 1759.

## PALAVRAS-CHAVE

Mercantilismos, Iluminismo, Espaço-produtivo, Fronteira, Balança comercial, Marquês de Pombal.

## ABSTRACT

The good economic principles of the different mercantilisms, in particular the valorization of internal resources and customs control, and the main concerns of a time known as the "Lights", contributed to the valorization of man and qualified labor. The decisive character of the space of Covilhã in the sector of the Woolen, from the sixteenth century to our days, is well documented by legislative and institutional instruments, Archeology and History, also by Art and Romance. The Real Fábrica de Panos is understood as an incentive to a qualified production and the first great industrial school of that urban nucleus, before the establishment of the Campos Melo School in the nineteenth century and the University of Beira Interior in our days. In institutional terms, it is tried to emphasize here the figure of the Judge Provedor of Panos or Superintendent and Conservative of the Factories of Woolen through its formulation in the Regiment of 1690 and the reformulation of 1759.

## KEYWORDS

The different mercantilisms, Illuminism, Space-production, Frontier, Trade balance, Marquês de Pombal.

31

---

## INTRODUÇÃO

Reproduzimos também aqui com leves alterações o texto que enviamos para as atas do congresso das cidades do iluminismo realizado na Covilhã recentemente por força da temática inserta ou seja os lanifícios covilhanenses. Estes são a razão de existir da *ubimuseum* pelo que acedemos à solicitação do secretariado da revista em publicar esta matéria. Com efeito, o burgo covilhanense nasceu no preciso ponto onde milenarmente os rebanhos tomavam a subida da serra e dela desciam. A racionalidade humana acontece melhor quanto mais se adequa aos ritmos da natureza e se ajusta aos recursos que esta proporciona, a Covilhã é a prova viva deste ajustamento. A dimensão e a excelência dos recursos fizeram com que a sua capacidade produtiva adquirisse a dimensão nacional. Não admira pois que os seus senhores a privilegiassem com uma feitoria régia, a antepassada das fábricas reais e sempre aqui houvesse representantes do poder central em nome da qualidade e da razão de produzir.

**PRODUZIR SEGUNDO OS DESÍGNIOS MERCANTIS E COM A PRESENÇA DE AUTORIDADES REGULADORAS ATÉ AOS NOSSOS DIAS**

Um dos mais conceituados estudiosos do século XVIII português, Jorge Borges de Macedo, ao pressentir, no quadro da nossa pós-modernidade, a necessidade de uma estratégia de defesa da Sociedade Ocidental, apelava para a racionalização do concreto, perante o desenvolvimento da ameaça que sobre ela pairava e sabemos paira das armas de extinção maciça e do terrorismo urbano, fenómenos que questionam os valores indiscutíveis a que se chegara há cerca duzentos e cinquenta anos nos precisos termos das declarações de direitos do homem, então formuladas, mas enraizadas, no respetivo assento ideal, nos textos clássicos, bíblicos, particularmente cristãos, antigos, medievais e modernos, e percebidos nos humanistas na esteira do *De Hominis Dignitate* (1486) de Pico della Mirândola (1463-1494) no século do Renascimento e dos Descobrimentos, entre eles a liberdade e a responsabilidade, a fraternidade, a segurança e a paz. Obviamente, a racionalização do concreto ganha em português lusitano o significado da capacidade de gestão dos desígnios humanos dando-lhe, portanto, sentido positivo. Dissertava o ilustre professor sobre o conceito de Mundo Português e via nele um paradoxal processo de desvalorização da esfera política ao longo dos séculos XIX e XX em que afinal aqueles valores devem ser enquadrados constantemente para inverter tal degradação em um mais sábio modelo como Santo Agostinho fizera ao neoplatonismo de Plotino ao revertê-lo no mistério de Cristo Redentor. Questionava em particular os suportes epistemológicos da análise histórica, remetendo fundo a Hegel e a Marx, no século XIX, e a um conjunto mais largo de filósofos e historiadores que fizeram escola no decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando ele mesmo trouxera à colação *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, que muito interessa à Covilhã, por justificar a sua presença na Associação Internacional das Cidades e Entidades do Iluminismo (AICEI). Aprendemos que a segunda metade do século XVIII foi um tempo de grandes alterações económicas, institucionais, políticas, culturais e sociais, promovidas pela revolução industrial inglesa, pela independência americana e pela revolução francesa. Por seu turno, em termos doutrinários, as novidades do fisiocratismo e do liberalismo económico são o epílogo dos diferentes mercantilismos europeus. Nós entendemos estes como as primeiras grandes manifestações de racionalidade económica com matizes diferentes de Estado para Estado: o precoce bulionismo ibérico, que realçava o facto da necessidade de uma boa moeda; o industrialismo francês colbertiano, que insistia na exigência da qualidade dos produtos; e o mercantilismo/comercialista, anglo-holandês, que já apontava a política de acerto das balanças comerciais. Para o sucesso, bastava caldeá-los e acreditar no homem, que foi o que os primeiros liberais fizeram. Eram, pois, retomados os temas da História Económica e Social, que observa e reflete, no tempo, a relação dos homens com os recursos naturais que sustentam a sociedade na perspetiva de esta se fazer com racionalidade, equilíbrio e ordem ou de forma adequada, passe o pleonismo. O mercantilismo ibérico foi desenvolvido particularmente no século XVI no afã de conservar dentro das fronteiras nacionais a boa moeda que se esvaziava para os espaços mais industriais que produziam os bens que os reinos implicados na abertura das rotas do mundo deixavam de produzir por desagregação produtiva das suas antigas comunidades de mesteirais. A partir de um determinado tempo, começou a ser difícil substituir as mestrias embarcadas nas naus e nos galeões e os impérios ficaram com pés



de barro. Vitorino Magalhães Godinho explicou bem os contornos da grande crise de meados do século XVI. Porém, o mercantilismo não forma uma teoria sistemática, antes é um conjunto doutrinário evolutivo no sentido de resolver questões imediatas que, todavia, lançou os pressupostos da economia clássica assente em equilíbrios e que proporcionou o sucesso do liberalismo económico. Este sempre insistiu, mais do que no *laissez faire, laissez passer*, no equilíbrio da balança comercial para evitar a fuga da boa moeda. Aquela doutrina promoveu o estabelecimento de tratados para regular as relações internacionais, favorecendo a diplomacia e obstando à guerra em particular entre vizinhos. Em simultâneo, procedia-se à defesa do conjunto harmonioso da economia na perspetiva tradicional em que a agricultura, a indústria e o comércio se devem complementar em um determinado espaço a fim de garantir o bem-estar das respetivas populações pela abundância próxima de bens. Competia ao Estado assegurar uma boa moeda e defendê-la como a forma superior de riqueza. A população devia ser organizada e disciplinada e a indústria favorecida, concentrando-se as atividades em manufaturas que eliminassem os desperdícios, favorecessem as aprendizagens e criassem tradição. O reforço do aparelho de Estado tornava-se uma necessidade sendo possível concluir que esta perspetiva era ainda mais imperiosa em Portugal quando tudo ameaçava ruir em meados do século XVIII, naturalmente, pelo trágico sismo, conjunturalmente, por desequilíbrios nas acelerações produtivas em outros espaços, particularmente na Inglaterra, e mais ainda pelas revoluções de índole política e anticolonial e sociais, que impunham transformações nas estruturas ditas de Antigo Regime. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) entra também nesta charneira de mudança e implicou um número tão largo de nações que alguns teimam em considerá-la mundial. Os ambientes de crise, de guerra e apocalipse são favoráveis à implementação de reformas. A asserção era confirmada tanto na longa duração como no tempo curto na Covilhã. Desde logo, pelas medidas pombalinas que concerniam a ela de imediato e provavam a considerável importância política e produtiva deste espaço no interior do país desde os primórdios da nacionalidade. D. Sancho I esteve aqui por duas vezes e reforçou os poderes do pretor da Covilhã quando foi preciso redefinir a fronteira face aos almóadas na sua grande arremetida de 1190. Depois da peste negra, em meados do século XIV, D. Afonso IV fez estabelecer no seu burgo um juiz de fora com larga autoridade supra concelhia na primeira modernização do aparelho judicial implantado no país com uma importância acrescida que lhe foi dada pelo Regimento dos Panos como veremos em 1690. D. João I deu nova vitalidade à sua feira anual transferindo-a para o mês de Santiago e concedeu-lhe um senhorio forte na conjuntura da partida para Ceuta na figura do Infante D. Henrique fazendo dela a mais importante base interior dos descobrimentos marítimos. No reinado de D. João III, seguramente antes de 1528, é reforçado o setor transformador local ao ser criado o cargo de feitor dos panos aqui na Covilhã. D. Sebastião deu-lhe o primeiro regimento dos panos em 1573 antes da aventura africana em que se envolveu. A Restauração de 1640 exigiu a criação de suportes económicos portugueses através da criação de fábricas que pudessem garantir a qualidade dos panos de lã portugueses contra a concorrência dos que vinham de fora e esvaziavam o reino de boa moeda e fez levantar no burgo serrano o primeiro estabelecimento fabril régio dito “Fábrica de Sarjas e Baetas” em 1677. Já em meados do século XVIII, depois do sismo, maremoto e incêndio de Lisboa, em 1759, com Pombal ao leme, foi tomada a preito uma modernização efetiva

do país no sentido de uma presença e responsabilização do Estado em todos os setores da vida coletiva e lançada uma moderna Real Fábrica de Panos com provisão régia datada de 1764. O período posterior confirma a ideia de a Covilhã ter sido sempre considerada relevante nos grandes momentos da História Portuguesa, como o que agora vivemos. Já o dissemos aquando dos duzentos e cinquenta anos da Real Fábrica de Panos que comemoramos no Museu de Lanifícios em 2014. A Covilhã necessita a todo preço de entrar no afã dos tecidos inteligentes dos nossos dias e na quarta revolução industrial, a ciberfísica, depois de ter estado bem presente nas três anteriores: a do vapor e da mecânica; a da química e da eletricidade; e a digital.

No que concerne à historiografia e ao posicionamento face à ação do Marquês de Pombal, sem uma perspetiva epistémica correta, a sua figura tem ganho tanto aliados como inimigos e não se fazendo a crítica das fontes da história da sociedade, da economia, da cultura e das instituições do século XVIII, as hipóteses levantadas são transformadas em teses, daí resultando uma história absolutamente inútil de endeusamento ou de condenação daquele. O levantamento massivo dos principais espólios documentais e o tratamento objetivo da informação, por parte do professor Borges de Macedo, permitiu perceber de facto *A Situação Económica no Tempo de Pombal* (1951) e discriminar os *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII* (1963). Porque somos todos tributários da enorme referência da historiografia internacional, Fernand Braudel, reiteramos que os substanciais prefácios daquele haviam de enquadrar uma perspetiva idêntica à que desenvolvemos em tese sobre o último quartel do século XV e o primeiro do século XVI: uma espécie de inquérito industrial sobre os tempos em causa, considerando os recursos, os aparelhos produtivos, as condições do equipamento industrial, os produtos, a fim de confirmar ou não a vocação industrial do país (Pereira 2003). O largo espelho utilizado demonstrou muitos espaços em que a esfera produtiva nunca deixou de funcionar e outros de possível reanimação da mesma pela disponibilidade local dos respetivos condicionamentos de base: água, madeira, matérias-primas e tradição.

Com um tal perspetiva de enfrentamento da realidade no espelho dos documentos, evitava-se o mero estudo das curiosidades ou dos sucessivos episódios políticos e outros no terceiro quartel do século XVIII, em particular, o sobredimensionamento daquela figura, mas não deixava de ser conferida a sua real capacidade de intervenção nas diferentes esferas da estrutura político-administrativa: a luta pelo poder no âmbito da sucessão de D. João V por D. José em que Pombal participa, mas não é preponderante; as propostas efetivas como Secretário de Estado em que parece evidente a formulação mercantilista de reforço do poder do Estado e das suas instituições, designadamente das alfândegas que se tornarão decisivas na industrialização do país, através do aperfeiçoamento das pautas alfandegárias; a capacidade de decisão demonstrada nas medidas tomadas de imediato ao terramoto, maremoto e incêndios de 1755; a modernização do sistema defensivo, as reformas militares, fiscais, administrativas, institucionais, criando companhias, fábricas e serviços, sujeitando a Inquisição e a Censura à autoridade do Estado; a formação de equipas capazes em várias áreas; a capacidade de eliminar forças, estruturas, grupos, que pusessem em causa a afirmação

da política centralista do Estado ou a implementação do seu aparelho cujo bom funcionamento era garantido por funcionários leais. Estes intervêm em todos os aspetos da vida quotidiana no sentido de privilegiaram o setor produtivo. No ano anterior ao lançamento da Real Fábrica de Panos, os oficiais tintureiros, tosadores, pisoeiros tecelões, cardadores e escarduadores da Covilhã libertam-se da obrigação antiga da aquisição de três touros e das inerentes despesas com as touradas nas festas do Corpo de Deus, Visitação de Santa Isabel e Anjo-Custódio em que eram onerados em mais de 60.000 rs anualmente (ANTT, Desembargo do Paço, Beira, Maço 449, n.º 33292).

Estamos, pois, perante a afirmação de um Estado sólido, em que Sebastião José de Carvalho se empenhou desde 1750 até aos últimos dias do reinado de D. José em 1777, reforçando os aparelhos preexistentes com o que passou a ser designado em geral por Boa Lei sustentada em Boa Razão. A formulação da dita Lei da Boa Razão de 18 de Agosto de 1769 dava expressão em Portugal ao que ficou denominado como racionalismo. Do que percebemos do século XVIII, em particular no seu terceiro quartel, há nele a tentativa de afirmação de um conjunto de valores assentes na experiência e no bom senso, no desenvolvimento da ciência e dos saberes a que não é estranha uma racionalidade bem informada que chegou a Portugal tanto no questionamento do entendimento do real por Descartes, Locke e Leibniz, como no estabelecimento de princípios caso dos *Principia Mathematica* de Newton e ainda no criticismo Kantiano, que fazem a modernidade entre os séculos XVII e XVIII. As reformas pombalinas foram extensíssimas e atingiram todos os tecidos administrativos, económicos, sociais e culturais no sentido da formação de um aparelho efetivo do Estado e da formação de unidades produtivas verdadeiramente capazes de sustentar a economia do reino e do império. Das sucessivas criações e instituições legais e orgânicas pombalinas, destacamos: o novo regimento da Casa das Obras em 1754 ainda antes do terramoto, o anterior era de 1689; a instituição da Junta do Comércio, em 1755, que sustentou o funcionamento de todo o aparelho económico do país até 1834 já depois da vitória dos Liberais e de que dependeu a Real Fábrica de Panos; a criação em 1756 de companhias que dinamizaram os espaços regionais no sentido do aproveitamento de forma cabal dos seus principais recursos; a criação da Aula do Comércio em 1757 para preparar funcionários competentes e a atualização do Regimento dos Panos em 1759, discriminando as funções das figuras dos tribunais superiores que regulavam o seu fabrico, uma delas residente na Covilhã, o Juiz Conservador, também dito superintendente, com funções de correição sobre todo o Interior Português entre Douro e Tejo, ou comarcas de Pinhel, Guarda e Castelo Branco; a construção da Real Fábrica de Panos, com uma intenção evidente de ensino das diferentes artes têxteis; e a atenção ao comércio colonial, ainda na perspetiva tradicional do ideário mercantil.

As primeiras medidas que marcam um ponto de viragem na administração pombalina são, pois, atualizações de leis que tinham sido promulgadas por D. Pedro II em 1689 e 1690, a primeira concernia com as obras públicas, a segunda, com o regimento dos panos. Com efeito, ainda antes do Terramoto de 1755, em Agosto do ano anterior, saía um novo regimento com uma nova organização da dita Casa das Obras e consequentes atualizações salariais dos seus funcionários (Silva 1830, vol. 1: 303-311). A Casa das Obras era a repartição responsável pelo planeamento, pela execução e pelo pagamento em todo

país das obras de iniciativa real. O regimento anterior datava de 16 de Janeiro de 1689 (*ius lusitaniae*). O país seria então dotado de edifícios condignos onde as iniciativas públicas da respetiva região eram coordenadas. Na Beira, localizamos um destes edifícios em Manteigas, datado de 1770, e outro em Seia, datado de 1773. São casas icónicas hoje diremos *ex-libris* destas vilas e cidades como são também as fábricas Reais da Covilhã e do Fundão construídas de raiz no período. Todas elas apresentam uma morfologia classicista de linhas retas e redondas com a permanência de elementos da arquitetura do barroco. A fábrica da Covilhã decidida por resolução régia em 1764 estava construída em 1769 e funcionou como manufatura de Estado até 1788, destacando mestres para as escolas de fiação em S. Vicente da Beira, Penamacor, Casteleiro e Santo Estêvão que conhecemos e para o Alcaide, que desconhecemos. Em 1782, eram mestres: em S. Vicente da Beira, João Guterres; em Penamacor, João António Robles; no Casteleiro, Bernardo Ramos e um seu filho. Os três nomeados eram todos tecelões e castelhanos (ANTT, *Real*

Nome	Nacionalidade	Mestria e aprendizes	Lugar e Anos
Bamford, Henrique	Inglesa?	Tecelão de panos e baetas	Covilhã, 1761
Bray, Pedro	Inglesa?	Geral da Real Fábrica de Panos	Covilhã, 1763
Collins, Margarida	Irlandesa	Tecedeira, 2	Fundão, 1774
Cord, Thomas	Inglesa	Serafinas e baetas	Covilhã, 1761-1774
Disher, Jorge	Inglesa?	Tosar e prensar	Covilhã, 1761
Houghton, Rodrigo	Irlandesa	Estambrador, 20	Fundão, 1774
Lombardi, Paulino André	Luca (Itália)	Contabilidade	Covilhã, 1764-1774
Mahony, Jeremias	Irlandesa	Camelões, 13	Fundão, 1774
Meagher, Anastácia José	Irlandesa	Fiandeira,	Fundão, 1774
Meagher, Nicolau	Irlandesa	Pisoeiro	Covilhã, 1768-1774
Meagher, Thomaz	Irlandesa	Baetas, 14	Fundão, 1774
Reating, Diogo	Inglesa?	Estambrador	Covilhã, 1764
Rodrigues, Bernardo	Espanhola	Tintureiro	Covilhã, 1761
Shepherd, Jorge	Inglesa?	Tosador e prensador	Covilhã, 1763

Estrangeiros nas fábricas reais da Covilhã e do Fundão (Pinheiro 1998: 18-28)

*Fábrica das Sedas*, liv. 451). No que concerne à intervenção no espaço covilhanense, a atenção era redobrada. Em 1761, eram contratados mestres estrangeiros e adquirido material específico para fabricação de panos na então vila: o tecelão inglês Thomas Cord, para fabricar serafinas e baetas; Jorge Disher, mestre de tosar e prensar, portanto, para acabamentos dos tecidos; o espanhol Bernardo Rodrigues, mestre tintureiro, para os processos de tingimento; e o inglês Henrique Bamford para tecelão de panos e baetas, não pisoados. Coube-lhes trazer de Lisboa para a Covilhã uma boa prensa, duas caldeiras de tingimento e outros utensílios da sua arte. Notória, de novo no âmbito do tingimento, foi a contratação do mestre tintureiro João Baptista Sallesus, já em 1774, também com a missão de ensinar a sua arte. A presença de estrangeiros e em particular de irlandeses, tanto na Real Fábrica de Panos da Covilhã como na Real Fábrica de Panos do Fundão,

atual edifício da Câmara transformado, em particular de irlandeses, confirma este território como demograficamente atrativo desde que haja bons projetos produtivos. Assinalável o número de aprendizes ligados a alguns mestres.

O estabelecimento original da Real Fábrica de Panos era constituído por fábrica em assento de 3.657 m<sup>2</sup>, com cerca de oito metros de altura distribuídos em dois pisos, com 17 divisões, no primeiro, e 25, no segundo. Em 1781, foi avaliada em 46.126.290 rs. no que concernia à construção. Anexo a esta, foi levantado um pisão na ribeira da Goldra com 284 m<sup>2</sup> de assento, avaliado em 4.732.440 rs. e foram organizadas as respetivas râmolas. Esta fábrica adquiriu então uma expressão regional, quer administrativa, quer escolar, de grande dimensão. O assento da fábrica era propriedade da Misericórdia da Covilhã, pelo que foi assumido o encargo de 500 rs. anuais pela respetiva renda. Com as reformas nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, a fábrica saiu da alçada da Junta do Comércio para a Junta da Administração das Fábricas e Obras de Águas Livres por resolução régia de 25 de Abril de 1781. O inventário levado então a cabo foi realizado em 2 de Dezembro, daquele ano. Tratava-se de um estabelecimento manufatureiro de ciclo completo com as diferentes divisões e anexos:

1. Casa de argueirar ou esmiuçar as lãs;
2. Casa do recebimento dos fiados;
3. Casa da repartição das lãs lavadas;
4. Casa da repartição das lãs tintas;
5. Casa de varear;
6. Casa de apartar as lãs;
7. Casa dos cardadores;
8. Casa dos estambres;
9. Casa dos liços e pentes;
10. Casa de pregar e selar a fazenda;
11. Casa da fazenda em bruto;
12. Casa das prensas;
13. Casa das tesouras e perchas;
14. Casa dos teares de panos largos;
15. Casa dos teares das serafinas, panos estreitos;
16. Casa dos potes do azeite;
17. Casa do fiel da tinturaria;
18. Casa das dornas e caldeiras;
19. Casa de empacotar;
20. Casa debaixo da escada;
21. Casa da contadoria ou administração;
22. Casa de enxofrar;
23. Casa de amolar as tesouras;
24. Casa da carpintaria;
25. Aprestes em casa de António Fernandes Rato;
26. Râmolas, no sítio da Cruz, no Paredão, na Tapada das Râmolas junto da fábrica etc.
27. Casa do Pisão.

Em 1781, o relatório da mesma apresentava ativos no valor de 120.559.825 rs. e um passivo de 1.826.084 rs. Em 1786, atingia em ativos 205.536.298 rs. Fica, portanto, confirmado que este sucesso, notado já no reinado de D. Maria I, se deve à iniciativa pombalina de

modernizar os aparelhos produtivos locais concentrando a produção e a sua administração, mas polarizando toda a atividade em modelo regional como se demonstra pelas informações que compilamos no livro 258 da Real Fábrica das Sedas na Torre do Tombo. Por seu turno, as Casas das Obras em todo o Reino tinham que ver com o investimento público e é muito natural que a sua orgânica tivesse sido posta também ao serviço da produção de tecidos.

No que respeita aos panos de lã, as principais medidas aportavam adendas ao seu regimento, primeiramente promulgado em 1573 por D. Sebastião e acrescentado por D. Pedro II em onze capítulos em 1690, sendo regulamentados, em 1759, os capítulos 97, 98 e 99, que concerniam ao juiz conservador dos panos, que deixava de ser em simultâneo juiz de fora, e ao juiz privativo, cujas atribuições passavam a competir ao Desembargador Conservador Geral da Junta do Comércio (Silva, 1830, vol 1: 692-695). Eram ainda reforçados os poderes do dito Superintendente e Juiz Conservador das Fábricas em um modelo antigo que a Universidade Medieval chamara foro próprio. Sete anos depois do normativo além publicado, os mesmos artigos do Regimento dos Panos mereceram algumas correções através de alvará régio: os criadores de gado lanígero deixavam de ser obrigados a vir à Covilhã a vender a respetiva lã podendo fazê-lo na praça das respetivas sedes concelhias onde também pagariam a respetiva sisa. Adequava-se então o preço à qualidade daquela matéria-prima e eliminava-se qualquer privilégio particular, generalizando-se a autoridade do Juiz Conservador das Lãs (Silva 1829, vol. II: 287-289). A legislação posterior ao Marquês também considerou inicialmente a especificidade dos Lanifícios da Beira depois de uma primeira tentativa de regular o setor industrial do país e o das obras públicas de uma forma mais geral. Todavia, em 1781, já no período mariano, era publicado novo alvará a propósito que incluía aqueles no restante setor industrial e das obras públicas (Silva 1828, vol III: 293). Pouco depois as reais fábricas de Lanifícios da Covilhã, do Fundão e Portalegre eram entregues a privados confirmando-se que as iniciativas régias não destruíram antes favoreceram o surgimento de iniciativas privadas capazes. Foram candidatos às fábricas da Covilhã e do Fundão em 3 de junho de 1888: António José Ferreira, Jacinto Fernandes Bandeira, Luís Machado Teixeira, António Francisco Machado e Joaquim Pedro Quintela (Silva 1828, vol III: 510-517). A Real fábrica de Lanifícios de Portalegre foi reunida àquelas em 23 de Janeiro de 1799 (Silva 1828, vol. IV: 519). Cerca de 100 anos depois da implementação das normas pombalinas, podíamos seguir os diferentes procedimentos no que tocava à normalização dos lanifícios desde a aquisição da lã até à selagem das peças de tecidos, antes de lançados no mercado (Portugal 1888).

Nos séculos XX e XXI, o Estado português intervém de forma mais ampla com participação de diferentes ministérios na regulamentação do sector e envolve-se empenhando verbas no sentido da sua modernização. O mesmo Estado favorece a constituição de associações e estimula os concelhos e sindicatos na produção de estudos e de legislação particularmente em período de vigência de regime democrático. Além do IAPMEI, a ANIL e os sindicatos do sector são convidados a pronunciarem-se sobre as reformas a promover em momentos críticos e a legislação desce ao pormenor dos meios informáticos a instalar (Ministérios 1988, **Portaria n.º 381/88 de 15 de Junho**).

Confirmando a relevância do ramo dos Lanifícios no burgo serrano, desde o século XVI até aos nossos dias, a Covilhã é sempre nomeada quando se produz legislação a propósito. O conjunto de ministérios, direções gerais, comissões, institutos e organismos, nomeados na reforma dos lanifícios em 1988 é assinalável e é necessário um dicionário de siglas para identificar os diferentes organismos. Uma das instituições de referência foi sem dúvida a Unidade da Covilhã da Autoridade para as Condições de Trabalho que sucedeu às Delegações da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) (1933-1907) que em outras partes estavam estabelecidas nas sedes de distrito. A dimensão da população operária na Covilhã justificou sempre estas iniciativas extraordinárias e assim consta no artigo 11º do Estatuto Nacional do Trabalho de 1933. Também na Covilhã ficou estabelecido o Tribunal de Trabalho, sendo agente do Ministério Público, por inerência, o delegado do INTP.



## CONCLUSÃO

Concluindo, em particular sobre o período que aqui abordamos em mais pormenor, realçamos que foram importantes as medidas do período mercantil no sentido de criação de um aparelho de vigilância por parte do Estado capaz de garantir a qualidade das obras produzidas no setor transformador. Notamos em particular a elite de funcionários superiores que o Marquês de Pombal desenvolveu. Atualmente é possível conhecer esse funcionalismo de finais de antigo regime a partir da documentação existente no arquivo do tribunal do Desembargo do Paço que permite seguir carreiras individuais e observar a efetiva cobertura do espaço total do reino como já fez José Subtil, obviamente até à Revolução Liberal (Subtil 2003: 37-58). Entre as obras assinaláveis levantadas no período consta a Real Fábrica de Panos que com os acrescentos no reinado de D. Maria atingiu cerca de um hectare de superfície construída e que integrava, além das salas dos teares grandes e pequenos, a sala de estambramento e de prensa, uma escola e uma das mais modernas tinturarias do tempo, à maneira dos Gobelins de Paris, atualmente musealizada, documentando todos os procedimentos técnicos conhecidos ao tempo, tingimento a quente e a frio de lãs em meada ou em pano tecido. Demonstra-se também que o terceiro quartel do século XVIII foi um período de modernização produtiva no Interior Português e se revelou muito positiva a rede de instituições de vária índole que desde Portalegre a Pinhel a governação pombalina fortaleceu: a diocese de Castelo Branco (1771), a diocese de Pinhel (1770), as Fábricas de Portalegre (1772), Fundão (1770) e particularmente a da Covilhã, com a polarização de fiações às principais localidades vizinhas, dotadas de mestrias, a criação de novas escolas públicas e o reforço da frequência das mais antigas, designadamente dos seminários tridentinos como o da Guarda e, em geral, o reforço das judicaturas pertinentes à esfera produtiva têxtil não só na Covilhã, mas também em outras cidades e vilas do reino, por exemplo em Aveiro, mas no modelo precocemente instalado no laborioso burgo serrano.



## FONTES

ANTT, Desembargo do Paço, Beira, Maço 449, n.º 33292 (1757-1763)  
ANTT, RFS, FCVL, 34 livros (1781 a 1788).

## BIBLIOGRAFIA

Ius Lusitaniae, *Fontes Históricas do Direito Português*, FCT, Departamento de História, online, consultado em 8 de Março de 2014.

Macedo, Jorge Borges de (1982), *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1963 e Lisboa: Quercus, 1982.

– (1982ª) *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Porto: Portugália 1951 e Lisboa, Moraes editores, 1982.

Ministérios das Finanças, do Planeamento e da Administração do Território, da Indústria e Energia, do Emprego e da Segurança Social e do Comércio e Turismo (1988). Portaria n.º 381/88 de 15 de Junho.

Pereira, António dos Santos (2003). *Portugal, o império Urgente (1475-1525), os Espaços, os Homens e os Produtos*. Vol. I e II, Lisboa: IN-CM.

Pinheiro, Elisa (1998). Da Real Fábrica de Panos ao Museu de Lanifícios. *Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, Covilhã: UBI

Portugal. Leis, decretos etc., (1888). *Regulamento provisório para o serviço de selagem de tecidos, telas e objectos de vestuário de fabricação nacional e estrangeira aprovado por decreto de 19 de Novembro de 1888*. Lisboa: Imprensa: Nacional.

Silva, António Delgado da (1830). *Colecção da Legislação Portuguesa*, vol. 1, Vol. I, Lisboa: Typ. Maignense;

– (1829). *Collecção da Legislação Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Typ. Maignense;

– (1828). *Collecção da Legislação Portuguesa*. Vol. III. Lisboa: Typ. Maignense;

– (1828). *Collecção da Legislação Portuguesa*. Vol. IV. Lisboa: Typ. Maignense.

Subtil, José (2003). Os Ministros do Rei no Poder Local, Ilhas e Ultramar (1772-1826). *Penélope*, nº 27: 37-58.



# Mateus Fernandes e os motivos têxteis na arquitetura

António dos Santos Pereira  
Universidade da Beira Interior  
asp@ubi.pt

43

---

## RESUMO

Mateus Fernandes é um mestre-de-obras de incontestável originalidade ainda que inserido no estilo designado por tardo-gótico, autor de trabalhos que vão desde a igreja de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha, ao pórtico em cortinado das capelas imperfeitas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. A vida deste arquiteto, falecido em 1515, confunde-se com a História do Mosteiro onde está sepultado e que foi trazido à ribalta portuguesa e europeia a partir de finais do século XVIII pelo mérito de outro cultor daquela arte e excelente desenhador James Murphy (1760-1814). Todo o projeto parece beneficiar da influência do debuxo têxtil, desde a pedra rendada, aos baldaquinos e à representação frequente da cordoaria e das vestes na estatuária.

## PALAVRAS-CHAVE

Mateus Fernandes, Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, História da Arquitetura, Estilo Manuelino.

## ABSTRACT

Mateus Fernandes is an architect of unquestionable originality although inserted in the style designated by late Gothic, author of works that go from the church of Our Lady of Pópulo, in Caldas da Rainha, until the portico, in the form of a curtain, of imperfect chapels of the Monastery of Santa Maria da Vitoria da Batalha. The life of this architect, who died in 1515, is confused with the History of the Monastery where he is buried and which was brought to the Portuguese and European fronts from the end of the eighteenth century by the merit of another master of that art and excellent designer James Murphy (1760 -1814). The whole project seems to benefit from the influence of the textile flock, from the lacy stone, to the baldachin and to the frequent representation of the rope and the vestments in the statuary.

## KEYWORDS

Mateus Fernandes, Monastery of Santa Maria da Vitoria da Batalha, History of Architecture, Manueline style.

## INTRODUÇÃO

Já percebemos quanto o entrelaçado de fibras da cordoaria foi imitado na pedra, desde a icónica janela do Convento Tomar, às grossas colunas que elevam a Sé da Guarda e aos relevos do portal do Mosteiro de Santa Maria de Belém, que vela a cidade de Lisboa. Indagaremos agora como os motivos têxteis, reposteiros, tapetes e outras expressões tecidas, foram assumidos nos desenhos em pedra, particularmente nas obras em que participou Mateus Fernandes. Os arquitetos de finais de Quatrocentos e princípios de Quinhentos teceram a portugalidade em pedra e fixaram a história que viviam para o futuro. Os motivos eram os maiores.

A História deve ser feita por historiadores habilitados, experimentados na consulta das fontes e na síntese da matéria histórica e de bom senso na sua divulgação, sem a obsessão pela curiosidade para evidência pública ou alarde solto de saber. Como ciência da verdade, saber dos saberes, exige um compromisso de vida de sacrifício por ela e de felicidade, quando o historiador dela se aproxima e a desvenda, nela tendo a sua melhor remuneração. Com efeito, os factos históricos são muito complexos e estabelecê-los exige tempo, por vezes, uma ou mais vidas, quando se deixam discípulos. A historiografia do Mosteiro da Batalha tem assentos antigos. Frei Luís de Sousa (1555-1632), que antes queria ser pintor para melhor realçar naquela obra a riqueza dos pormenores, confirma já a admiração dos estrangeiros que tinham a oportunidade de visitá-la (Sousa, primeira

parte, livro VI, 1767, cap. 13, pp. 621-622). Como bom historiador, o dominicano parecia querer adivinhar o espanto futuro do arquiteto irlandês, que ali chegou em 29 de Janeiro de 1789, um século e meio depois do ditoso frade ter falecido (Murphy 1795: 31). Frei Luís de Sousa fornece as medidas da Igreja da Batalha, 360 palmos de comprimento desde o portal ocidental até ao altar da capela-mor e 100 palmos de largura, em três naves, e demonstra a proporção de todo o conjunto (Sousa, primeira parte, 1767, livro VI, caps. 14, 15, 16). Na descrição do frade, as metáforas têxteis são vulgares, utilizando palavras como laço e rede (Sousa, primeira parte, 1767, livro VI, cap. 16, p. 633 et passim). Em particular, o mesmo nota o portal das capelas imperfeitas, obra de Mateus Fernandes, aqui aludindo aos misteriosos cordões e às laçarias e às letras que nele estão e dão entrada para um panteão inacabado por lhe faltar a cúpula de cobertura (Sousa, primeira parte, livro VI, cap. XIX, p. 639). Por seu turno, Murphy deu a mais perfeita imagem do monumento aos olhos estrangeiros e atribuiu o primeiro desenho a um inglês, Stephen Stephenson (?-1402) (Murphy 1795: 44), que ali trabalhou sob a direção de Afonso Domingues, levando a toda a parte o que ele sentira numa manhã luminosa de fins de Janeiro: o mais notável dos cenários à face da terra (Murphy 1795: 32). Ao estilo do monumento, o arquiteto não chama manuelino, mas gótico normando moderno (Murphy 1795: 33). O Irlandês conhecia bem os nossos clássicos. Lera Jerónimo Osório (1506-1580) e os cronistas dominicanos, Frei Luís de Cacegas (1540-1610) e Frei Luís de Sousa, que cita, e em quem nota o silêncio quanto ao arquiteto responsável pelo desenho da obra. A sua paixão pela portugalidade ficou notória nas estrofes de *Os Lusíadas* que leu em inglês. A epopeia lusíada tinha sido editada em versão inglesa, ainda no século XVII (*Lusiad* 1655), todavia merecera outra edição havia pouco mais de uma década em Oxford (*The Lusiad* 1776) antes de o irlandês visitar Portugal. Sem novidade, mas demonstrando fina sensibilidade, considera Luís de Camões o Virgílio de Portugal (Murphy 1795: 153). A tese de James Murphy aponta para uma forte participação inglesa no projeto da Batalha por influência da família Lencastre (Murphy 1795: 44). O irlandês esteve treze semanas no mosteiro tendo sido cumulado das maiores gentilezas pela comunidade dominicana que, entretanto, também foi visitada por um peregrino francês, dito Visconde Clararde. Almeida Garrett terá lido a narrativa de viagem de James Murphy porquanto este testemunha que foi na Batalha que pela primeira vez ouviu um rouxinol, que o nosso romântico aproveita como motivo na sua viagem ribatejana (Murphy 1795: 49). As biografias das figuras portuguesas da dinastia de Avis, que o irlandês faz de imediato à descrição do Mosteiro, seguramente influenciaram os autores de iniciativas idênticas no espaço português de finais de Setecentos e primeiras décadas de Oitocentos a que aludiremos adiante.

Entretanto, o mosteiro tem merecido os esforços dos nossos mais conceituados historiadores de vários âmbitos, da economia, da técnica, da identidade, da guerra, da arte, das instituições religiosas e outras áreas. Um dos autores que maior atenção lhe prestou foi o Cardeal Saraiva (Frei Francisco de São Luís Saraiva, 1766-1845) que antes de estada na serra de Ossa aqui conheceu um dos seus retiros mais longos, imposto desde outubro de 1823 a fevereiro de 1825 (Resende 1864: 20). Mal chegado, o erudito eclesiástico conferiu a documentação disponível localmente, releu as informações de Frei Luís de



Sousa e as de Murphy e deixou-nos um precioso trabalho em que estabelece o perfil seguro da figura que hoje trazemos à colação: Mateus Fernandes.

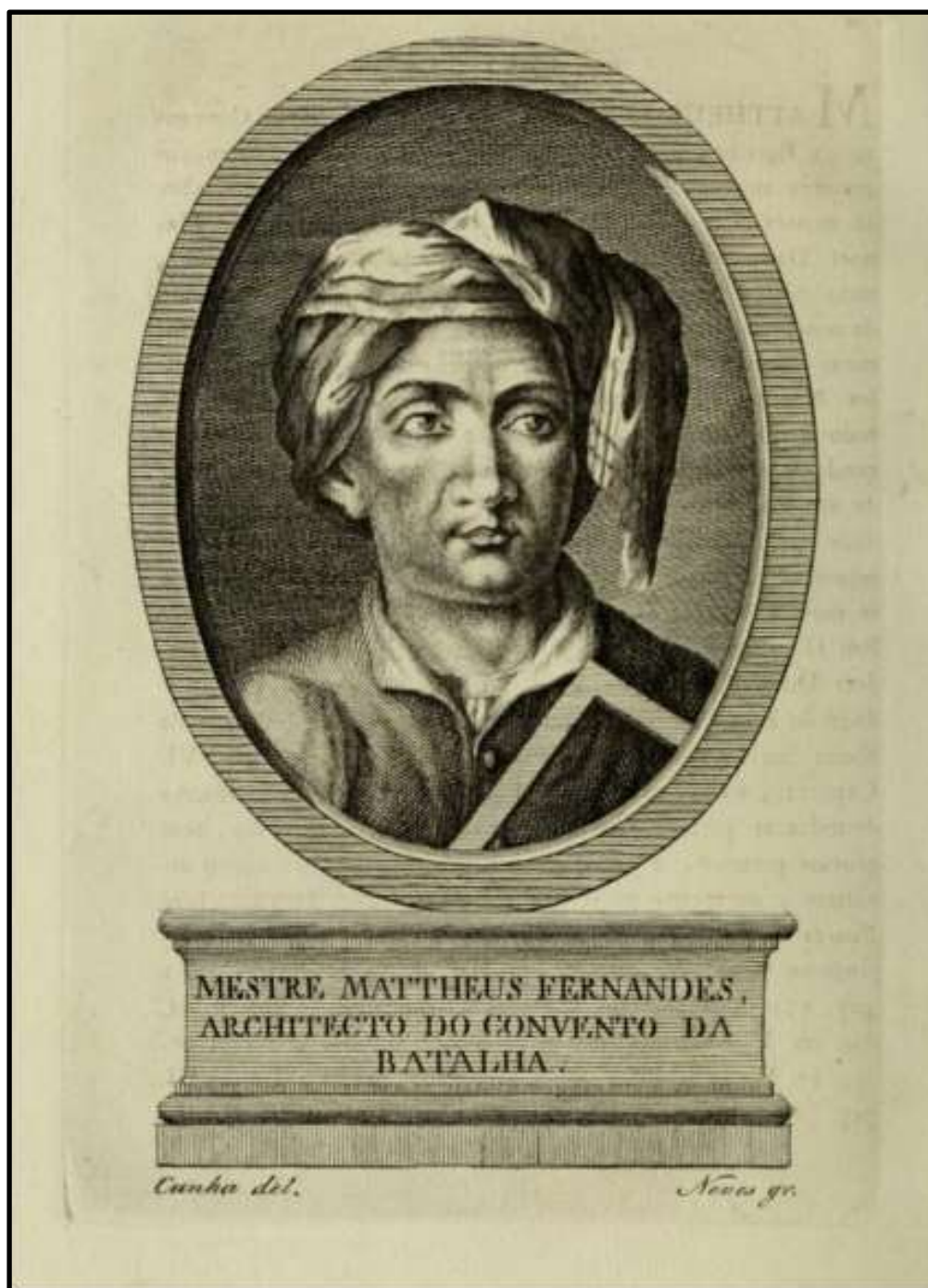


Fig. 1 - Mateus Fernandes (Figueiredo 1817)



Fig. 2 - Mateus Fernandes (Legrand 1841)

## ITINERÁRIO ARQUITETÓNICO DE MATEUS FERNANDES

O primeiro autor a abordar a construção do Mosteiro da Batalha foi Frei Luís de Sousa que anuncia que o monarca “chamara de longes terras os mais celebres architectos, que se sabião; convocara de todas as partes officiaes de cantaria destros e sábios; convidara a huns com honras, a outros com grossos partidos, e obrigara a outros com tudo junto” (Cardeal Saraiva 1872: 279). Sobre o Mosteiro, que designamos em outra parte como Panteão da Dinastia de Avis, já dissemos como a vila próxima se desenvolvia na viragem de Quatrocentos para Quinhentos (Pereira 2003: 52). Boytac era ali Mestre das Obras Régias, em 1512. Mateus Fernandes assumira idêntica responsabilidade, em 1490, em simultâneo às visitas de fiscalização a outras obras pelo Reino (Pereira 2003: 184). Notamos ainda a interação estabelecida a partir da Batalha, com Tomar, Coimbra, Alcobaça e outras obras pela mobilidade dos seus pedreiros (Pereira 2003: 188, quadro 110) e como junto se expandiam os pinhais e se desenvolvia a produção de vidro (Pereira 2003: 450). O Cardeal Saraiva dedicou-lhe um dos mais sérios estudos e manuseou pela primeira vez um manancial imenso de fontes numa perspetiva inovadora pois vai muito além do monumento e da comunidade que se estabeleceu no Mosteiro, preocupando-se com tudo o que o envolve e em particular com o nascimento e desenvolvimento da vila da Batalha, coetâneos à construção daquela instituição. A oportunidade do estudo do Cardeal Saraiva era imensa. Iniciava-se um tempo de valorização do património nacional e pairava no ar o mérito estrangeiro quanto à construção daquele. Metodicamente estabeleceu vários níveis de análise, que correspondem a diferentes responsabilidades naquele espaço. Não se levantam dúvidas hoje quanto à iniciativa da construção daquele e à motivação por D. João I. Parece estar bem atribuída a responsabilidade da construção e a respetiva tutela dos cargos de nomeação régia – o Vedor das Obras Reais ou Provedor das Obras Reais ou Juiz das Obras reais. Também é legítimo realçar a excelência do lugar de construção por este se encontrar no centro do Reino. A preocupação de valorizar a obra pátria levou o Cardeal Saraiva a identificar os mestres da construção que aqui deixamos até ao visado Mateus Fernandes: Afonso Domingues, o primeiro responsável pela traça das construções em finais do século XIV, natural da freguesia da Madalena de Lisboa; o mestre Ouguet, ou Huget ou Huet, nos primeiros anos do século XV; o mestre Martim Vasquez em meados do século XV; o Mestre Fernão de Évora, sobrinho do anterior no terceiro quartel do século XV; o Mestre Matheus Fernandes nos finais do século XV e nos primórdios do XVI. Ao chegar a este, e conferindo a documentação conhecida então a propósito do mesmo, o cardeal Saraiva refuta as incongruências aparecidas nos princípios do século XIX, portanto, no seu tempo, quanto ao que sobre ele se afirmava. Aquelas apareceram em um caderno intitulado *Mestre Matheus Fernandes, Architecto do Convento da Batalha*, em 1806, numa série inicialmente intitulada *Retratos e Bustos dos Varões e Donas, que illustrarão a nação Portuguesa* com um especial destaque em um momento de revalorização dos trajetos biográficos, que hoje melhor consideramos prosopográficos, nos primórdios do século XIX de forma anónima, mas geralmente atribuída ao polémico José Agostinho de Macedo. O editor do caderno foi um ilustre naturalista, o franciscano José Mariano da Conceição Veloso, que o deixou passar para o prelo, sem o parecer do coordenador do projeto, Pedro José de Figueiredo, que alertaria para os inúmeros erros naquela primeira versão apresentando uma outra em 1817, que



nós consideramos séria pois hoje dispomos dos diplomas que a suportam, lidos e publicados por Sousa Viterbo, mas que não confirmam a naturalidade do biografado (Viterbo 1988, vol. 1: 335-342).

O autor do primeiro fascículo fazia nascer Mateus Fernandes na Covilhã nos começos do reinado de D. Fernando, atribuíra-lhe origem judaica e viagens de ilustração arquitetónica pela Alemanha e Itália. Se fosse assim, o ilustre arquiteto teria vivido bem mais de 130 anos. Algumas impressões da edição de 1817 retomam a biografia além desenhada e contrapõem-na à correta para evidenciar os despautérios. Consultamos a existente na Biblioteca Nacional Portuguesa com a cota 318V que traz primeiramente a versão correta com a respetiva gravura e depois, no número 17, a avariada. Todavia descobrimos, em rede, uma outra com organização diferente, trazendo primeiramente a biografia incorreta sem a respetiva gravura da imagem e depois a corrigida, a seguir a D. Francisco de Almeida, todavia com o mesmo lugar e data de edição. Só o facto de as páginas não terem sido numeradas levou a tamanhos despautérios. Quer dizer que o encadernador podia alterar a ordem dos biografados. Cremos que a dita sùmula inicial deve ser atribuída ao Cardeal Saraiva que diz assim:

“Mattheus Fernandes foi mestre das obras em tempo do Senhor D. Manoel; que foi cazado com Isabel Guilhelme, de quem teve filhos: que possuio bens de raiz no districto da Batalha, aonde tambem foi Juiz Ordinário; que era vassallo de el-Rei, e que faleceo no dia e anno já referido (1515)” (Cardeal Saraiva 1872: 285) e (Cardeal Saraiva 1827: 174-175, nota b)

---

49

Na versão certa publicada em 1817, Mateus Fernandes aparece designado como Mestre das obras do Mosteiro da Batalha, com tença anual de um moio de trigo (sessenta alqueires) desde 24 de Junho de 1490, concedida em Santarém em 8 de Julho de 1491 por D. João II (Viterbo 1988, vol I: 337) e confirmada em Évora por D. Manuel em 17 de Julho de 1497 (Viterbo 1988, vol. III: 310). Seguramente esta figura é a mesma que aparece a adquirir um chão, junto à ponte do Juncal, e ao cerrado dos Frades, a Jorge Gonçalves, morador na Batalha em 18 de Janeiro de 1503, por 1.000 rs., ficando nós a saber que estava então casado com Isabel Guilherme. Sabemos ainda que fez algumas deslocações para examinar obras régias. Com efeito, na condição de Mestre das Obras da Batalha foi a Almeida examinar uma obra volumosa no respetivo castelo e outras nas vilas de Castelo Rodrigo e de Castelo Branco, em 1508, feitas pelo biscainho Francisco Danzinho (Viterbo 1988, vol. I: 338-339). Em 1510, visitava obras em Coimbra na companhia do mestre Boutac e, em 1514, a fortaleza de Salvaterra (Viterbo 1988, vol. I: 340). Fica também provado que foi pai de um outro mestre arquiteto que trabalhou na sé da Guarda e no mosteiro de Belém, Filipe Henriques, pois este recebeu por ele a tença a que aquele tinha direito como Recebedor do Dinheiro das Obras do Mosteiro da Batalha, cargo que exercia desde 1513 (Viterbo 1988, vol. I: 340). Faleceu em 10 de Abril de 1515 como consta na sua sepultura no mosteiro da Batalha no pavimento da igreja ao fundo dos degraus que descem da porta principal para dentro. A mulher, Isabel Guilherme, ainda era viva nos anos seguinte pois adquiriu parte de um cerrado a Álvaro Fernandes e a Leonor Pires, de Porto de Mós, por 380 rs (Viterbo 1988, vol. I: 342). Isabel Guilherme seria filha de Mestre Guilherme que

sucedera a Fernão de Évora na direção das Obras da Batalha em 1467. A Mateus Fernandes sucedeu seu filho com igual nome na direção das mesmas (Viterbo 1988, vol. I: 342).

Além da fiscalização que fez em particular na comarca da Beira, Mateus Fernandes deixou obras sobretudo na Estremadura. A primeira obra de mérito arquitetónico reconhecido foi a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo no magnífico Hospital Termal aí mandado construir pela Rainha Dona Leonor em 1485. A ligação à Beira não é despicienda. Com efeito, está provada a influência de D. Jorge da Costa, o dito Cardeal de Alpedrinha, junto do papa quanto aos *Compromissos* da instituição e nós sabemos que era ele o comendatário de Alcobaça ao tempo. O plano do Hospital e da igreja e as decorações são atribuídos ao Mestre Mateus Fernandes que assim ganha a confiança do monarca que o nomeia mestre das Obras da Batalha em 1490 e ali deixa o esplendoroso portal das Capelas Imperfeitas terminado em 1509. As obras de Mateus Fernandes devem ser entendidas como a expressão em arte de um movimento religioso de extraordinária riqueza interior que visava a vivência do céu na terra, a *devotio moderna* (Pereira 1990: 44-47).

## O LUGAR DO NASCIMENTO E OS HOMENS E AS MULHERES DO TEMPO DE MATEUS FERNANDES

Dispomos de algumas informações diretas seguras sobre Mateus Fernandes (?-1515 e conhecemos uma plêiade de figuras suas contemporâneas. Não sabemos onde nasceu. Depois da primeira edição dos Retratos, em 1817, Pedro José de Figueiredo faz correções que não atingem apenas a figura de Mateus Fernandes e numa atitude metódica que anuncia o verdadeiro historiador corrige informações a propósito do Infante D. Henrique a quem tinham trocado as Armas (Figueiredo 1817: 6-7). Todavia é sobre o suposto covilhanense que a correção é mais cuidadosa. Entre os mestres que exerceram a mesma arte, a arquitetura, contemporâneos de Mateus Fernandes, nomeamos João Rodrigues e Boytac. Quanto aos profissionais de outras artes, contemporâneos, mas na mestria de marcenaria, nomeamos Olivier de Gand e Jean d'Ypres. Aquele mestre foi também contemporâneo de alguns cronistas como Duarte Galvão (1445-1517), Rui de Pina (1440?-1522) e podia ter sido citado por eles. Boitac casou com Isabel Henriques, filha do mestre Mateus Fernandes antes de 1512.

## OS MOTIVOS TÊXTEIS

A representação de cenários da ordem terrena, ela mesma assumida da celestial, fazia-se nos primórdios do Renascimento rica de cor na pintura, na tapeçaria nos interiores dos templos e dos paços, mas também em madeira nos retábulos, e em pedra, ainda nos retábulos e nos portais das catedrais. A contaminação das diferentes artes, tapeteiros, mestres de marcenaria e de pedraria, parece-nos notável no período. Nós percebemos, há já algum tempo, como o arquiteto da janela do Convento de Tomar pode ter tomado os grossos calabres para sua inspiração e não podemos excluir a inspiração têxtil nos desenhos de Mateus Fernandes nas obras que levou a cabo nas Caldas e na Batalha. Muito provavelmente a oficina deste mestre procedeu a uma primeira materialização dos conceitos através de materiais têxteis, antecipando em mais de cinco séculos aquilo que nos dizem alguns investigadores atuais do Norte Europeu (Wærsted, Elisabeth Heimdal; Lenau, Torben Anker; O'Mahony, Marie 2012). Encontramos os mais óbvios motivos têxteis na estatuária presente no Mosteiro da Batalha. Impressionantes de equilíbrio são as vestes da rainha D. Filipa, em estátua de vulto inteiro jacente, dando a mão ao monarca D. João I, formalmente armado.

## CONCLUSÃO

Fica, pois, demonstrada aqui a riqueza do labor dos sucessivos mestres das obras régias particularmente no Mosteiro da Batalha e o percurso documentado de Mateus Fernandes, um dos maiores nomes do estilo que ainda hoje informa a portugalidade o manuelino que desde a viagem a Portugal do irlandês James Murphy ganhou o seu reconhecimento internacional. Quanto às informações a propósito da naturalidade, origem judaica e viagens de Mateus Fernandes, saídas na primeira versão dos retratos mandados elaborar pela Sociedade Philopátrica, foram corrigidos na sua versão final, publicada em 1817, por Pedro José de Figueiredo na obra *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas e artes*, logo no respetivo prólogo, notando-as como falsas e corroborando o Cardeal Saraiva. Todavia, até hoje a naturalidade de Mateus Fernandes ainda não foi reivindicada por outra localidade portuguesa além da Covilhã e até ser documentada a mesma, não deve a cidade rejeitá-lo como filho por ser tão ilustre aquele Mestre de Obras Régias. Apesar do nome Mateus Fernandes nos parecer tão português, conhecido o hábito de ao tempo algumas figuras adequarem o nome à língua do país em que viviam também não podemos deixar de supor uma origem estrangeira, que ainda não foi investigada, e nós tomaremos em mãos em futura oportunidade. Todavia na qualidade de historiador, sem outra documentação que prove as origens do ilustre arquiteto, por decoro profissional e académico, no imediato não fomentaremos especulações a propósito, nem reprovaremos comemorações dos quinhentos anos da sua morte que se fizeram na Covilhã, pois se não for seu natural decerto é já seu filho adotivo.

FONTES

Archivo Pittoresco, 1865, tomo VIII.

BARBOSA, Ignacio de Vilhena (1886). *Monumentos de Portugal: históricos, artísticos e archeologicos*. Lisboa: Castro Irmão.

CAMOES, Luís de (1655). *The Lusiad, or Portugals Historicall Poem: Written in Portugall Language*. Trad. Richard Fanshaw Esq.. London: printed for Humphrey Moseley, at the Prince's Arms in St. Pauls Church-Yard.

Camões, Luís de (1776), *The Lusiad: [or] the discovery of India: an epic poem*. Trad. William Julius Mickle. Oxford: printed by Jackson and Lister.

Cardeal Saraiva (Francisco de S. Luís) (1864). *Memória histórica de D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva, tirada dos seus escriptos, acompanhada de notas e peças justificativas pelo Marquez de Rezende*. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências,

Cardeal Saraiva (Francisco de S. Luís) (1872). *Memória Histórica Sobre as Obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victória, Chamado Vulgarmente da Batalha*. In *Obras Completas*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 271-342. Esta memória foi originalmente publicada em 1827 nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo X, parte I, pp. 163-179.

Figueiredo, Pedro José de (coord.) (1817). *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeo Ferreira. Em rede

Gama, José de Saldanha da (1869). *Biographia e apreciação dos trabalhos do botanico Brasileiro frei José Mariano da Conceição Veloso*. Rio de Janeiro.

Legrand, C. (1841). *Matheus Fernandes: convento da Batalha*. [S.l.: s.n.]

Murphy, James (1795), *Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, in the years 1789 and 1790 : Consisting of Observations on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities, &c. of that Kingdom Buildings, Arts, Antiquities, &c. of that Kingdom*, London: A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies, 1795

Pereira, António dos Santos (2003). *Portugal. O Império Urgente (1475-1525)*: 1º vol. *Espaços, Homens e Produtos*; 2º vol. *Quadros Mentais e Aspectos do Quotidiano*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pereira, Paulo (1990). As grandes edificações (1450-1530)... As primeiras obras manuelinas. in *História da Arte Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.

Resende, Marquês de (1864). *Memória histórica de D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva, tirada dos seus escriptos, acompanhada de notas e peças justificativas pelo marquez de Rezende*. Lisboa: Tipografia da Academia.

*Retratos e Bustos dos Varões e Donas, Que Illustraram a Nação Portuguesa, em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, Assim Nacionais como Estranhos, assim Antigos como Modernos na Europa, Africa, Asia e America Datados de Epoca do Seu Fallecimento com um Extracto de Suas Vidas Tirados de Histórias e Monumentos Antigos, Offercidas aos Generosos Portugueses por uma Sociedade Philopatria*, Lisboa, Imprensa Régia, 1806 e sgs (cota BNP TR. 2545 V). Em 1816 estavam publicados 11 cadernos que foram reunidos no ano seguinte. A BNP não dispõe de todos eles e as figuras recenseadas são as seguintes de acordo ao *Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. XVII: Infante D. Henrique; D. Nuno Álvares Pereira; D. Pedro de Meneses, Conde Viana e Governador de Ceuta; Doutor João das Regras; D. Pedro, Infante, Regente do Reino; Martim Moniz; D. Duarte de Meneses, conde de Viana, Governador de Alcácer Seguer; Martim d'Ocem, Chanceler Mor; D. Fernando Infante Santo de Portugal; João XXI Papa; D. Álvaro Vaz de Alameda, O Lidador; Diogo Gonçalves de Travassos; D. João Infante de Portugal, Mestre da Ordem de S. Tiago; DD. Fr. João de Évora, Bispo de Viseu; D. Pedro Eanes Lobato, 1º Regedor do Cível; Mestre Matheus Fernandes, Arquitecto do Convento da Batalha; etc.

55

SOUSA, Frei Luís de (1767). *Primeira Parte da História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal por Frei Luís de Cacegas da Mesma Ordem e Província e e Chronista della Reformada em Estilo e Ordem e amplificada em sucessos e particularidades por Fr. Luís de Sousa filho do convento de Bemfica*. Lisboa: António Galhardo. Em rede.

Sousa, Frei Luís de (1767). *Segunda Parte da História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal por Frei Luís de Cacegas da Mesma Ordem e Província e e Chronista della Reformada em Estilo e Ordem e amplificada em sucessos e particularidades por Fr. Luís de Sousa filho do convento de Bemfica*. Lisboa: António Galhardo. Em rede.

Viterbo, Sousa (1988), *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I - Reprodução em fac-simile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM; vol. II - Reprodução em fac-simile de exemplar com data de 1904; vol. III Reprodução em fac-simile do exemplar com data de 1922; com prefácio de Pedro Dias, Lisboa INCM, 1988.

Wærsted, Elisabeth Heimdal; Lenau, Torben Anker; O'Mahony, Marie (2012). *Exploring Textiles in Architecture through Tangible Three-Dimensional Sketching Tools*. Paper presented at MAKING, Notodden, Norway. Downloaded from orbit.dtu.dk on: Nov 23, 2015

Warner, I. (1803). *A view of the church of Batalha in the province of Estremadura in Portugal* - 1 desenho : lápis de grafite.



## APÊNDICE

### Pormenores do Mosteiro da Batalha

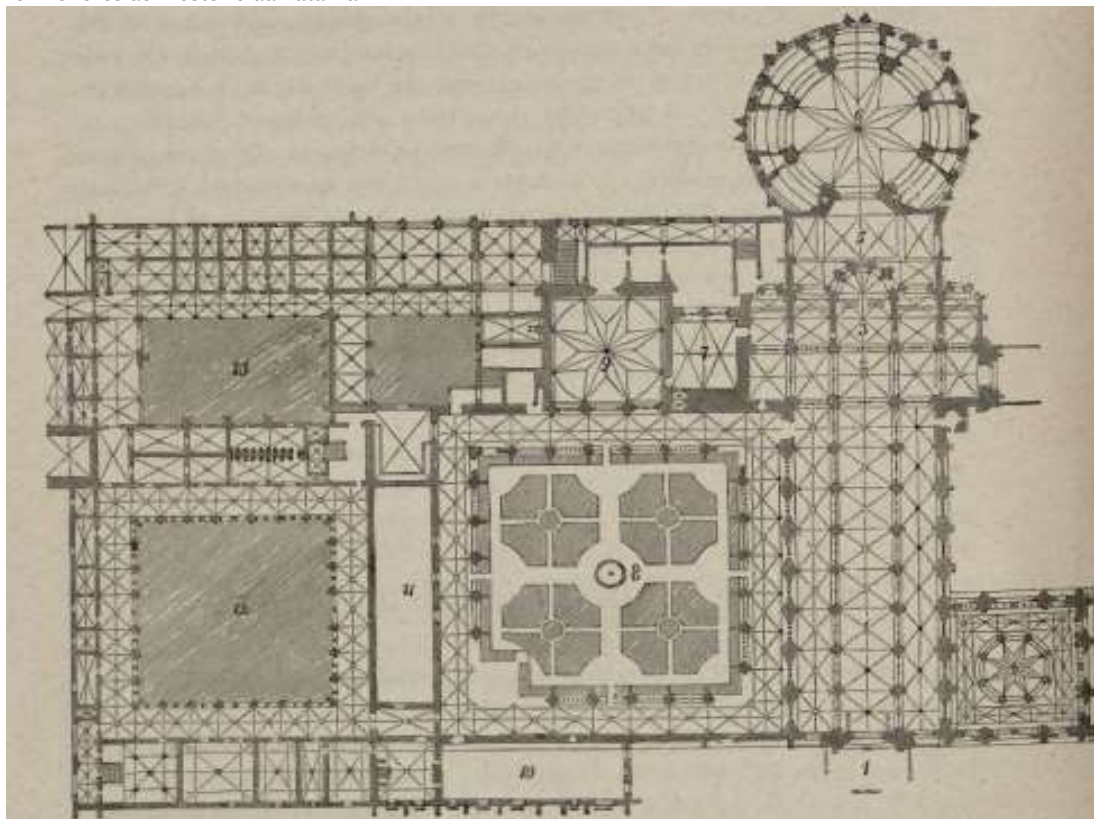


Fig. 3 - Planta do Mosteiro, como se fosse um debuxo têxtil, elaborada por Murphy e retomada (Barbosa 1886: 14)



Fig. 4 - Procissão junto ao Mosteiro da Batalha (Murphy 1795)



Fig. 5 - Desenho a lápis de grafite da Igreja do Mosteiro da Batalha (Warner 1803)





Fig. 6 - Perspetiva Geral do Mosteiro da Batalha (Legrand 1841)



## Matemática e Arte

MANUEL JOAQUIM SARAIVA  
DM, Universidade da Beira Interior  
manuels@ubi.pt

ANA MADALENA TEIXEIRA  
ESQ Palmeiras, Covilhã  
anamtb@gmail.com

### RESUMO

Neste artigo, começa-se por fazer uma apresentação da faceta da Matemática com forte ligação à Arte, sustentada pela perspetiva dos matemáticos. Apresenta-se, depois, uma faceta da Arte, também com forte ligação à Matemática, suportada pela perspetiva dos artistas. Conclui-se o artigo com a defesa de que existe uma conexão entre Arte e Matemática. Quer a investigação matemática, quer a criação artística podem ser vistas como duas faces da mesma moeda. A razão para essa interdependência é o prazer estético.

## PALAVRAS-CHAVE

Arte, Matemática, Prazer estético.

## ABSTRACT

In this article, we start by presenting the facet of Mathematics with a strong connection to Art, supported by the perspective of mathematicians. Then there is a facet of Art, also with a strong connection to Mathematics, supported by the artists' perspective. The article concludes with the assertion that there is a connection between Art and Mathematics. Both mathematical research and artistic creation can be seen as two sides of the same coin. The reason for this interdependence is the aesthetic pleasure.

## KEYWORDS

Art, Mathematics, Aesthetic pleasure.

## INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da conferência realizada pelos autores no Museu dos Lanifícios, UBI, em 13 de novembro de 2014. O interesse suscitado na data pelos presentes na sessão relativamente ao conteúdo da comunicação realizada, bem como a solicitação do Diretor do Museu, Prof. António dos Santos Pereira, levaram os autores à passagem a escrito das ideias fundamentais então apresentadas. Neste artigo, faz-se uma apresentação da faceta da Matemática com forte ligação à Arte, sustentada pela perspectiva dos matemáticos. Apresenta-se, depois, uma faceta da Arte, também com forte ligação à Matemática, suportada pela perspectiva dos artistas. Conclui-se o artigo com a defesa de que existe uma conexão entre Arte e Matemática. Quer a investigação matemática, quer a criação artística podem ser vistas como duas faces da mesma moeda. A razão para essa interdependência é o prazer estético.

## BELOS TEOREMAS

Antes de confirmar o que é um teorema em Matemática, deixamos o que se entende por axioma. Este é uma hipótese inicial da qual outros enunciados são logicamente derivados. Pode ser uma proposição, um enunciado ou uma regra que permite a construção de um sistema formal. De forma diferente à dos teoremas, os axiomas não podem ser derivados por princípios de dedução e nem são demonstráveis por derivações formais, simplesmente porque eles são hipóteses iniciais. Em muitos contextos, "axioma" e "postulado" são usados como sinónimos. Um axioma não é necessariamente uma verdade autoevidente, mas apenas uma expressão lógico-formal usada numa dedução, visando obter resultados mais facilmente. Por seu turno, um *teorema* é uma afirmação que pode ser demonstrada, provada de maneira lógica a partir de um axioma ou de outros teoremas que tenham sido previamente demonstrados. Este processo de demonstração processa-se através de determinadas regras de inferência. Embora o termo e o conceito de teorema sejam originários do Grego Antigo, hoje aceita-se a ideia de *teorema* como a de uma certa afirmação que pode ser provada e que assume uma grande importância para a Matemática. Porém, enquanto uma afirmação matemática não for demonstrada, ela não passa de uma conjectura, levando a que o trabalho de enunciar e demonstrar teoremas seja uma atividade muito importante para um matemático. As ideias matemáticas, tal como as cores ou as palavras, devem encaixar de um modo harmonioso. A beleza é o primeiro teste: não existe lugar permanente no mundo para matemática feia. É neste sentido que o Teorema de Pitágoras (ver figura 1) é um dos mais belos e importantes teoremas da Matemática de todos os tempos – seja pela simplicidade e aplicabilidade, seja pela posição que ocupa na história do conhecimento matemático.

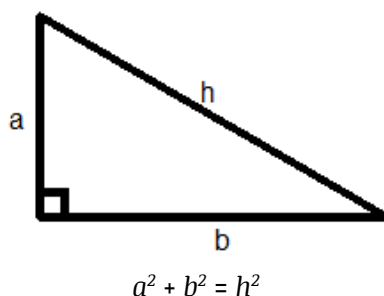


Fig. 1 – Teorema de Pitágoras

Desde o século V a.C., surgiram inúmeras demonstrações deste teorema. Em 1940, o matemático americano E. S. Loomis publicou o livro *The Pythagorean Proposition* (segunda edição), com 370 demonstrações. Destas, apresentamos três que, para nós, são muito elegantes.

## PROVA DE EUCLIDES

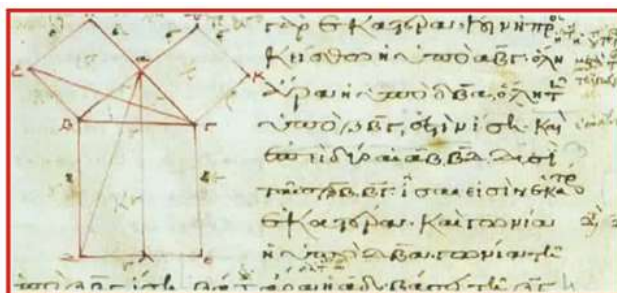


Fig. 2 – Prova de Euclides

## PROVA ADAPTADA DE CHOU PEI MAN CHING (200 ANOS A. C.)

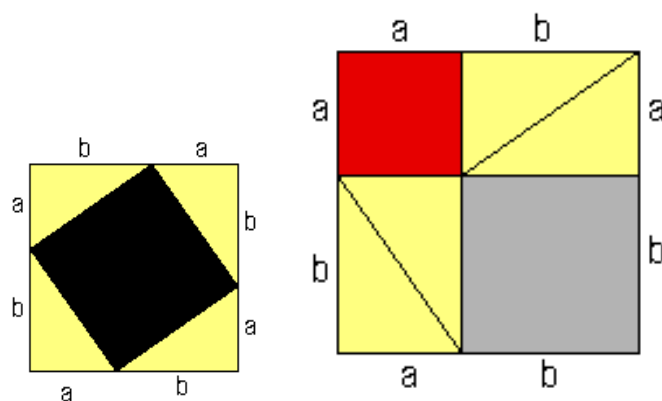


Fig. 3 – Prova adaptada de Chou pei man Ching

## PROVA USANDO O TANGRAM CHINÊS

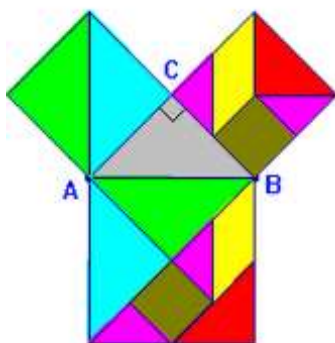


Fig. 4 – Prova usando o Tangram Chinês

Em todas estas demonstrações, as ideias matemáticas encaixam de um modo harmonioso, apresentando uma beleza única. Um outro teorema que aqui destacamos, inventado mais recentemente, é o Teorema Fundamental do Cálculo (figura 5).

Se  $f$  é uma função contínua em  $[a,b]$ , e  $F$  é uma primitiva de  $f$  em  $[a,b]$ , então

$$\int_a^b f(x)dx = F(b) - F(a)$$

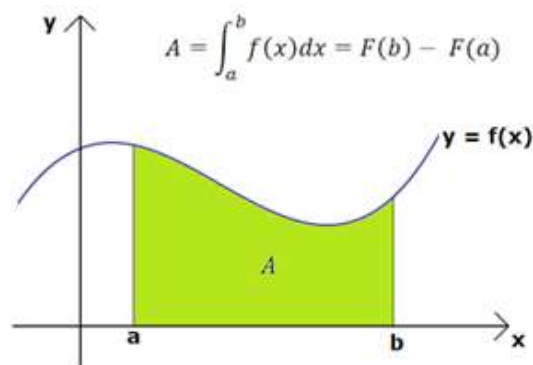


Fig. 5 – Teorema Fundamental do Cálculo

Este teorema transforma a difícil tarefa de calcular integrais definidas por meio de cálculo de limites de somas num problema muito mais fácil de primitivação. Não temos que calcular somatórios construídos a partir da subdivisão do intervalo; simplesmente determinamos uma primitiva usando as técnicas de primitivação estudadas anteriormente. Trata-se de um teorema que simplifica fortemente o conhecimento existente na época da sua invenção, usando de forma muito harmoniosa e criativa o conhecimento já existente. Com ele podemos calcular áreas “difíceis”, por exemplo, tal como se evidencia na figura 3:

63

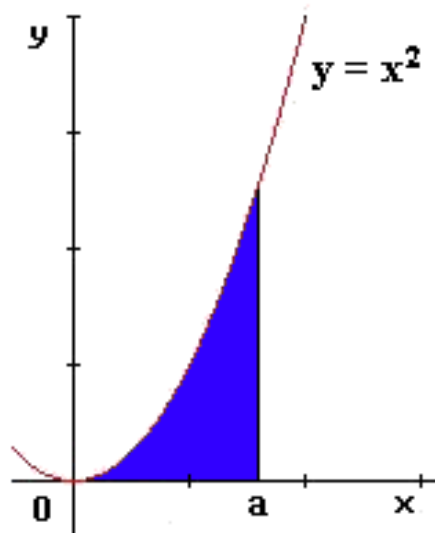


Fig. 6 – Cálculo da área “difícil” a sombreado:  $\int_0^a x^2 dx = \frac{a^3}{3}$

## RESOLUÇÕES ELEGANTES DE PROBLEMAS

Muita da beleza da Matemática encontra-se nas demonstrações dos teoremas e nas resoluções dos problemas que são realizadas. Nelas, a criatividade e a harmonia sobressaem, sobrepondo-se aos aspetos lógicos, considerados mais “frios” e mais “mecânicos”, e conferindo-lhes a vertente do belo de forma muito clara. Como exemplo, apresentamos a resolução de um problema colocado por Victor Vasarely (1906-1997), pintor húngaro-francês e um dos fundadores da **op art**, que se baseia em figuras e transformações geométricas. Num dos seus quadros, unem-se dois vértices de um quadrado com os pontos médios dos lados opostos, dando origem a um losango central (ver figura 7). O problema é: ***Que relação há entre as áreas do losango e do quadrado inicial?***

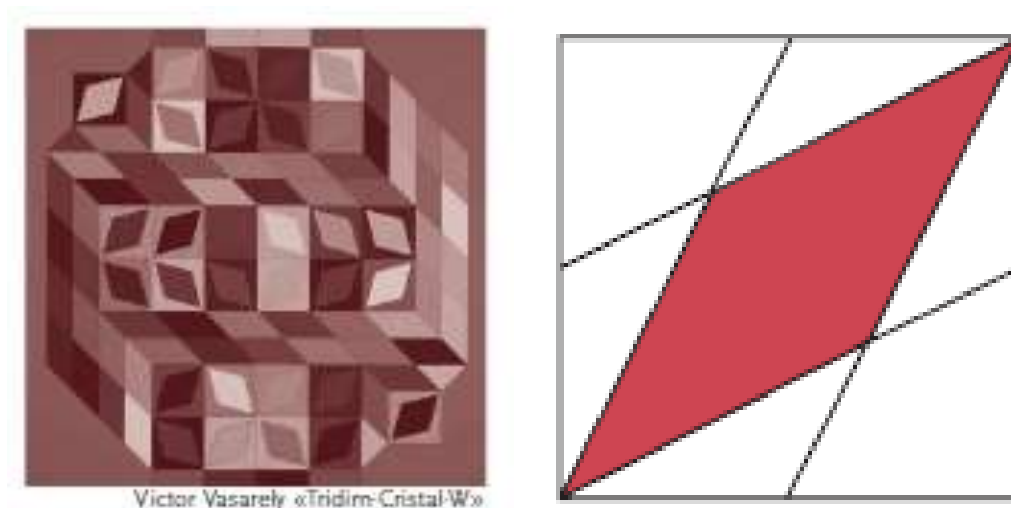


Fig. 7 – O problema de Vasarely

Claro que uma mente matematizada exige a justificação de que o quadrilátero a sombreado é um losango. Satisfeita esta exigência – trata-se, de facto, de um losango, pois os lados são todos iguais –, há que tentar responder à questão colocada. Para tal, apresentamos aqui dois caminhos diferentes, de entre os muitos possíveis. Ambos nos conduzem a um resultado que responde à questão colocada, porém, o segundo deles, e para os autores deste texto consegue evidenciar uma harmonia de ideias matemáticas mais bem conseguida, conferindo-lhe uma maior beleza. É este segundo caminho que será usado por nós para responder à questão colocada.



## O PRIMEIRO CAMINHO

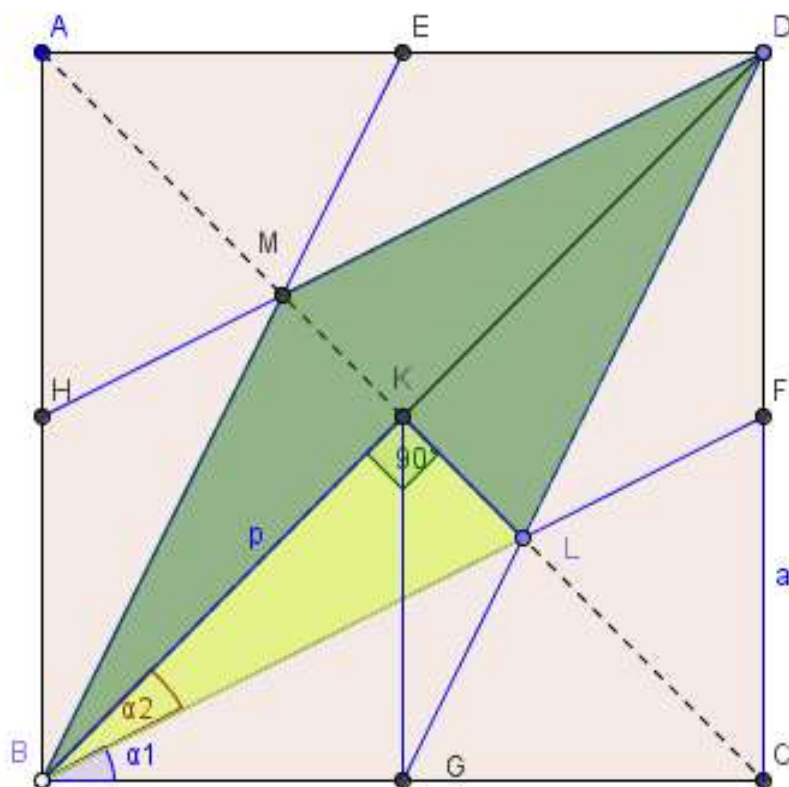


Fig. 8 – O primeiro caminho

A imaginação, o conhecimento matemático e a criatividade do autor desta resolução levam à construção da figura 8, a partir da qual, e colocando em jogo conceitos geométricos (área de um triângulo; teorema de Pitágoras) e trigonométricos (tangente de um ângulo; tangente da soma de dois ângulos), deduziu que a área do losango era um terço da área do quadrado. É uma resolução que exige alguns cálculos, tornando-se, eventualmente, algo aborrecida e pouco simpática.

## O SEGUNDO CAMINHO

Após o recurso a um software de geometria dinâmica, o autor desta resolução começa por ganhar convicções quanto à relação entre as áreas em causa (a do losango é um terço da do quadrado). Seguidamente imaginou, de acordo com o seu conhecimento matemático e com a sua criatividade e sensibilidade, a figura 9:

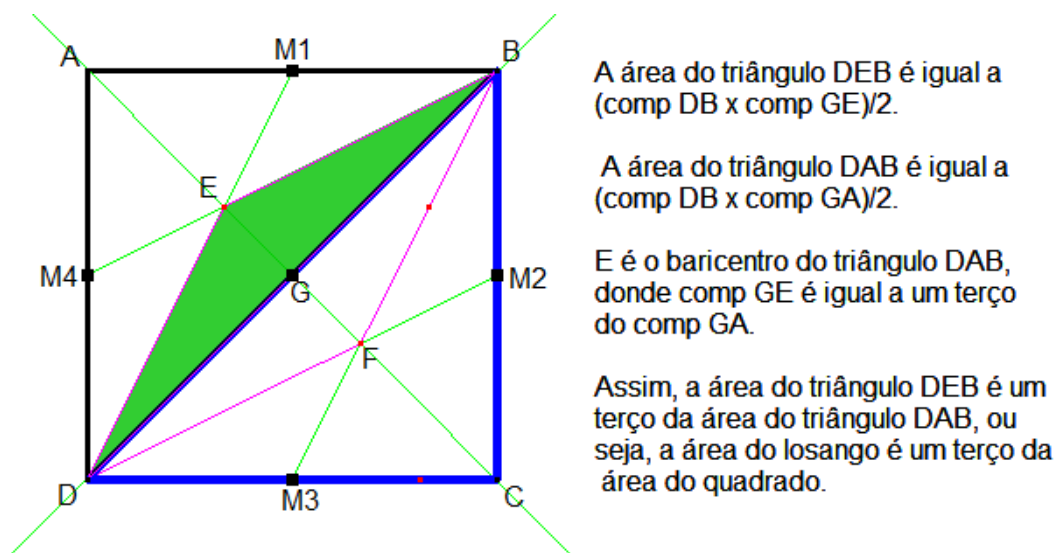


Fig. 9 – O segundo caminho

Nesta resolução, o autor faz uso do conhecimento da área de um triângulo e da existência do ponto baricentro, e suas propriedades. A enorme harmonia, e para os autores deste texto, está na simplicidade da resolução, nomeadamente no recurso a poucos conhecimentos matemáticos e à sua suficiência para dar uma resposta ao problema colocado. Pouca, mas muita, Matemática. “Quase” que basta olhar para a figura para se conseguir dar uma resposta à questão colocada. Isto é belo.

## A PERSPETIVA DOS MATEMÁTICOS

Muitos matemáticos têm falado e escrito sobre o belo na Matemática, onde *Beleza* e *Estética* são as duas palavras em que eles acreditam piamente. Para Emmer (2005: 64):

O matemático tem uma vasta variedade de campos em relação aos quais pode regressar e goza uma considerável liberdade naquilo que ele faz com eles... é correto afirmar que os seus critérios de seleção, e também os de sucesso, são principalmente estéticos. Entendo que esta afirmação é controversa e que é impossível “prová-la”, ou, mesmo, dar-lhe substância. Espera-se que um teorema matemático, ou uma teoria matemática não só descrevam e classifiquem numerosos e diversos casos especiais, numa forma simples e elegante, mas também que alimentem a expectativa da apresentação de elegância na sua maquilhagem estrutural. Esses critérios são claramente os de qualquer arte criativa ... muito mais semelhantes à atmosfera da arte pura e simples do que à das ciências empíricas.

Há, desta forma, uma associação clara da atividade matemática à atividade da arte pura. Por sua vez, Jacques Mandelbrot (1995: 29-38) afirma que:

A intuição inicial de um matemático ou de um artista é livre, livre da pressão da realidade que pesa sobre a ciência experimental. A Matemática, além da sua evolução sobre as relações com a Física, evolui de acordo com a sua própria lógica e não está de forma alguma ligada à realidade. Um matemático faz Matemática por introspeção, tal como um artista... um facto matemático para ser interessante tem de ser, em primeiro lugar, belo. Um teorema matemático pode e deve ser tão belo como um poema, pois é isso que alimenta o espírito.

67

Mandelbrot diz-nos que a beleza é um critério importante na prática de um matemático. Refere-se ao teorema matemático como algo belo como um poema, pois é assim que se alimenta o espírito humano. Relativamente a este aspeto, e relatando a sua própria experiência na demonstração do último Teorema de Fermat, Andrew Wiles afirma (Sing, S. 1999: 40-43). “L’ultimo teorema di Fermat: il racconto di scienza del decennio”, in M. Emmer, *Matemática e cultura 2*. Milan: Springer Italia):

Após o muito trabalho já desenvolvido em torno desta demonstração, de repente, e de forma não esperada, tive a revelação desejada, que se veio manifestar como uma solução para a demonstração e que, para mim, era tão indescritivelmente **belo, simples e elegante**. Não conseguia entender como é que a não tinha alcançado antes, tendo ficado a olhar fixamente para ela durante vinte minutos, como se ainda não acreditasse na sua existência. Depois, durante o dia, vagueei pelo departamento e continuei a ir à secretária para ver se a solução ainda lá estava. Ela ainda lá estava. Não me podia conter, estava tão excitado. Foi o momento mais importante da minha vida de trabalho. Nada que faça no futuro significará tanto para mim.

Wiles testemunha o surgimento inesperado de uma ideia, e faz uma alusão explícita à beleza, simplicidade e elegância da demonstração matemática. Ainda sobre a atividade e a prática matemática, o matemático Hardy (1940) afirma que o sentimento

de Arte torna-se ainda maior quando uma pessoa pensa sobre a forma como trabalha e progride um investigador. Para aquele autor, não devemos imaginar um matemático a operar inteiramente de forma lógica e sistemática. Ele muitas vezes tateia no escuro, não sabendo se deverá tentar provar, ou não, uma certa proposição e, frequentemente, ocorrem-lhe ideias essenciais inesperadas, sem ele mesmo ver um caminho lógico e claro que o conduza a elas a partir das considerações anteriores. Segundo Hardy, e tal como acontece com os compositores e artistas, na construção dos novos constructos matemáticos deveremos falar de inspiração. Segundo um dos maiores nomes da Matemática do século passado, Poincaré (1905: 139), a Matemática assume-se como um *instrumento para estudar a Natureza*, tem uma meta filosófica e, ainda, uma *meta estética*. Para ele,

Os matemáticos experienciam uma satisfação parecida com a sentida pelos pintores ou músicos. Eles admiram a *harmonia delicada dos números e das formas*; eles maravilham-se quando uma nova descoberta revela perspectivas inesperadas.

Poincaré afirma, mesmo, que a satisfação que os matemáticos experienciam com o que fazem tem a ver com o lado estético da Matemática. Conclui a sua ideia sobre o assunto, questionando que embora não sejam muitos os afortunados que são convidados a satisfazer-se plenamente com, na e pela Matemática, não será isso também o que acontece com a maioria das artes nobres? Terminamos esta secção com uma referência a François Le Lionnais (1962: 457-458). Para este matemático:

A beleza mostra-se ela própria na Matemática, tal como nas outras ciências, nas Artes, na vida e na Natureza. As emoções que a Matemática envolve, muitas vezes comparável às da música pura, grande pintura ou poesia, não são de um tipo diferente, sendo difícil compreendê-las se não se experienciou o mesmo lampejo da iluminação. A beleza da Matemática certamente não implica a sua verdade ou a sua utilidade. Para algumas pessoas ela produz horas de prazer incomparável, para outras pessoas há a certeza de que a Matemática continuará a ser usada para o benefício de cada um e para a glória da aventura humana.

Le Lionnais distingue claramente a estética da Matemática da aplicação da Matemática à estética, realçando a beleza da Matemática, por si mesma. Outros testemunhos de matemáticos poderiam ser referidos por nós. Pensamos, porém, que todos aqueles que aqui trouxemos revelam fatores comuns e muito concordantes sobre a forma como aqueles matemáticos veem a natureza da Matemática, a prática matemática e a relação que estabelecem da Matemática com as Artes, nomeadamente com a beleza, a simplicidade e a estética.

## ARTE E MATEMÁTICA

Nesta secção abordaremos, à semelhança do que foi feito na secção anterior, alguns exemplos de Arte e apresentaremos a perspetiva de vários artistas. Começaremos por apresentar alguns dos trabalhos de Almada Negreiros. A figura 10 é a representação de um autorretrato do artista, um desenho de 1949, feito a tinta-da-China:



Fig. 10 – Autorretrato de Almada Negreiros (1949)

Neste autorretrato observa-se claramente a “invasão” matemática, proliferando as figuras geométricas e as relações entre elas, dispostas e utilizadas com um sentido estético muito profundo. Posteriormente, em 2014, foi construído em Lisboa um monumento que dá corpo ao autorretrato (figura 11):



Fig. 11 – Reminiscência de Almada Negreiros (2014)

Almada construiu uma série composta por quatro quadros abstrato-geométricos de iguais dimensões, pertencentes ao acervo do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, que constituem, teoricamente, uma unidade numérica, a saber: i) Porta da Harmonia; ii) O Ponto de Bauhütte; Quadrante I; e Relação 9/10. Como exemplo, apresentamos a Porta da Harmonia (1957):

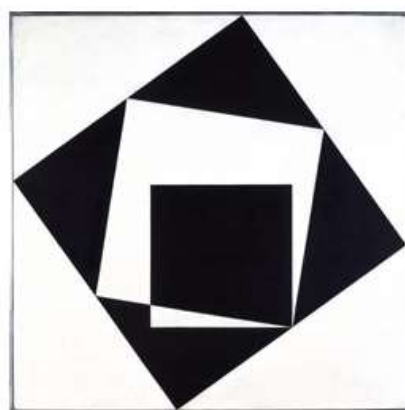


Fig. 12 – Porta da Harmonia (1957)

Segundo Sophia de Mello Breyner Andersen (1958: 4):

*Estes quadros são a pura síntese, a lei da proporção e da harmonia, que está latente em todas as coisas que estão certas. E por isso deles nasce uma tão funda sensação de equilíbrio, de clarificação, de serenidade. Evocam imediatamente a Grécia. Sendo uma das obras mais modernas da exposição, é aquela que está mais ligada à arte da Antiguidade.*

É a Arte eivada da lei da proporção matemática e de harmonia, realçando equilíbrio e serenidade. No campo da Arquitetura, começamos por apresentar a Mesquita de Kairouan (Tunísia, ano 670 D.C.).

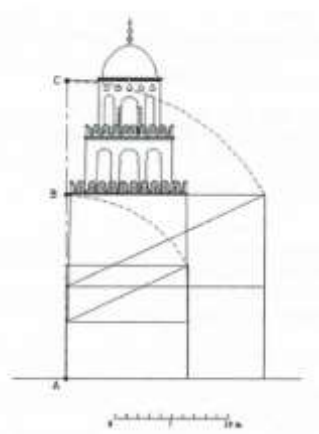
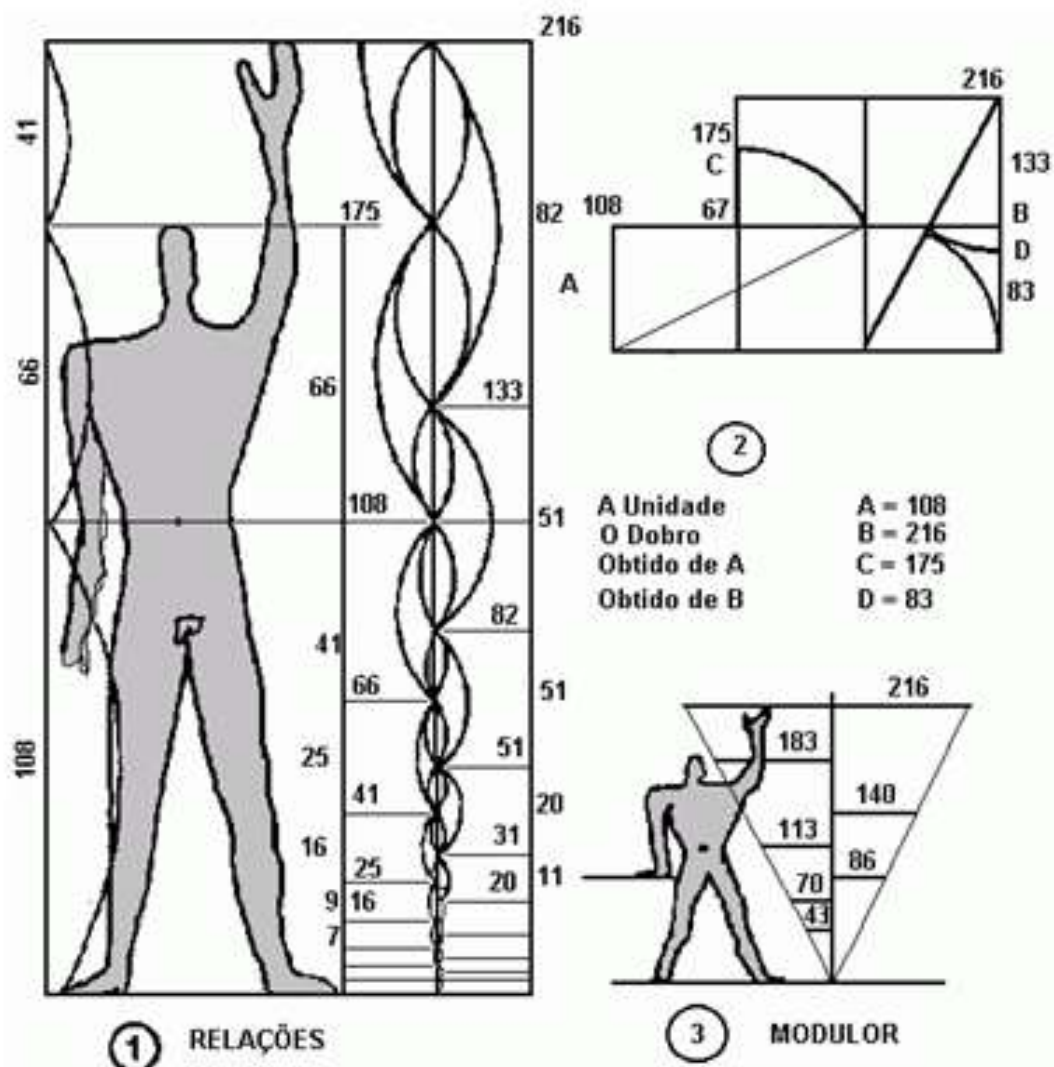


Fig. 13 – Mesquita de Kairouan (Tunísia, ano 670 D.C.)

A sua construção mostra a importância da Matemática na sua conceção, para além dos necessários cálculos. De facto, e segundo alguns estudiosos, a altura do minarete é determinada pela construção geométrica da secção dourada.

Le Corbusier – arquiteto francês – criou o *Modulor* (ver figura 14), entre 1943 e 1950. Este trabalho consiste num sistema de medidas assente nas dimensões do corpo humano e na Matemática. Trata-se de uma fórmula realizada com base no “quadrado duplo”, na “sucessão de Fibonacci” e no “retângulo de ouro”, a partir da qual seria possível gerar duas sequências de medidas em harmonia com o corpo humano e entre si. Estas sequências poriam em relação dois sistemas métricos – o anglo-saxónico e o decimal- e a sua aplicação permitiria unir o mundo da construção, dividido em duas partes: a dos metros e centímetros e a dos pés-polegadas.





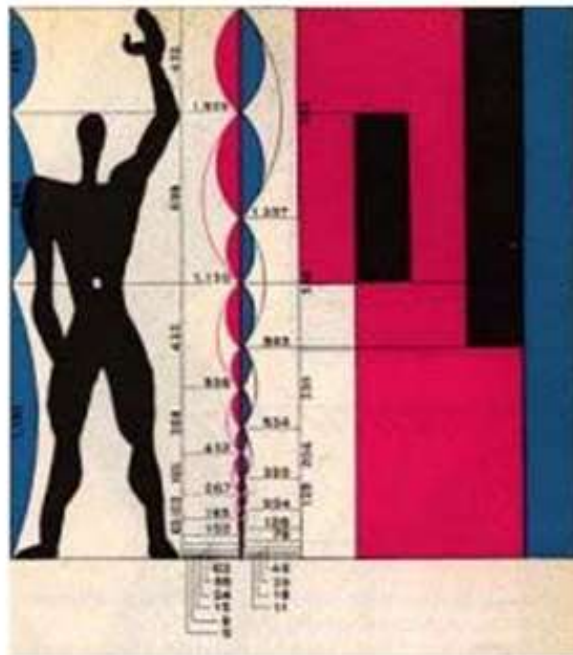


Fig. 14 – O Modulor

Segundo Emmer (2013), Le Corbusier tinha um sonho que era o de construir um modelo que apresentasse uma sequência infinita de diferentes combinações e proporções, onde as várias obras realizadas, embora diferentes entre si, estivessem unificadas pela harmonia e onde houvesse uma conciliação entre a dimensão humana e a dimensão matemática. Mais recentemente, o famoso arquiteto Norman Foster, aquando da inauguração da sua obra Viaduto de Millau (ver figura 15), afirma estar muito satisfeito, pois aquela sua última criação contém o famoso número áureo.



Fig. 15 – O viaduto de Millau, 2004



Na Pintura, recordamos Leonardo da Vinci e a sua célebre Mona Lisa (ver figura 16). Nela se observa o papel desempenhado pela Matemática, em especial a espiral dourada, evidenciando a manifestação de um movimento contínuo e belo.

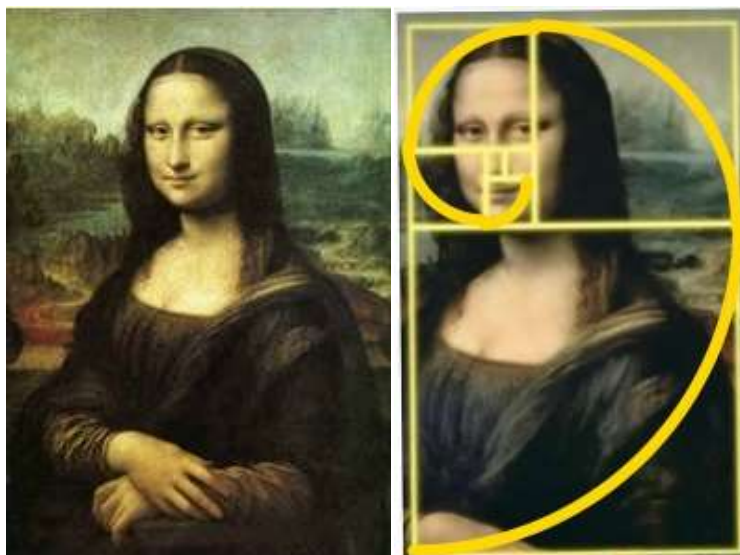


Fig. 16 – Mona Lisa (1503 – 1506)

Fechamos esta secção com uma referência às Letras. Segundo Vasco Graça Moura (1994), Jorge de Sena aplica o número de ouro à totalidade dos versos (8816) de *Os Lusíadas*, apresentando o seguinte esquema:



Fig. 17 – Aplicação do número de ouro à totalidade dos versos de *Os Lusíadas*

O número 5448 obtém-se pela divisão de 8816 pelo número de ouro. Ora o verso 5448, “*Fim de suas perfias tão constantes*”, e segundo Graça Moura (1994:148), é realçado por Jorge de Sena na medida em que é ele que “Dá a chegada de Vasco da Gama à Índia”. Seja na Arquitetura, seja na Pintura, seja nas Letras, a Arte incorpora e inspira-se, em muitos casos, na Matemática, apresentando-a nas suas mais diversas vertentes e misturas, permitindo realçar harmonia e beleza.

## A PERSPETIVA DOS ARTISTAS

O pintor, escultor, arquiteto e desenhador gráfico suíço Max Bill (1908 – 1994) foi um dos *designers* mais influentes do século XX. Para ele, e segundo Emmer (2013: 4):

A Matemática não é apenas um dos instrumentos essenciais do pensamento primário, mas, igualmente, nos seus elementos fundamentais, uma ciência das proporções, do comportamento objeto a objeto, movimento a movimento. E dado que esta ciência tem em si estes elementos fundamentais e os coloca em relação significativa, é natural que factos semelhantes possam ser representados, transformados em imagens

Max Bill, e na sua conceção de uma abordagem matemática à arte, afirma, segundo Emmer (2005: 73):

Por uma abordagem matemática à arte não é preciso dizer que não me refiro a ideias fantasiosas para transformar a arte por algum sistema engenhoso de cálculo rápido com a ajuda de fórmulas matemáticas. No que se refere à composição, pode dizer-se que toda a escola antiga de arte teve uma base mais ou menos matemática. Há também tendências do homem na arte moderna que se baseiam no mesmo tipo de cálculos. Estes, juntamente com as próprias escalas de valor do artista, são apenas parte dos princípios elementares comuns do design para estabelecer a relação apropriada entre os volumes dos componentes. Isto é, para transmitir harmonia ao todo.

Para Max Bill, a Matemática não é quem determina a harmonia ao todo. Esta existe apenas com a junção daquela com as próprias escalas de valor do artista. Há, assim, um reconhecimento da importância da Matemática no trabalho do artista, bem como na contribuição para a harmonia do todo. M. C. Escher (1898 – 1972), artista gráfico holandês, e um dos mais célebres e conhecidos artistas gráficos modernos, tem uma vasta obra onde se incluem litografias, xilogravuras, entalhes em madeira e «mezzotinto». Trabalhou com formas geométricas inspiradas em modelos islâmicos e em formações cristalinas. Procurou dar vida a esses padrões, substituindo as formas abstratas por figuras reconhecíveis (animais, plantas, pessoas). Escher, mais do que um artista que ilustra algumas ideias matemáticas, é um artista que usa as ideias matemáticas para construir e elaborar o seu próprio espaço geométrico. Para Escher (1961: 8), o texto das publicações científicas estava geralmente para lá da sua compreensão, porém, os desenhos que as ilustram serviram-lhe frequentemente para perceber novas possibilidades para o seu trabalho. Deste modo, um contacto profundo pôde ser estabelecido entre os matemáticos e ele próprio. De forma curiosa, ou não, aquele artista afirma:

Confrontando os enigmas que nos rodeiam e considerando e analisando as observações que fazia, terminei nos territórios da Matemática. Apesar de não possuir qualquer conhecimento ou treino nas ciências exatas, sinto muitas vezes

que tenho mais em comum com os matemáticos do que com os meus colegas artistas.

Tal como Max Bill, Escher defende a ideia de que a Matemática fornece ideias para a sua atividade, mas o artista não se limita a usá-las no seu trabalho. Ele, com tais ideias matemáticas, cria o seu próprio espaço. As palavras de Escher levam-nos a questionar o porquê deste seu sentimento de proximidade com os matemáticos. Após o seu reconhecimento de não possuir conhecimentos matemáticos, o que leva Escher a identificar-se tanto com eles? Tudo indica que isso acontece pela importância, utilidade e magia que aquele artista vê na Matemática. Ele “dá vida” às ideias matemáticas através das suas figuras, evidenciando a sua beleza e estética. Por sua vez, as próprias ideias matemáticas são um suporte para dar azo à sua imaginação, o que lhe permite alargar o seu horizonte de trabalho, criando o seu próprio espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, procurámos evidenciar que quer a investigação matemática, quer a criação artística podem ser vistas como duas faces da mesma moeda. Para nós, a razão para essa interdependência é o prazer estético. Segundo Michele Emmer (2005), a relação entre a Matemática e a Arte, e entre a Matemática e a Estética, tem uma história longa e interessante. O seu afrouxamento pontual deve-se ao facto de algumas pessoas que trabalham a Arte, a Estética e as disciplinas humanísticas, não conhecerem muito do desenvolvimento recente da Matemática. Para aquele autor, há uma ambição artística na comunidade matemática, e há a necessidade para que a criatividade artística dos matemáticos seja reconhecida pelas outras comunidades.

A Matemática, ao ser um atividade humana, criada e desenvolvida pelo ser humano, que, pela sua própria natureza, procura o belo, não podia estar desligada do prazer estético.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andresen, Sophia de Mello Breyner (1958). Modernidade e tradição na exposição Gulbenkian. *Diário Popular*, 09 de Janeiro de 1958, p. 4 e 6.

Bill, M. (1949). *Die mathematische Denkweise in der Kunst unserer Zeit*, Wrek, nº 3. Reeditado em inglês, com correções feitas pelo próprio autor, em M. Emmer, ed., *The Visual Mind*. Cambridge: MIT Press (1993), pp. 5- 9.

Emmer, M. (2005). *The visual mind II*. Cambridge, The MIT Press

Emmer, M. (2013). Matemática e Cultura. *Revista Educação e Matemática*, pp. 3-11. Lisboa: APM.

Escher, M. C. (1961). *The Graphic Work of M. C. Escher*. Macdonald and Co, London.

Freitas, L. (1990). *Almada e o número*. Editora Soctip, Lisboa.

Hardy, G. (1940). *A Mathematicians's Apology*. New York: Cambridge University Press.

Le Corbusier (1949). *Le Modulor. Essai sur une mesure harmonique à l' échelle humaine applicable universellement à l'architecture et à la mécanique*. Éditions de l'Architecture d'Aujourd'hui, coll. Ascoral. Le Lionnais, F. (1962). *Les grands courants de la pensée mathématique*. Paris: Librairie Scientifique et Techinique A. Blanchard.

Loomis, E. S. (1940). *The Pythagorean Proposition*.

Mandelbrot, J. (1995). "Spontanément mathématique", in M. Loi, ed., *Mathématiques at art*. Paris: Herman, 29-38.

Moura, V. G. (1994). *Camões e a divina proporção*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.

Poincaré, H. (1905). *La valeur de le science*. Paris: Flammarion.

Sing, S. (1999). "L' ultimo teorema di Fermat: il racconto di scienza del decennio", in M. Emmer, *Matemática e cultura 2*. Milan: Springer Italia, pp. 40-43.

von Neumann, John (1956). "The mathematician". In *The World of Mathematics*. New York: Simon and Schuster, pp. 2053 – 2063.

## MATEMÁTICA E ARTE: FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

Número e legenda da figura (página)	Fonte respetiva
Fig. 1 – Teorema de Pitágoras	Pública (elaborada por nós)
Fig. 2 – Prova de Euclides	Livro <i>The Pythagorean Proposition</i> (segunda edição), referenciado por nós.
Fig. 3 – Prova adaptada	Livro <i>The Pythagorean Proposition</i> (segunda edição) , referenciado por nós.
Fig. 4 – Prova usando o Tangran Chinês	Livro <i>The Pythagorean Proposition</i> (segunda edição) , referenciado por nós.
Fig. 5 – Teorema fundamental do cálculo	Pública
Fig. 6 – Cálculo da área “difícil” a sombreado	Pública
Fig. 7 – O problema de Vasarely	Revista Educação e Matemática, nº 125, p. 60, referenciada por nós (a composição da fig. 7 é da nossa responsabilidade)
Fig. 8 – O primeiro caminho	Resolução conjunta – alunos e professor – saída de uma aula de Complementos de Didática da Matemática, 3º ciclo em Didática da Matemática, UBI, 2013. Pode ser considerada pública.
Fig. 9 – O segundo caminho	É da nossa responsabilidade. Pública
Fig. 10 – Autorretrato de Almada Negreiros (1949)	Livro “Almada e o número”, p. 20, referenciado por nós.
Fig. 11 – Reminiscência de Almada Negreiros (2014)	Fotografia do monumento. É uma figura pública.
Fig. 12 – Porta da Harmonia (1957)	Livro “Almada e o número”, p. 57, referenciado por nós.
Fig. 13 – Mesquita de Kairouan (Tunísia, ano 670 D. C.)	Composição de uma fotografia tirada por uma das autoras do artigo (Ana Teixeira) e pela figura 7, p. 15, da revista NEXUS NETWORK JOURNAL, VOL. 6, Nº 1, 2014. (não referenciada por nós)
Fig. 14 – O modular	Imagem <a href="http://staff.bath.ac.uk">http://staff.bath.ac.uk</a> [figura de cima] Imagem <a href="http://www.educ.fc.ul.pt">http://www.educ.fc.ul.pt</a> [figura de baixo] <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Viaduto_de_Millau">https://pt.wikipedia.org/wiki/Viaduto_de_Millau</a> [a figura da direita]
Fig. 15 – O viaduto de Millau, 2004	A imagem da esquerda foi tirada da NET, mas não conseguimos lembrar-nos de onde. Na NET há milhares de fotografias do viaduto de Millau! É a composição de duas Mona Lisas, feita por nós. É pública.
Fig. 16 – Mona Lisa (1503 – 1506)	Construída por nós, baseada na informação da p. 147 do livro “Camões e a divina proporção”, referenciado por nós. É pública.
Fig. 17 – Aplicação do número de ouro à totalidade dos versos de Os Lusíadas	





# **O projeto ORFEUS e a morfologia das arquiteturas de Cister em Portugal**

ANA MARIA TAVARES MARTINS

Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da

Universidade da Beira Interior

Lab2PT, CIDEHUS

amtfm@ubi.pt

## **RESUMO**

Este artigo reflete o trabalho desenvolvido no Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior, no âmbito da Arquitectura Cisterciense, destacando-se a pertinência do Projeto ORFEUS - A Reforma tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris (Projecto FCT EXPL/EPH-PAT/2253/2013). A instituição proponente foi a Universidade de Évora, através do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), sendo a Universidade da Beira Interior uma das instituições parceiras conjuntamente com a Universidade do Minho e a Universidade dos Açores. Através desta linha de investigação na UBI, aprofunda-se a investigação no âmbito da Arquitectura Cisterciense, como um sistema, permitindo chegar a conclusões através da inter-relação dos vários exemplos de Mosteiros daquela em Portugal. Aqui, apresenta-se a dualidade espacial patente entre os diversos coros monásticos cistercienses: femininos e masculinos.

## PALAVRAS- CHAVE

Ordem de Cister, Arquitetura Cisterciense, Coro Monástico.

## ABSTRACT

This paper reflects the work that has been developed at the Department of Civil Engineering and Architecture at the University of Beira Interior, in the context of Cistercian Architecture, highlighting the relevance of the project ORFEUS - The Tridentine Reform and the music in the cloistral silence: the Monastery of St. Benedict of Cástris (Project FCT EXPL/EPH-PAT/2253/2013). Through this research line in UBI, stimulated by the ORFEUS Project, deepened the investigation within the Cistercian Architecture, as a system, allowing to reach conclusions through the interrelation of various examples of Cistercian monasteries in Portugal, being in this paper presented the space duality between the various Cistercian monastic choirs: male and female.

## KEYWORDS

Cistercian Order, Cistercian Architecture, Monastic Choirs

## INTRODUÇÃO

O encontro de instituições com uma grande ideia pode conduzir a um excelente projeto de investigação como se relata adiante, envolvendo centros de investigação, universidades, autarquias, museus e associações. Investigadores de diversa origem colaboraram em várias oficinas, congressos nacionais e internacionais, no projeto ORFEUS para que o mesmo tivesse sucesso. Além das publicações, foi possível desenvolver temas no âmbito académico particularmente de mestrado e cremos de doutoramento no futuro. A historiografia de Cister ficou mais rica e o património que a Ordem deixou mais publicitado e preservado

## A GÉNESE E O SUCESSO DE UM PROJETO SOBRE A ORDEM DE CISTER

Em Março de 2012, a Universidade da Beira Interior (UBI), através do Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura (DECA) e do Departamento de Letras, juntamente com a Associação Portuguesa de Cister (APOC), em colaboração com a Abadia de Santa Maria de Oseira (Galiza, Espanha) e com o Museu de Lanifícios (UBI, Covilhã) organizaram o *I Simpósio Internacional Espaços de Cister: Arquitetura*. Este Simpósio pretendeu alertar a comunidade científica e sobretudo os arquitetos e todos os que trabalham com o Património para a particularidade deste bem cultural e arquitetónico que é o legado cisterciense. Desapareceram os monges em 1834, mas os edifícios que habitaram mantiveram-se: uns adaptados a novos usos, outros alvos do infortúnio encontrando-se em ruína. Na atualidade, o legado arquitetónico cisterciense é alvo de reabilitação segundo os moldes da contemporaneidade. Pretendeu-se com aquele evento apresentar diversos estudos de caso portugueses e internacionais e explorar a linguagem arquitetónica e os princípios estéticos subjacentes à arquitetura cisterciense, seja a do séc. XII ou a aplicada no século XXI. Houve campo de discussão multidisciplinar, partilha de saberes e experiências.

Em Setembro de 2013, integrada nas Jornadas Europeias do Património JEP'2013, surge a *I Residência Cisterciense* proposta para o mosteiro de S. Bento de Cástris organizada pelo CIDEHUS, pelo CHAIA e pela DRCALENTEJO, e com a colaboração de diversas instituições, entre as quais a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Évora, a Universidade de Sevilha, o Lab. Hercules, o CITAD, o CEHR, a APOC, o CITCEM, o CEHUM, o CHC e o CHSC. Este evento teve como objetivo primordial reinventar, na contemporaneidade, a densidade histórica do discurso cisterciense, integrando a geografia do mosteiro eborense numa mais ampla geografia da Ordem de Cister. Inspirada nas questões da História, da Arte, do Património e da Paisagem cistercienses, a Residência, regida pelo ritmo do quotidiano da Regra Beneditina, apostou na vivência dos espaços do mosteiro e no debate de questões atuais ligadas aos espaços monásticos e ao seu futuro. Esta *I Residência Cisterciense de S. Bento de Cástris* foi dedicada ao Silêncio, as suas linguagens e significados em domínios vários, colorido pelo devir natural dos tempos e espaços do mosteiro, por oficinas exploratórias das potencialidades do mosteiro enquanto vasto espaço patrimonial e por narrativas abertas apelando à criatividade e à contemporaneidade, tendo sido este o denominador comum da iniciativa. É de referir que a arquitetura monástica é um nicho de investigação, abrangente e transversal que, no que respeita à investigação em Arquitetura e Engenharia, começa a dar os primeiros passos no nosso país. Aquele e este evento foram fundamentais para que surgisse o interesse de uma equipa coesa para a submissão de um projeto exploratório à FCT no âmbito de Cister e mais particularmente centrado no Mosteiro de S. Bento de Cástris. A inclusão da Universidade da Beira Interior nesta linha de investigação surge no seguimento da participação ativa desta instituição na organização de dois eventos científicos que alavancaram a participação da mesma na submissão da candidatura do Projecto ORFEUS - “A Reforma Tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris” à FCT (FCT EXPL/EPH-PAT/2253/2013). De igual modo, a parceria e investigação no âmbito de S. Bento de Cástris foi apresentada na comunicação conjunta “Dos Claustros Cistercienses Portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris” da autoria de Antónia Conde ao *Encontro Internacional sobre Claustros*

no *Mundo Mediterrânico* (Séc. X-XVIII), organizado pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga em junho de 2013. Tendo como ponto de partida a investigação realizada no âmbito de duas teses de doutoramento, uma em História e outra em Arquitetura, na vertente Reabilitação do Património Arquitetónico e Urbano, que se debruçaram sobre a temática cisterciense portuguesa, uma sobre o Mosteiro Cisterciense de S. Bento de Cástris, em Évora (Conde 2004), e outra sobre as Arquitecturas de Cister em Portugal (Martins 2011) e um centro de investigação comum, o CIDEHUS, foi apresentada uma visão interdisciplinar e de conjunto de todos os claustros cistercienses em Portugal, destacando a especificidade do Mosteiro de S. Bento de Cástris.

Em 2014, esta parceria foi aprofundada em vários eventos: Em março, no Palácio do Vimioso com *Olhares Cruzados sobre o Património Cultural*. Em junho, em Leeds, na sessão 730 de *Cistercian Studies, III: From Order to Congregation - The Legacy of the Portuguese Cistercian Monasteries* no “*International Medieval Congress 2014*” com o apoio da “*Cîteaux: Commentarii cistercienses*” tendo sido moderadora Terryl N. Kinder, a editora-chefe da “*Cîteaux: Commentarii Cistercienses*”. Ainda neste ano, estando já a decorrer o Projecto ORFEUS, destaca-se a organização de dois eventos científicos em que este é promotor: o *Seminário Internacional Arte, Música e Devoção nos Mosteiros da Ordem da Cister*, organizado pela Casa Museu de Monção / Universidade do Minho e pelo Projecto ORFEUS; e *A Reforma Tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris* com apoio do CIDEHUS e das Universidades da Beira Interior, Açores e Évora, Monção – Portugal: Casa Museu de Monção. Em 19 e 20 de setembro, realiza-se a *II Residência Cisterciense em S. Bento de Cástris - A Estética, o Espaço e o Tempo. Reflexos da Contra-Reforma na praxis música* e em 20 e 21 de novembro, realiza-se *II Simpósio Internacional Espaços de Cister: Arquitetura e Música na Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior*. Destaca-se ainda a divulgação do Projecto ORFEUS como parte integrante da Exposição Documental “*Espaços de Cister*” que teve lugar no Núcleo da Real Fábrica de Panos do Museu de Lanifícios (UBI, Covilhã) que decorreu de 20 de Novembro a 5 de Janeiro de 2015. No início de 2015, como resultado do referido trabalho multidisciplinar, o Projecto foi divulgado no livro da editora italiana ABEditore “*Proceedings ICNMC 2015, 1st International Conference on New Music Concepts.*” com o título “*Cistercian Monastery of S. Bento de Cástris, Évora, Portugal: Acoustic measurements under ORFEUS Project*” (Lanzinha, Nepomuceno, Martins, Reis, Alves 2015).



Fig. 1 – Igreja do Mosteiro do S. Bento de Cástris durante o ensaio acústico (fotografia da autora)

Em Março de 2015, o interesse gerado pelo Projecto ORFEUS, permitiu a sua apresentação no “Seminario de Formación Continua: Sevilla, ciudad conventual - patrimonio urbano y arquitectónico, dentro del Aula de la Experiencia de la Universidad de Sevilla” a convite da Universidade de Sevilha.

Quanto ao sucesso do projeto em provas académicas, confirma-se que em 2014 foram elaboradas na Universidade da Beira Interior e realizadas as provas públicas de duas dissertações de Mestrado (Rodrigues 2014 e Reis 2014), na área científica de Arquitectura. Com base nestas dissertações e pela constatação de que a igreja do Mosteiro de S. Bento de Cástris apresentava uma tipologia de configuração de espaços pouco comum foi necessário elaborar um ensaio na respetiva igreja para explorar as condições acústicas (Fig. 1) da mesma. Esta fase do trabalho apenas foi possível concretizar-se com a cedência de equipamentos do Laboratório de Saúde na Edificação (LABSED) do Ubimedical o que permitiu que resultassem artigos e comunicações conjuntas. Como continuação do trabalho desenvolvido está ainda a ser elaborado um estudo da luz natural na Igreja de S. Bento de Cástris. Foi igualmente a partir deste momento que o Lab2PT se associou ao trabalho desenvolvido pela UBI, no âmbito da investigação de cariz cisterciense.

Note-se que o trabalho desenvolvido, ainda que o projeto chegue ao seu término temporal, tem continuidade neste artigo e noutros trabalhos que se iniciarão sobre esta temática. Neste sentido, destaca-se a organização da *III Residência Cisterciense de S. Bento de Cástris – vida privada, quotidianos e cultura material* em Setembro de 2015, integrada nas *Jornadas Europeias do Património 2015* e no âmbito do *Ano Internacional da Luz* e, em dezembro de 2015, a Sessão Temática 14 que faz parte integrante do “ICEUBI2015 – International Conference on Engineering – Engineering for Society”, organizado pela

Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior com o apoio da reitoria da UBI e da Ordem dos Engenheiros.



Fig. 2 – Capa do CD resultante do Projecto ORFEUS (Equipa Projecto ORFEUS, 2015)

O evento tem por objetivo divulgar a contribuição e interesse da Engenharia e Arquitetura para a Sociedade, fomentando o contacto entre investigadores e profissionais de diferentes áreas de Engenharia e possibilitando a divulgação das suas atividades de investigação, de inovação e desenvolvimento, junto dos vários sectores de atividade económica.

De igual modo, em Setembro de 2016, integrada nas *Jornadas Europeias do Património 2016*, foi organizada *IV Residência Cisterciense de S. Bento de Cástris – O Mosteiro e a Cidade*. Neste evento, foi lançado o e-book *Do Espírito do Lugar - Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz*, destacando-se dois capítulos a cargo de autores da UBI (Lanzinha, Nepomuceno, Martins, Reis, Alves 2016 e Martins, Conde, Carlos, Rodrigues, Reis 2016).

## A MORFOLOGIA DAS ARQUITETURAS DE CISTER EM PORTUGAL

A Ordem de Cister foi introduzida em Portugal no séc. XII num momento em que a Ordem ainda se encontrava na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação. O Mosteiro de S. João de Tarouca é tradicionalmente apontado como primeiro a ser fundado em 1143-1144 e o último, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa em 1685 (Cocheril 1978: 57 e 99). As fundações e filiações de Cister em Portugal estiveram desde o início associadas a objetivos de ocupação e de administração do território, sobretudo durante o nascimento e a criação da Nacionalidade. A estes objetivos, associaram-se coesão e interligação, não só a nível territorial, como também cultural e civilizacional, sendo o mosteiro cisterciense, no contexto português, também um meio de afirmação e defesa do território. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território, a extensão dos seus domínios e as áreas de influência. Deve-se ter em atenção que os mosteiros cistercienses em Portugal se encontravam vinculados a Claraval, definindo-se uma tipologia de lugar tanto em mosteiros femininos como masculinos.

Se o Claustro é o epicentro do Mosteiro, em termos arquitetónicos e funcionais, a Igreja é o coração, o epicentro do “*corpus*” monástico, que faz pulsar o sangue que flui para o “*ora et labora*”, o centro anímico e espiritual do mosteiro. A igreja encontrava-se orientada em direção ao levantar do sol, a oriente, e era implantada no ponto mais elevado do vale. A sul, encontravam-se ancoradas as demais dependências monásticas (Martins 2011).

De um modo geral, a igreja cisterciense possui uma planta em cruz latina, disposta na maior parte dos casos no lado norte do mosteiro, assim como apresenta uma abside tradicionalmente direcionada a oriente. Deste modo, em forma de cruz latina, a igreja era composta geralmente por três naves, sendo a nave central subdividida no coro dos monges ou *chorus monachorum*, antes do transepto, e no coro dos conversos ou *chorus conversorum*. O coro dos monges ocupa assim as primeiras arcadas da nave central (Fig. 3), diante da capela-mor, e presbitério, seguindo-se o coro dos conversos, também apelidado de retrocoro, que se encontrava separado por uma tribuna ou jubeu. Presbitério ou *presbiterium* é também o nome pelo qual se designa a capela-mor, ou melhor o espaço que circunda o altar-mor e que ganha importância sobretudo a partir do século XVI, no seguimento do concílio de Trento (1545-1563), assim como outros elementos tais como o púlpito, as capelas laterais e o órgão (Dias 2006).





Fig. 3 – Mosteiro de S. João de Tarouca, coro dos monges (fotografia da autora)

O jubeu separa assim os coros de monges e de conversos sendo o lugar a partir do qual se cantavam os salmos de vigílias e se faziam as leituras da epístola e do evangelho. Os monges enfermos sentavam-se junto ao jubeu e os conversos enfermos sentavam-se próximos do lado poente da igreja. Os elementos exteriores à comunidade estavam confinados ao lado ocidental da igreja e às naves laterais.

No que respeita à igreja, na Regra de S. Bento, apenas se encontra como referência: “O oratório seja o que o seu nome indica e nenhuma outra coisa ali se faça ou guarde. Findo o Ofício Divino, saiam todos em profundo silêncio, possuídos de reverência para com Deus; de modo que, se algum irmão quisesse continuar a orar em particular, não seja estorvado pela impertinência de outrem.” (RSB: cap. LII). Segundo S. Bento, o mosteiro é “...uma escola do serviço do Senhor.” (RSB: Prólogo) e a Igreja assume-se como ponto fulcral deste microcosmos pois é nela que o monge encontra o sentido da sua vida e concretiza a sua vocação estando em comunhão com Deus através do ofício divino e da liturgia.

A utilização da igreja difere em muito das outras ordens monásticas pois os desenvolvimentos da liturgia com as suas missas de intercessão e procissões foram reduzidos de modo avassalador. As consequências desta diferente utilização são perceptíveis no extremo oriental do edifício pois deste modo a capela-mor é quadrangular

ladeada por duas capelas alinhadas, ao contrário das outras igrejas onde existiam deambulatórios e capelas radiais, assim como transeptos elaborados. A nave central é frequentemente iluminada por várias aberturas nos tramos perpendiculares ao eixo da igreja (Kinder 1998: 92-93). Com o decorrer do tempo, também a própria planta da igreja se vai adaptando a distintos territórios, evoluindo para outras soluções construtivas e novas espacialidades de cunho regional do meio onde se inserem.

Nos mosteiros femininos, o coro apresenta-se de modo distinto pois as monjas estavam obrigadas ao completo isolamento não só do sacerdote como dos demais assistentes do ofício. Assim, o coro monástico feminino (Fig. 4) era separado por uma grade, a grade de clausura, ou mesmo por uma parede divisória dos restantes espaços da igreja ou então localizava-se numa galeria sobrelevada (Fig. 5) em relação à igreja (Kinder 1998: 99). O coro das monjas conforma-se no local oposto ao altar-mor, afirmando-se ambos os espaços como dois polos de fervor religioso (Borges 1998: 55).



Fig. 4 – Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, grade e coro baixo (fotografia da autora)



Fig. 5 – Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, grade e coro baixo (fotografia da autora)

O cadeiral conforma por fim o coro, sendo de cariz simples ou exuberante podendo assumir diversas disposições: simples, complexa, de fiada simples ou dupla em linha ou em U (gráfico). O cadeiral (Fig. 6), fosse de cariz simples ou complexo, seria composto por assento, misericórdia, apoia-mãos, espaldar e coroamento superior, platibandas de apoios de livros (Reis 2004).





Fig. 6 – Mosteiro do Lorvão, cadeiral do coro das monjas (fotografia da autora)

Deste modo, compreende-se que a entrada do templo não seja axial, como nos masculinos, mas sim lateral. No caso dos mosteiros femininos, cujo coro se encontrava sobre-elevado, a entrada poderia ser axial tal como nos mosteiros masculinos. Assim, no que respeita aos mosteiros cistercienses femininos, apresentam-se três tipos de entradas na igreja:

I. Acesso lateral — São deste tipo os mosteiros cujo acesso de elementos exteriores à comunidade se faz por uma porta lateral rasgada diretamente na parede da Igreja, casos dos mosteiros de Santa Maria de Cós, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa e S. Pedro e S. Paulo de Arouca (Martins 2011: 339).

II. Acesso através de loggia — São deste tipo os mosteiros cujo acesso, de elementos exteriores à comunidade, se faz através de uma loggia que conduz a uma porta lateral rasgada diretamente na parede da Igreja, casos dos mosteiros de Santa Maria de Almoester (vestígios), S. Dinis de Odivelas e S. Bernardo de Portalegre (Martins 2011: 340).

III. Acesso indireto com antecâmara — São deste tipo os mosteiros cujo acesso de elementos exteriores à comunidade se faz através de uma antecâmara prévia que conduz à porta da Igreja do mosteiro. São deste tipo os Mosteiros de Santa Maria de Celas, S. Mamede do Lorvão, S. Bento de Cástris e Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (Martins 2011: 340).

O transepto confinava com a abside retangular. De carácter sólido e austero, era no presbitério que se celebrava a eucaristia. O transepto permitia dotar a igreja de uma maior espacialidade e luminosidade, permitia também acolher capelas nos seus braços (Kinder 1998: 109). Habitualmente a igreja não estava aberta ao público. No entanto existia uma entrada específica destinada a elementos exteriores à comunidade na fachada principal da igreja que era o pórtico ou nártex. O nártex assinala a passagem do mundo terreno ao local de culto sagrado. Os cistercienses reduziram o pórtico à sua expressão mais simples ao contrário dos cluniacenses. Porém, alguns mosteiros cistercienses apresentam um nártex significativo, facto apenas compreendido pelas influências arquitetónicas do local e região onde se inseriam.

No que respeita à igreja como um todo, nos mosteiros cistercienses portugueses que chegaram até à contemporaneidade, pode-se observar uma vasta utilização de tipologias não ficando apenas vinculada à métrica e desenho claravalense o que vem, uma vez mais, demonstrar a existência de um plano tipo subjacente, mas com espaço para a singularidade regional e para a liberdade formal. Assim, tanto no que respeita aos mosteiros femininos como aos mosteiros masculinos, encontram-se plantas monoaxiais, biaxiais e centralizadas. Deste modo, os mosteiros femininos portugueses pertencentes à Ordem de Cister apresentam a igreja segundo três tipos distintos, conforme a configuração da sua planta:

I. Monoaxial — São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um único eixo, não possuindo transepto. As igrejas podem ser monoaxiais simples se possuírem apenas uma nave ou complexas se possuírem mais do que uma nave. No caso português, apresentam três naves. São do tipo monoaxial simples, com apenas uma nave, as igrejas dos Mosteiros de S. Pedro e Paulo de Arouca, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, S. Mamede de Lorvão, Santa Maria de Cós, S. Dinis de Odivelas, Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo. É do tipo complexo, com três naves, a igreja do Mosteiro de Santa Maria de Almoester (Martins 2011: 350-351).

II. Biaxial — São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta dois eixos, possuindo deste modo transepto. As igrejas monásticas femininas deste tipo apresentam-se como biaxiais simples, isto é, possuindo apenas uma nave e um transepto. São do tipo biaxial simples as igrejas dos Mosteiros de S. Bento de Cástris e de S. Bernardo de Portalegre (Martins 2011: 352).

III. Centralizada — São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um foco central. No caso das igrejas monásticas femininas, estas apresentam apenas um foco associado a uma circunferência enquanto as igrejas monásticas deste tipo apresentam mais do que um foco pois as suas plantas são elípticas. Deste tipo, apenas o Mosteiro de Santa Maria de Celas apresenta uma planta centralizada (Martins 2011: 352).

Tal como os mosteiros femininos portugueses, pertencentes à Ordem de Cister, também os mosteiros masculinos portugueses, pertencentes à mesma Ordem, apresentam a igreja segundo três tipos distintos, segundo a sua planta:

I. Monoaxial — São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um único eixo, não possuindo transepto. Como já foi referido para os mosteiros femininos, de igual modo, as igrejas podem ser monoaxiais simples se possuírem apenas uma nave ou complexas se possuírem mais do que uma nave. No caso português, apresentam três naves (Martins 2011: 353-354). São do tipo monoaxial simples, apenas uma nave, as igrejas dos Mosteiros de Santa Maria do Ermelo, tendo em tempos pertencido ao tipo complexo pois ainda se podem observar as marcas de três naves, agora adaptadas às mais diversas necessidades de uma igreja de província, tendo mesmo desaparecido uma das naves (Braz 2009), Santa Maria das Júnias, S. Pedro das Águias, o velho e o novo, Colégio do Espírito Santo, Santa Maria da Estrela e S. Paulo de Almaziva. É do tipo monoaxial complexo de três naves a igreja do Mosteiro de Santa Maria de Fiães (Martins 2011: 353-354).

II. Biaxial — São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta dois eixos, possuindo assim transepto. As igrejas monásticas masculinas deste tipo apresentam-se como biaxiais complexas, isto é, possuindo um corpo de três naves e um transepto. São do tipo biaxial complexa as igrejas dos Mosteiros de Santa Maria de Alcobaça, Santa Maria de Salzedas, Abadia velha de Salzedas, S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Seica (vestígios) (Martins 2011: 355-356). Considera-se uma exceção a planta do Mosteiro de Santa Maria do Bouro pois os braços do transepto estão perfeitamente integrados na sequência de nichos de capelas laterais. No entanto, como estas capelas apresentam passagens de umas para as outras, pode-se admitir a existência em ambos os lados da nave central de uma nave colateral, perfazendo assim as três naves que juntamente com a existência de um transepto fazem parte desta tipologia (Martins 2011: 355).

III. Centralizada: São deste tipo as igrejas dos mosteiros cuja planta apresenta um foco central. No caso das igrejas monásticas femininas, estas apresentam mais de um foco associados a uma forma elíptica enquanto as igrejas monásticas femininas deste tipo apresentam apenas um foco. São possuidores de planta centralizada os Mosteiros de S. Cristóvão de Lafões e Santa Maria de Maceira Dão (Martins 2011: 357).

## CONCLUSÃO

Desta forma, a comunicação apresentada e aqui desenvolvida reflete o trabalho no Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior, e ainda em curso, no âmbito do Projecto ORFEUS - A Reforma tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris (Projecto FCT EXPL/EPH-PAT/2253/2013), tendo sido trazido a debate um contributo para o estudo da especificidade do Mosteiro de S. Bento de Cástris, no contexto da arquitectura cisterciense e da dualidade morfológica dos Mosteiros femininos e dos Mosteiros masculinos abrindo premissas para a continuidade deste estudo. Salienta-se ainda a existência de toda a base de dados do projeto acessível online em [www.orfeus.pt](http://www.orfeus.pt) e a de um CD (Fig. 1) com as gravações “in loco” do legado musical do Mosteiro de S. Bento de Cástris como os principais ‘outputs’ do Projecto ORFEUS.



BIBLIOGRAFIA

Borges, N. C. (1998). Arquitectura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação). In MUSEU, IV série nº7.

Braz, A. (2009) O Mosteiro e a Igreja de Ermelo. Braga: FT – Braga (Universidade Católica Portuguesa).

Cocheril, Dom Maur (1978). Les Abbayes Cisterciennes du Portugal. Paris: FCG, Centro Cultural Português.

Conde, M.A.F. (2004) Monaquismo Feminino Cisterciense entre os séculos XVI e XVIII. S. Bento de Cástris. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Évora, Évora.

Dias, G.C (2006). Os Mosteiros e a organização dos Espaços: Arquitectura e Espiritualidade, texto inédito policopiado.

Kinder, Terryl N. (1998). I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte. Milano: Editoriale Jaca book spa.

Lanzinha, J.C.G., Nepomuceno, M.C.S., Martins, A.M.T., Reis, Carla P.L. e Alves, A.A.S. (2015). Cistercian Monastery of S. Bento de Cástris, Évora, Portugal: Acoustic measurements under ORFEUS Project. Proceedings ICNMC 2015, 1st International Conference on New Music Concepts. Milan: ABEditore.

Lanzinha, J.C.G., Nepomuceno, M.C.S., Martins, A.M.T., Reis, Carla P.L. e Alves, A.A.S. (2016). Metodologia para avaliação exploratória do comportamento acústico da Igreja do Mosteiro de S. Bento de Cástris, Évora. Do Espírito do Lugar - Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz - I e II Residências Cistercienses de São Bento de Cástris (2013, 2014). Évora : Publicações do CIDEHUS.

Martins, Ana Maria Tavares Ferreira (2011). As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no Território. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Sevilha. Sevilha: Universidad de Sevilla.

Martins, A.M.T., Conde, A., Carlos, J. S., Rodrigues, F., Reis, C. (2016). Contributos para o estudo da arquitectura cisterciense, em Portugal, no âmbito do Projecto ORFEUS: forma e música. Do Espírito do Lugar - Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz - I e II Residências Cistercienses de São Bento de Cástris (2013, 2014). Évora : Publicações do CIDEHUS.

Regra do Patriarca S. Bento (trad. do latim pelos Monges de Singeverga). Singeverga: Edições “Ora & Labora”.

Reis, C.P.L. (2014) Mosteiro de São Bento de Cástris Música Vs. Arquitectura. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Rodrigues, F.G.(2014). A Influência da Arquitetura Cisterciense na Arquitetura Religiosa Contemporânea. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

#### SIGLAS

APOC –Associação Portuguesa de Cister

CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa

CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

CHAIA – Centro de História da Arte e Investigação Artística

CHC – Centro de História da Cultura (FCSH/NOVA)

CHSC - Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra)

CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Universidade de Évora)

CITAD - Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

DRAlentejo – Direcção Regional da Cultura do Alentejo

Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território (Universidade do Minho)

UBI – Universidade da Beira Interior



# **Território e identidade: a Covilhã medieval – a construção de um espaço identitário**

97

---

MARIA DA GRAÇA VICENTE  
Academia Portuguesa da História

RESUMO

Neste artigo, abordam-se algumas das etapas na construção de um importante espaço identitário na Beira Interior – o espaço covilhanense – trazendo à colação o seu percurso histórico e com especial destaque o período medieval.

## PALAVRAS-CHAVE

Covilhã; Território; Identidade; Região; História; Cultura

## RESUME

Ce texte prétend réfléchir sur la construction d'une identité régionale – Covilhã e ses alentours – dans l'espace géographique de la Beira Interior, faisant appel à son histoire, en mettant l'accent sur la période médiévale.

## MOTS CLEFS

Covilhã; Territoire; Identité; Région; Histoire; Culture.

## INTRODUÇÃO

Refletindo sobre o tempo, dizia Santo Agostinho que «se ninguém me perguntar, eu sei, porém, se quero explicá-lo, a quem me pergunta, então não sei» (Santo Agostinho, *Confissões*, XI, 14, 17). Parafraseando o sábio bispo de Hipona, se me é permitida a ousadia, direi que reconheço uma certa identidade cultural da Beira e sobretudo sinto uma certa maneira de ser beirão e até de reconhecer outros beirões longe da Beira natal mas, como explicar e transmitir algo tão íntimo?

O tema é, porém, aliciante e oportuno. Será mesmo premente refletir sobre a nossa identidade e aquilo que porventura nos distingue numa sociedade global e globalizada em transformação acelerada – com novas organizações – familiares, sociais, laborais, económicas e culturais. Tempos incertos a devir não isentos de perigos vários de âmbito regional e mundial, como sejam os problemas ambientais, a desertificação ambiental e, no caso português, de contração demográfica, o êxodo de gentes de sul para norte com todo um corolário de indefinições e adaptações que necessariamente terão de ser feitas. Neste panorama, a cultura em geral e as identidades culturais fortes adquirem um papel fundamental na integração e adaptação às novas realidades e podem ajudar de forma tão harmoniosa quanto possível a superar os muitos desafios.



## A IDENTIDADE NACIONAL

A questão da identidade e as características dos portugueses tem ocupado sucessivas gerações de pensadores – escritores, poetas, ensaístas, historiadores, antropólogos e etnólogos, sendo por isso necessário tentar inserir as identidades regionais – neste caso a região covilhanense – no todo nacional. Desde o século XV, que os intelectuais portugueses se interrogam e pensam a identidade nacional. Citamos o cronista Fernão Lopes, convém ainda lembrar Gomes Eanes de Zurara que justificava enaltecendo a tomada de Ceuta em virtude da posição geográfica portuguesa entre o mar e o muro de Castela. Já no século XVI, lembramos Garcia de Resende, o padre António Vieira no XVII, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, no século XIX, uma imensidão, nos nossos dias, com alguns nomes mais sonantes, Borges de Macedo, José Mattoso e Eduardo Lourenço, que nomearemos com muitos outros adiante. Alguns assentam as suas teorias na organização concelhia e vitalidade municipalista, outros, em acontecimentos e personagens mitificados como a batalha de Ourique ou em Viriato, pastor e lendário guerreiro contra os exércitos romanos – o herói da «Antemanhã» (VERISSIMO, 1997) – um mítico pré-fundador associado à Estrela – guerreiro impoluto, agreste e rude como as serranias onde vivia e, que só a traição venceria – e por isso também muito relacionado com as características das gentes da Beira.

A indagação identitária foi prosseguida no início e ao longo do século XX. Muitos foram os historiadores, como Torquato Soares, Borges Coelho ou Magalhães Godinho; geógrafos como Amorim Girão e Orlando Ribeiro; etnólogos como Leite de Vasconcelos ou Jorge Dias, a pensar o território e a sua formação, como unidade política e cultural de longa duração. Ao longo de toda a centúria, as preocupações identitárias e características dos portugueses ocuparam lugar central na nossa historiografia, com uma plêiade de historiadores como Borges de Macedo e José Mattoso, entre muitos. Inquietações sentidas, também, entre sociólogos, etnólogos, e ensaístas, como por exemplo Eduardo Lourenço, um homem da Beira.

A temática da cultura e identidade nacional tem sido tópico de eleição para os poetas portugueses em particular os maiores, desde Luís de Camões, Garrett a Fernando Pessoa, Miguel Torga e Eugénio de Andrade. A poesia foi e continua a ser veículo de extraordinária relevância na caracterização da alma portuguesa e dos seus feitos. De todos ou em todos esses estudos e reflexões divergindo, embora os pressupostos, ou alguns deles, onde assenta a identidade nacional – como povo – ressalta evidente a não existência de diferenças acentuadas a nível das várias regiões portuguesas. É certo que foram sendo apontadas algumas clivagens ao nível da linguística, ou das condições geográficas – orografia, hidrografia e clima – mas, no cômputo geral, transparece uma grande unidade, dentro da diversidade e perenidade das identidades regionais e parece assente



que, mais do que qualquer outra questão, foi a vontade política e a criação e centralização do Estado a fomentar essa unidade identitária.

Mais recentemente, em meados dos anos 80 do século passado, o tema das identidades, nas suas múltiplas dimensões ganhou um novo fulgor, e um lugar central na reflexão e investigação no campo das ciências sociais. Tal ocorre em simultâneo à problemática e premência da adesão à então CEE (Comunidade Económica Europeia) e o retorno à primitiva geografia portuguesa. Não sendo, por certo alheio a esta centralidade temática, as questões em torno do então debate havido na nossa sociedade sobre a regionalização. Realizaram-se, na ocasião, seminários, congressos, mesas redondas, um pouco por todo o lado, particularmente nos meios académicos, de que é exemplo o congresso realizado nesta Universidade, posteriormente editado sob o título de *Regionalização: Textos Oportunos*. Sobressai, mais uma vez, que não se verificam «grupos populacionais diferenciados» como apontou Pedro Gomes Barbosa, mas antes uma unidade nacional que se foi construindo «como convergência de vários factores». (Barbosa, 1998). Como já demonstrado pela nossa historiografia, a deslocação dos excedentes populacionais do Norte para as áreas ganhas ao Islão, trazendo consigo a sua tecnologia material, e crenças, esbateram as diferenças pré-existentes. Ainda assim, verifica-se um aparente paradoxo de uma homogeneidade cultural a nível nacional com uma heterogeneidade regional. (DIAS, 1999: 159-181). Nesse processo é de salientar o papel da igreja que foi um poderoso fator de uniformização espiritual e cultural. Na verdade, apesar da não existência de regiões bem definidas com forte personalidade própria e de grupos étnicos e culturais bem vinculados, não deixamos de perceber áreas com características diferenciadas. Os temas em torno do território, identidade e marcas identitárias e culturais continuam a animar o debate, pelo menos a nível académico. Mas voltemos ao espaço covilhanense.

EXISTE UMA IDENTIDADE PRÓPRIA NO ESPAÇO COVILHANENSE: A GEOGRAFIA, A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E A HISTÓRIA

Para tentar uma aproximação e refletir sobre a região da Beira «região matriz de Portugal» (PEREIRA, 2009: 453) e mais concretamente sobre o espaço covilhanense e a área territorial do seu primitivo termo, demarcado pela carta de foral de finais do século XII, várias são as perguntas que se colocam. Logo, em primeiro lugar, existe uma identidade própria deste espaço? Em caso afirmativo, em que se traduz? Quais os suportes em que se pode estruturar essa formulação? O que o caracteriza? Como é vivido e sentido pelas suas populações? Existe nelas o sentimento de pertença? Pertença a quê? Ao território? À comunidade? Àquele e a esta? Quando se terá começado a desenhar e a sedimentar a sua identidade regional e cultural? E como se manifestou e manifesta? Um rol de questões ao qual será difícil responder, de forma cabal e abrangente, até porque cada um dos tópicos enunciados se pode e deve desdobrar noutras perguntas e indagações de várias naturezas por múltiplas áreas do saber, entre outras: a História, a Geografia, a Economia, a Antropologia e a Linguística.

Não podendo ser absolutamente abarcante, limitar-me-ei a refletir sobre alguns pontos, que considero essenciais, ao longo do seu percurso histórico na formação e afirmação da sua identidade regional e cultural, iniciada e documentada com a instituição da vila da Covilhã há mais de oito séculos. Em 2016, o município assinalou os 830 anos da sua carta de foral – a certidão do seu nascimento histórico em setembro de 1186. Refaço um percurso. Vou partir de uma questão que me coloquei há já alguns anos, quando iniciei a minha investigação sobre a Covilhã – cidade escolhida para tema de tese de mestrado. Formulei então a seguinte pergunta: Como é que a Covilhã, com as variantes e condicionantes, geográficas, económicas, sociais, e sobretudo apesar da sua posição periférica, afastada do dinamismo do litoral, dos centros de poder régio e também eclesiástico, bem como das itinerâncias da corte, se desenvolveu, de forma rápida e continuada, ao longo dos vários séculos de modo a ocupar uma situação de primazia na região? Equiparando-se em quantitativos humanos e em número de tabeliães às cidades episcopais da Guarda e Viseu, ultrapassando largamente os quantitativos demográficos e dinamismo económico da vila de Castelo Branco, de certo modo sua rival, que foi, a partir do século XVI, escolhida para centro administrativo com a criação da comarca de Castelo Branco?

Podemos tentar responder chamando à colação a Geografia, a História a Antropologia a Arqueologia ou a Linguística – e toda e qualquer manifestação da atividade do homem. Não ignorando as diversidades culturais que lhe subjazem, vou apenas abordar a questão da existência, ou melhor dizendo, da formação, ou não, de uma identidade própria deste espaço e comunidades, a partir do século XII, ao tempo da Reconquista e fundação do

Reino de Portugal. O que diferencia a Covilhã e o seu espaço envolvente, dos restantes espaços da Beira Interior, ainda que esta se apresente como «um mosaico de paisagens» (PINHEIRO, 2014)?

Na verdade, em toda região, da ainda conhecida Beira Baixa, na quadra festiva do Natal, aquecemo-nos junto ao madeiro ou “fogueira” do Natal, tradição com pretensões a património protegido. Nas mesas festivas, da Sertã à Covilhã, Sarzedas e Oleiros saboreia-se o maranho, por vezes com nomes diferentes e variantes na preparação. Os “bombos” são elaborados e ouvidos em muitas aldeias e lugares da região. Em Lavacolhos, no concelho do Fundão, talvez os de maior nomeada nestas paragens, mas também na freguesia de Sarzedas do concelho de Castelo Branco. As músicas tradicionais populares apresentam, no seu conjunto, da Idanha a Silvares, arcaicas e pungentes melodias, cheias de sentimento e saudade, que acompanham as grandes datas dos homens simples – a inconfundível leveza e carinho das canções de embalar a infância, e nas canções ao Menino Jesus, ou na vivacidade e alegria dos dias de festa e romaria. Poemas de amor e saudade, que tão bem ilustra a *Cantiga partindo-se* do poeta albicastrense João Rodrigues de Castelo Branco.

Nas obras dos seus poetas, escritores e ensaístas sobressai o amor à terra que, de forma tão sentida e contida, saiu da pena de Eugénio de Andrade, filho da terra, nascido numa pequena aldeia do concelho do Fundão. Mas também da pena de Frei Heitor Pinto ou, a contundente visão sobre a cultura portuguesa e os portugueses, do beirão Eduardo Lourenço, numa observação, a partir de fora deste espaço geográfico, e de Portugal.

Partimos para esta interrogação e reflexão a partir da história, campo onde melhor nos movimentamos, e por ser nossa firme convicção que só a história «o cimento aglutinador decisivo e por múltiplos caminhos» (Coelho, 1996) nos permite conhecer e afirmar a nossa identidade regional e, enquanto povo e nação. Tendo em conta, todavia, a advertência de Eduardo Lourenço sobre a urgência em não ficarmos presos nos fundamentos históricos mas antes na nossa vivência dinâmica como projecto de futuro e não como retrospectiva (Lourenço, 1999).

O território aparece sempre, ou quase sempre, como um dos principais fundamentos das identidades. A área delimitada pela sua carta de foral aparece e, permanece, caracterizada por dois elementos de relevo, bem salientes na paisagem – a Serra da Estrela, os Montes Hermínios, espaço privilegiado do lendário Viriato e o rio Zêzere, um rio inteiramente português. A serra e o rio, os dois elementos preponderantes da caracterização e definidores de todo o espaço covilhanense. Uma orografia acidentada e agreste nas encostas da Estrela e Gardunha, porém abrindo em magnífico anfiteatro sobre a fértil Cova da Beira. Terras de invernias frias e prolongadas com frequentes

quedas de neve, estios quentes e geralmente secos. Serranias, outrora recobertas de densas florestas onde abundavam os carvalhos e castanheiros, matos e urzes, que davam alimento e abrigo e desde longa data percorridas por gentes e rebanhos. Espaço agreste no clima e na orografia, banhado por inúmeros cursos de água, oferecendo todo um manancial de valências... A rudeza da natureza pode condicionar ou dificultar a ação do homem, mas não é determinante para o devir e desenvolvimento das sociedades. São sempre as escolhas dos homens construtores de paisagens, que demarcam o seu futuro económico e social.

No século XII, alguns decénios após o tratado de Zamora (1143), a Covilhã era senhora de um amplo espaço e participava no grande movimento da Reconquista e Repovoamento – momento primeiro da conquista do território e afirmação do reino de Portugal. Na sua carta fundacional, no modelo de Évora, escolha que obedecia a critérios geográficos e económicos bem definidos, encontramos as raízes da organização do seu espaço económico e social. Nela avultam as medidas para a defesa, povoamento, economia, administração e justiça. Privilégios e deveres dos vários grupos sociais – medidas fundamentais para o desenvolvimento desta comunidade e afirmação regional. Mas no seu texto estava também refletida a preocupação em pacificar e harmonizar um grupo de gentes de proveniências diversas, pela criação de laços de solidariedade e de pertença, numa comunidade de homens livres. A coesão era fortalecida pelas obrigações e deveres em conjunto partilhados. As liberdades e os privilégios que dela decorriam foram decisivos no seu devir histórico.

No já longo caminho percorrido pela comunidade covilhanense, escolhemos alguns momentos que, em nosso entender, terão sido determinantes no seu futuro histórico e as marcas fundamentais na afirmação de uma unidade territorial e cultural, singular. Nos inícios do século XIII, a Covilhã e o seu termo formavam ainda um espaço de predomínio rural, fracamente povoado com muita terra por desbravar. A instalação dos frades cistercienses no mosteiro de Santa Maria da Estrela, no lugar da Boidobra, confirmava aquela ruralidade. Mas a vila não tardou a afirmar-se como um forte centro urbano. A instalação dos frades franciscanos, logo em 1235, sublinhava o desenvolvimento económico e demográfico. A vila crescera, em recursos materiais e humanos adquirindo foros e estruturas de urbanidade, acompanhava o movimento de afirmação das cidades então verificado no ocidente medieval e também no reino de Portugal. Foi o tempo de afirmação na sua região geográfica perante outros poderes instituídos, que a sangrenta contenda havida com o concelho de Castelo Branco e a poderosa Ordem do Templo ilustra bem (Sentença de 1230). De igual modo, reivindicou os seus direitos concelhios sobre algumas aldeias do seu termo, perante o bispo e a sé da Guarda de que é exemplo a povoação de Caria. Afirmando ainda as suas prerrogativas na sua região geográfica, batalhou pelos seus direitos jurisdicionais nas povoações de Álvaro

e Pampilhosa contra a Ordem de S. João do Hospital. Este espírito de independência e autonomia, das comunidades de montanha de homens rudes, íntegros e austeros, é realçado por muitos dos estudos sobre a índole e as características dos povos da Beira e em particular da Serra da Estrela – «coração de Portugal» – (Mattoso, 2010).

Antes do final do século XIII, em 1291, era reconhecida pelo monarca a importância da vila e do concelho que contava um elevado número de aldeias no seu termo, algumas delas «gran peça alongadas» (AMC, perg. 35, *carta D. Dinis*). Algumas dessas aldeias não hesitam em reivindicar os seus direitos na Corte régia. Exemplifique-se com a contenda havida entre os *Corregedores da Alma del Rei D. Afonso III* e os juízes da Covilhã relativa à isenção dos direitos de açougagem sobre a venda dos produtos frescos, as «mealhas das verças» e «das sementes das almuyas». (IANTT, Gav. III, Mç. 10-19; Ch. D. Dinis, liv.1, fl. 260v). Na época, cinco tabeliães davam forma e legitimidade a todos os atos relevantes para a vila e as suas gentes.

Ao longo dos séculos seguintes, a Covilhã protegeu ciosamente as prerrogativas que a sua carta fundacional lhe conferia e que, de certa forma, a foram diferenciando das restantes urbes da região. Essa diferenciação positiva, diríamos hoje, potenciou o desenvolvimento da sua economia de base agrária e pastoril, bem como ajudou ao crescimento das trocas comerciais, intensificadas pela realização de uma feira anual, por Santa Maria de Agosto, desde 1260. Afirmando-se, ainda, durante o período medieval como um centro lanígero. Esta é a marca identitária de longa duração que se iria intensificar no futuro.

Na crise dinástica de finais do século XIV se, num primeiro momento, respeitou os laços de fidelidade do juramento feito ao anterior monarca, logo abraçou a causa da dinastia de Avis que ajudou a consolidar nas lides guerreiras e a glorificar na pedra erigida com a participação do arquiteto covilhanense Mateus Fernandes. Esteve presente e participou ativamente na grande aventura encetada por Portugal nos inícios do século XV como bem ficou demonstrado por Manuel da Silva Castelo Branco e Joaquim Candeias da Silva. (Silva e Castelo Branco, 1999). A Covilhã festejou ativamente esta participação nas recentes comemorações dos 600 anos da conquista de Ceuta em 1415. Os séculos XV e XVI foram de empenho em bens materiais e homens e em vários domínios do saber, de que são exemplo alguns navegadores, exploradores e cosmógrafos entre os quais avultam os nomes de Pero da Covilhã e os irmãos Faleiro. Integrada na casa do Infante D. Henrique, o homem que ficou para a História de Portugal e do mundo como *O Navegador*, a Covilhã e seus filhos não mais deixaram de ter uma presença ativa em todos os palcos da conquista do Mar-Oceano. Deixaram o torrão natal, tornaram-se andarilhos, aventureiros, viajantes, exploradores e cientistas.

Findo o período áureo da grande aventura dos descobrimentos, das riquezas da cana sacarina das ilhas e da pimenta das Índias, recuperada a independência nacional, o burgo serrano esteve na primeira linha da industrialização do Reino. Então a Beira e concretamente a Covilhã retomaram e dinamizaram os conhecimentos ancestrais ligados aos gados e à produção lanígera e sua transformação «nos panos finos da Covilhã» que não passaram despercebidos á pena mordaz de Gil Vicente. O dinamismo económico e a vitalidade demográfica ficaram bem visíveis no inquérito de 1496 e foram confirmados no numeramento de 1527, mostrando uma Covilhã com um número de fogos superior aos de Castelo Branco e da cidade da Guarda somados.

Demografia beirã de 1496 a 1527

Municípios	1496	1527
Covilhã	2 371	4 060
Castelo Branco	837	1 417
Guarda	1 426	2 321

Por isso e certamente em resposta aos anseios dos seus homens, a a Covilhã foi tornada para sempre realenga, *por ella seer tam principal no conto das outras villas dos nossos regnos*, por privilégio de D. Manuel I, em 21 de Fevereiro de 1498, confirmando os mais antigos que impunham que a vila fosse do rei ou de uma família real como fora o Infante D. Henrique e o seu herdeiro. Anos depois, em 1527, por carta de 15 de agosto, apesar da mercê régia de vila sempre realenga, D. João III fez doação do senhorio da Covilhã, já então um dinâmico centro produtor de lanifícios e comercial, ao infante D. Luís, seu irmão. A vila afirmava-se como centro de produção de têxteis. Duarte Nunes de Leão, que não conhecia a Beira, na sua *Descrição do Reino de Portugal* faz referência à indústria têxtil da região. Segundo ele o *azulado* das águas do Zêzere devia-se aos muitos linhos que nelas se curtiam, fazendo referência á produção das «muitas lãas» que daí seguiam para a Flandres e às «mais fermosas trutas de Hespanha» pescadas nos rios da Estrela. El-rei D. Sebastião elegeu os panos da Covilhã para os fardamentos do seu exército. Os homens dos mesteres, muitos deles ligados ao sector dos têxteis, sentiram vontade e necessidade de participar no governo local, precisavam de um suporte jurídico, por isso, requereram ao infante D. Luís, o então senhor da Covilhã, mercê para que houvesse na vila mesteres como acontecia na cidade de Évora e outras vilas do reino. A petição foi entregue ao infante, por Jorge Martins, mercador covilhanense, que a acolheu favoravelmente, tendo-lhes acordado o paradigma dado à cidade de Évora, juntamente com os diversos privilégios concedidos pelos reis aos Vinte e Quatro dos Mesteres desta cidade (BEIRANTE, 2014). O regimento foi recebido na Câmara da Covilhã a 14 de Fevereiro

de 1535, onde teve lugar o «auto de elegimento dos mesteres», na presença de muitos homens bons, população da vila, mesterais e povo chamados por pregão, e do representante do infante D. Luís. Ficava criada a instituição dos Vinte e Quatro dos Mesteres da Covilhã – que a confirmavam como vila laboriosa, «industrial» e comercial – traços identitários de longa duração com futuro.

Pragmática a vila utilizou as pedras das muralhas do seu castelo, tornado obsoleto face às novas armas e formas de combate, para com elas construir a Real Fábrica de Panos, promessa de futuro e uma das mais perenes marcas identitária da vila e suas gentes (QUINTELLA). No limiar do novo milénio e o fim de um ciclo económico e também político e social, a região enfrenta novos desafios. A tradicional produção têxtil foi seriamente ameaçada e tornou-se menos produtiva, sendo, porém, ainda uma atividade com algum peso na Covilhã. Os fenómenos da globalização e o aparecimento de novos mercados abastecedores aliados ao crescente consumo de fibras sintéticas, menos exigentes no preço de aquisição e na manutenção e o fator “moda” exigem novas respostas para enfrentar o futuro. Estas impõem-se com maior premência perante a desertificação do interior, a emigração e o abandono dos campos. A criação do ensino politécnico e da Universidade em 1986 abriu novos caminhos. Nos seus vastos *curricula*, não foram esquecidos os ancestrais caminhos ligados à indústria têxtil, às engenharias e à medicina, a par do estudo das ciências sociais e das letras, a continuar o trabalho e ensinamento dos antigos mosteiros da região e, entre estes os conventos de S. Francisco e de Santo António (PEREIRA, 2007). Saberá aproveitar e potenciar as suas características, as suas marcas identitárias, renovando-as, nomeadamente nas indústrias ligadas à fileira têxtil e do vestuário e ao turismo? Saberá a Covilhã manter a sua identidade de terra forte, alfobre de homens fortes e de progresso perante os muitos e difíceis desafios de uma sociedade cada vez mais globalizada e uniformizada? Saberá responder aos estímulos da emigração e imigração, das alterações climáticas e da desertificação?

Problemas diversos que teremos, todos, que encarar e saber encontrar as mais adequadas respostas para enfrentar os desafios do futuro, nomeadamente a nível económico, sendo um dos caminhos a indústria crescente do turismo, guardando aquilo que nos diferencia, na nossa posição geográfica. Mas também num turismo alicerçado na sua cultura, mantendo os nossos traços identitários e evolutivos, sem os tornar apenas folclore. Saberá aproveitar o lastro cultural de afirmação e «empreendedorismo», termo tão em voga e talvez anacrónico, assente em saberes e tradições ancestrais, de origem popular ou erudita, onde os diversos conventos e mosteiros, centros de cultura e formação, tiveram papel de relevo em sucessivas camadas de gerações?

Perante este quadro, afinal, o que diferencia a Covilhã da restante Beira Baixa? Talvez a tenacidade com que defendeu as suas prerrogativas, o seu pragmatismo, o modo como



encarou e resolveu as situações na discussão com os vizinhos – poderosas Ordens Militares ou Bispado e até com o Rei. Pelo conhecimento e práticas de alguns dos seus filhos em vários domínios do saber, da medicina, era da Covilhã o médico do infante D. Henrique, da cosmografia, representada pelos irmãos Faleiro, passando pela arquitetura que tem em Mateus Fernandes um seu expoente, e das Letras onde avultam os nomes maiores de Frei Heitor Pinto e Alçada Baptista.

## CONCLUINDO

Como Eduardo Lourenço, comungo a ideia da procura no passado histórico da raiz da nossa identidade. Mas a identidade nacional ou regional não é um livro fechado e está em aberto, vai-se construindo..., por vezes até de forma contraditória. A Covilhã soube ao longo dos primeiros séculos da sua existência histórica, aproveitar e até transformar os fatores adversos do seu enquadramento geográfico, de zona agreste, periférica, rodeada de potenciais concorrentes, quando não inimigos, em fatores de crescimento e afirmação da sua identidade de burgo concelhia – não dependente de nenhum senhor laico ou religioso, apenas do rei. Protegeu perante os vizinhos os seus privilégios e liberdades – de que é exemplo a isenção de portagem e montado em todo o Reino – apelando ao rei sempre que essas prerrogativas estavam a ser ameaçadas.

Como salientou António dos Santos Pereira, a geografia física e humana transparece em muita da literatura caracteristicamente beirã, que acentuam os fatores geográficos e especialmente a serra da Estrela e o pastoreio, determinantes na formação das unidades regionais. Constituindo, embora, importantes marcas identitárias, eles não foram determinantes, pois estas, «pertencem à vontade e inteligência das gentes» (Pereira, 2009).

Importa também destacar que entre as populações do termo covilhanense – desde as mais distantes, de Sobral de S. Miguel e S. Jorge da Beira, às do centro da cidade, as populações partilham um sentimento de pertença a um mesmo espaço particular, que é vivido e sentido como seu, comungando embora do profundo sentimento de ser portugueses. A mim, apraz-me destacar a capacidade da Covilhã e das suas gentes, demonstrada ao longo dos primeiros séculos da sua existência histórica, para transformar as adversidades em desafios que foram capazes de ultrapassar e vencer...tornando-se um porto de abrigo e de oportunidades e um pólo agregador e dinâmico — uma identidade forte e singular no sempre esquecido interior beirão.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Municipal da Covilhã, *Pergaminhos Medievais*, n.º 35

IAN/TT, *Gaveta III*, mç. 10-19; IDEM, *Chancelaria de D. Dinis*, liv.1, fl. 260v).

AMANTE, Maria de Fátima, Coord. (2011). *Identidade Nacional Entre o Discurso e a Prática*. Porto: Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade/Fronteira do Caos Editores.

BARBOSA, Pedro Gomes (1999). *Região. Regionalismo. Regionalização*. In *Regionalização: Textos Oportunos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

BEIRANTE, Maria Ângela (2014). *Ao Serviço da República e do Bem Comum. Os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

COELHO, António Borges (1996). *Identidade/Identidade», in Norte. Desnorte, Ciclo de Conferências, Maio-Dezembro 1996*. Porto: Árvore-Centro de Actividades Artísticas, C.R.L., pp.10-19.

DIAS, Jorge (1999). *Estudos de Antropologia, vol. I*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

FERNANDES, Hermenegildo et ali., coord. (2009). *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio.

LEÃO, Duarte Nunes (2002). *Descrição do Reino de Portugal, 1.ª ed., 1610*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

LOURENÇO, Eduardo (1999). *Portugal como Destino, Seguido da Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.

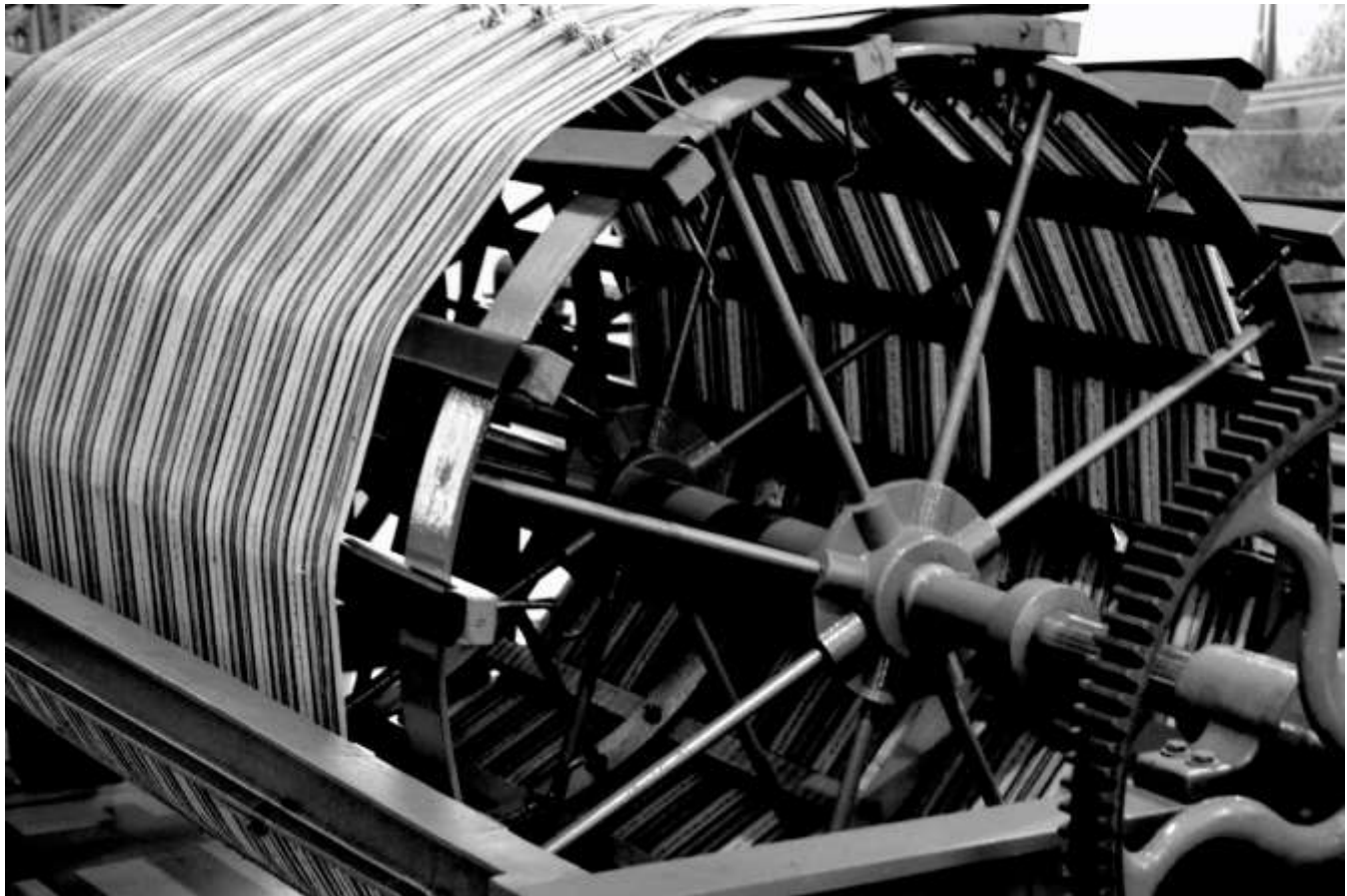
MATTOSO, José (2001). *Sobre as Origens da Nacionalidade Portuguesa*. In *Uma Vida em História. Estudos de Homenagem a António Borges Coelho*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de letras da Universidade de Lisboa/Caminho, pp. 73-89.

– (2008). *A Identidade Nacional, 4.ª ed.*. Lisboa: Gradiva.

MATTOSO, José et alii (2010). *Portugal O Sabor da Terra*. [Lisboa]: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

PEREIRA, António dos Santos (2009). *Portugal Adentro do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

- (2007). *A Covilhã Antiga. Os seus Conventos e as suas Livrarias*. Covilhã: UBI.
- (1999). *Historiografia do Interior Beirão. Notas do passado e Projectos do Presente. Separata, [Actas] do Congresso «Maia, História Regional e Local», 3 vols..*
- (1998), *Regionalização. Textos Oportunos*. Covilhã: UBI, 1998.
- PINHEIRO, Elisa (2014). *A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária*. In *Ubimuseum*, n.º 3, revista on-line. Covilhã: UBI.
- QUINTELLA, Arthur de Moura (1990). *Subsídios para a Monografia da Covilhã*, reed. Fac-símile. Covilhã: Associação de estudos e Defesa do Património histórico-cultural da Covilhã.
- RODRIGUES, Donizete (2012). *Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. In *Ubimuseum*, n.º 1, revista on-line. Covilhã: UBI, pp. 1-8.
- (1999). *Diálogos Raianos. Ensaios sobre a Beira Interior*. Lisboa: Edições Colibri.
- SALVADO, António (2002). *Poesias Completas de João Rodrigues de Castelo Branco*. Lisboa: Aríon.
- SANTO AGOSTINHO (2008). *Confessiones / Confissões, Livros VII, X e XI*, Covilhã: [http://www.lusosofia.net/textos/agostinho\\_de\\_hipona\\_confessiones\\_livros\\_vii\\_x\\_xi.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf)
- SILVA, Augusto Santos (2011). *Amoras bravas no verão: o país de Eugénio de Andrade*. In *Identidade Nacional Entre o Discurso e a Prática*. Porto: Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade/Fronteira do Caos, pp. 187-102.
- VERISSIMO Artur de Sousa (1997). *Viriato e o mito da Antemanhã (mito e identidade nacional)*, Tese de Mestrado. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- VICENTE, Maria da Graça (2012). *Covilhã Medieval O Espaço e as Gentes (Séculos XII a XV)*. Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História.
- ZACARIAS, Cecília dos Santos (2011). *Densidade do Espaço Urbano e Identidade Local. Estudos Comparativos das Antigas Judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso*. Tese de Doutoramento em Arquitectura (3º ciclo de estudos). Covilhã: Universidade da Beira Interior.



## **Dos pastos de altitude às fiações industriais: ecos de ecologia humana em *A Lã e a Neve***

ANA CRISTINA CARVALHO  
acristinacarvalho22@gmail.com

113

---

### RESUMO

O romance castriano *A Lã e a Neve* (1947) constitui um riquíssimo manancial sobre a Natureza da Serra da Estrela nos decénios centrais do século XX e sobre as formas orgânicas que o ser humano usava para se organizar e usufruir das potencialidades daquele território. Respeita-se a estrutura bifocal da narrativa – centrada, por um lado, nos vales e cumes da Serra da Estrela, e por outro na vida fabril dos lanifícios da Covilhã

– para lançar o olhar da Ecologia Humana sobre como o escritor retratou o cenário serrano e desenvolveu o enredo.

## PALAVRAS-CHAVE

Ecologia Humana, Ecocrítica, Ferreira de Castro, Serra da Estrela, Indústria de lanifícios, Fator ambiental

## ABSTRACT

Ferreira de Castro's novel *A Lã e a Neve* is a rich wealth of information on Serra da Estrela's Nature during the middle XXth century, as well as on the organic ways employed by humans in order to benefit from all local potentialities. This article honors the original structure of the narrative – focused on the valeys and ridges of Serra da Estrela and on the day-to-day of Covilhã wool factories, and intends to interpret from Human Ecology point of view how did the writer depict the mountain scenery and its inhabitants.

## KEYWORDS

Human Ecology, Ecocriticism, Ferreira de Castro, Serra da Estrela, Wool industry, Environmental factor

## INTRODUÇÃO

Este artigo é uma adaptação de um subcapítulo de *Terra Nativa: A Relação Eco-humana na Vida e na Obra de Ferreira de Castro*, a tese de doutoramento, defendida na Universidade Nova de Lisboa em 3 de Fevereiro de 2016. O objetivo foi contribuir para o estudo da permeabilidade entre Ciência e Arte, explorando, nomeadamente, o diálogo frutífero entre a área científica interdisciplinar da Ecologia Humana e a Literatura Portuguesa. Em concreto, pretendeu-se analisar a representação literária da Natureza e do vínculo de interdependência que o ser humano estabelece com ela na obra de Ferreira de Castro (1898-1974) – um dos mais aclamados e traduzidos escritores portugueses do século XX, fundador do “romance social” português – e perceber em que medida essa representação irradia da experiência de vida em variados ambientes geográficos, da personalidade e da ideologia do escritor. No presente artigo, faremos a contextualização de *a Lã e a Neve* na obra de Ferreira de Castro para de imediato observar como o homem e a natureza se relacionam naquela obra, abordando um conjunto de conceitos que irão aparecendo ao longo do texto.



## COMO NASCE UM ROMANCE

Duas décadas após ter reservado um pequeno capítulo ao ofício da tecelagem industrial em *A Epopeia do Trabalho* (1926), Ferreira de Castro empreendeu um olhar mais aturado, documentado e maduro sobre essa atividade fabril, em *A Lã e a Neve* (1947). Olhar fixado na transformação mecanizada da lã de ovelha em indústrias ribeirinhas a um curso de água da serra da Estrela – a ribeira da Carpinteira. *A Lã e a Neve* é o sétimo romance castriano, o mais traduzido depois de *A Selva*, com onze edições em vida do autor (Centro de Estudos Ferreira de Castro: <http://www.ceferreiradecastro.org/>). Numa carta de 4 de Abril de 1947 (Alves 2007: 108 e), Rocha Martins elogia ao escritor a coragem de publicar, “sob o signo da ditadura”, este romance “muito belo literariamente”, “muito superior revolucionariamente”. Com efeito, dele parece transparecer um bom domínio do fantasma do “auto-suplício”, mecanismo crítico interior que vigiava o processo de criação literária, antecipando-se à teia censória oficial, e que durante décadas angustiou Ferreira de Castro (1996: 185-191). Pedro Calheiros (2004: 104) advoga uma semelhança de método de pesquisa para a redação de *A Lã e a Neve* com o de Émile Zola para escrever *Germinal*, método que A. Moreira (1959) garante ter envolvido algumas noites do autor dormidas entre os pastores da Estrela. Esse conhecimento direto da realidade serrana viabilizou a objetividade das descrições cenográficas, sociais e sociológicas presentes no texto, na linha de um “realismo novo” da época, aliás inaugurado em Portugal com o primeiro romance castriano de grande alcance: *Emigrantes* (1928). Um pioneirismo também reconhecido por Mário Dionísio (1947:305), que o diferencia do conceito neorrealista de mundo, da vida e do romance: o autor de *A Lã e a Neve* “aproxima a ficção do povo, conquistando para a preocupação social na literatura um lugar ao sol”, em termos limpos de folclórico ou de pitoresco, antes primando por um “estilo liberto do espartilho académico, com a vida fluente que toca o jornalismo (...)”.

Essa base observatória, somada do propósito denunciante e do cariz judicativo das realidades camponesa e operária da Serra da Estrela, dá forma ao Pórtico que inaugura *A Lã e a Neve* – uma autêntica lição de História e de História Natural, prática e crua, num estilo límpido e poético, que cobre uma janela temporal de vinte e dois séculos, desde os Hermínios até ao século XX, e relata duas evoluções interligadas no cenário serrano: a de um modo de vida e a de um modo de produção. As páginas do romance são fiéis à ideologia do seu autor, paladino da liberdade plena, da dignidade do trabalho e do trabalhador, da rejeição da autoridade e da violência sobre o ser humano. Em *Anarquismo e Neo-realismo* (2002: 161), R. Alves intitula-o “representante maior de uma corrente do pensamento libertário – e minoritária – na literatura portuguesa”. *A Lã e a Neve* é a história de uma transição. Uma transição individual dolorosa, processada a reboque de um sonho pessoal, ilustrativa de uma transição coletiva gravada na história do país: o modelo económico tradicional de montanha – agropastoril, que hoje classificaríamos como ecologicamente sustentável – que parcialmente se transmuta num voraz sistema de transformação industrial, sujeito às leis oscilatórias da procura e da oferta do mercado internacional. A narrativa acompanha o fenómeno de decomposição do velho mundo rural que foi a transferência de mão-de-obra serrana dos campos para as cinturas industriais, e ainda o cru processo de proletarização do campesinato, na mira ilusória de melhores oportunidades na urbe industrializada. Organiza-se segundo uma

estrutura bifocal que transmite, assim, duas faces da serra da Estrela: a rural / pastoral, eivada de difíceis relações; e a industrial, caracterizada pelas tensões socio-laborais operárias. Ambas enchem de sentido uma análise textual da perspectiva da Ecologia Humana, entendida esta como a área científica interdisciplinar que se ocupa da relação entre a Ecosfera e a Sociosfera e onde convergem as metodologias das Ciências Naturais e as das Ciências Sociais e Humanas.

A tessitura da história compõe-se de três partes: a primeira dedicada à vida de pastorícia sedeadada em Manteigas e nos altos serranos; a segunda, ao trabalho nas fábricas da Covilhã e ao arbítrio dos industriais sobre os operários; e a terceira, sobre as vicissitudes a que está sujeita qualquer aspiração humana. A moldura temporal – transmitida sobretudo nas falas lamentosas de algumas personagens – é bem demarcada entre um pouco após o eclodir da II Guerra Mundial e pouco após o seu término. A narrativa acrescida da atenção aos dramas sociais e eco-humanos da época – refletidos, por exemplo, nas várias linhas de resistência popular – contribuiu para que *A Lã e a Neve* conserve a marca do seu tempo. Mas, diz ainda Alves (2002: 56), o romance excede em muito “o circunstancialismo datado”.

Ferreira de Castro, escritor sedento de mundo, retornou sempre às atmosferas aconchegadas: aqui, às dos pastores das alturas, da aldeia de operários e das fábricas de lanifícios. Assistimos ao predomínio da dimensão espacial, fortalecida nas primeira e segunda partes como eixo fundamental de uma ação que decorre entre dois pólos: a freguesia de Santa Maria, em Manteigas, e a cidade de Covilhã. *A Lã e a Neve* segue a linha das crónicas de desventura de anteriores ficções castrianas. Nas pastagens baldias que escasseiam a um ritmo irreconhecível pelos hábitos montanheseiros, na desumanidade do quotidiano fabril ou nas noites de gelo enfrentadas em desamparo – é sempre a velha condição humana, tema caro ao escritor, que se agita à flor do texto.

O protagonista Horácio, “herói sem prestígio” (Brasil 1961: 117) é um guardador de rebanhos dos ermos da Estrela que após conhecer os horizontes urbanos de Cascais, durante o serviço militar, alimenta um sonho singelo: ter uma casinha de família “alegre”, higiénica no interior e de compleição branca. A aspiração de fuga ao negror dos casebres e a uma bem-aventurança continuamente atropelada, incomum num pastor beirão da primeira metade do século XX, revela-se utópica e é o motor de todo o enredo. Movido por ela, o protagonista lança-se num percurso obsessivo, alimentado por uma esperança que vacila quando o grilhão da miséria mais apertada e se reaviva com a crença na tecnologia e no ofício de tecelão. Horácio é um assalariado sem terra, tal como o era 70% da população ativa agrícola portuguesa em 1940 (Rosas 1994). Na tropa, livra-se do “acanhamento de homem de mato” (p. 41) e aprende o suficiente para representar na ficção as estatísticas reais daquele ano: 53,5 % de alfabetização masculina nos indivíduos acima dos 7 anos de idade, no distrito da Guarda (Ramos 1988), a que pertence Manteigas. Horácio personifica o tipo literário do homem honrado que se sacrifica, embora Ferreira de Castro leve mais longe a sua figura, submetendo-a a uma evolução pessoal de alcance social: após adquirir consciência da classe operária a que pertence, o antigo pastor vem a comungar das aspirações que impelem as lutas sindicais e, por inerência, de um sonho coletivo. Idalina, sua mulher, atua em contraponto: é a

camponesa limitada aos horizontes da serra, que desvaloriza a ideia de uma habitação soalheira e salubre. Jornaleira em campos alheios, não pertenceria aos 36,9% de mulheres que, no distrito da Guarda e em 1940, eram alfabetizadas (Ramos 1988). Mas a personagem que mais atenção suscitou em críticos e leitores emerge na segunda parte, polarizando a ação e o espírito da narrativa nos cenários fabris da Covilhã. O tecelão Marreta, vegetariano e esperantista, é uma espécie de delegado de Ferreira de Castro no elenco de personagens. Verbaliza os seus ideais libertários e universalistas e impõe-se como voz destoante do regime político do tempo, voz que se eleva acima da massa de operários explorada pelos proprietários fabris. No seu papel paternal, forma mentalidades, instiga à revolta contra os abusos de autoridade, é conciliador quando idiosincrasias pessoais e estados de ânimo se defrontam nas minudências do dia-a-dia. Apesar de sucumbir “vítima de um capitalismo impiedoso”, expressão de Óscar Lopes (1998: 42), personifica quer a filosofia de esperança quer o altruísmo do autor, e contribuiu para que este crítico avaliasse o romance como “um dos [seus] melhores livros” castrianos.

Embora a história seja mediada pela instância de um narrador onisciente, captura frequentemente o leitor para o íntimo da mente de Horácio, fazendo aquele cúmplice dos pensamentos, receios e dilemas deste. Aliás, muito do romance vive da construção de monólogos interiores, nas personagens com maiores agonias, que alimentam o tom geral de pesada tristeza. Este aligeira-se apenas na reprodução dos coloquiais – muito singelos, devotados a sentimentos básicos e ao correr do dia-a-dia – e através de um desfecho que liberta alguma esperança no ar. Note-se que o teor romanesco dominante de penúria e fadiga, agitações, derrotas, frágeis vitórias em nada se depreende do título – uma formulação em timbre ruralista que deixa o leitor desavisado sobre o texto que o espera.

## ECO-ANÁLISE

Ferreira de Castro não se mostrou grande cultor do valor intrínseco dos elementos da Natureza, pautando-se acima de tudo por uma abordagem antropocêntrica a esse património. Essa dimensão afasta-o do âmbito da “nature-writing” e faz da sua obra fonte de interesse e desafio para uma análise na ótica da Ecologia Humana. Por isso, este romance, aconselhado por Orlando RIBEIRO no clássico da Geografia portuguesa, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945, ed. 1986), soma à denúncia da servidão humana outra dimensão, agravante das desigualdades sociais serranas: a força da Natureza. Entendendo-se aqui, de forma simplificada, a Natureza enquanto realidade física finita, exterior ao ser humano e à artificialidade dos meios urbanos, industriais e mecanizados. Ou, outra forma de o dizer, a “Ecosfera”, conjunto da atmosfera e da hidrosfera, da litosfera e da biosfera. Ou ainda, simplesmente, o conjunto dos seres e fenómenos vivos e não vivos, bem como as teias de relações que estabelecem entre si – isto é, o conjunto dos ecossistemas. Como as outras ficções castrianas canónicas, *A Lã e a Neve* presta-se a uma análise da perspectiva dos seus conteúdos relativos à Natureza – ou à terra – e às modalidades relacionais que o ser humano com ela estabelecia na primeira metade do século XX – é a chamada “Ecocrítica”, área da teoria literária que estuda a representação da natureza e da relação ser humano – natureza na literatura e na arte em geral, e que aqui se alia aos interesses da Ecologia Humana, na tentativa de apurar e refletir sobre:

Que formas tradicionais da interdependência humana com a serra da Estrela são evidenciados nas páginas do romance;

Que função assume esse património eco-humano na definição do enredo, ou como se projetam as personagens nesses espaços de vida e também no meio urbano, altamente modificado pela implantação da indústria.

## CONTEXTO GEOGRÁFICO

Parece clara, em *A Lã e a Neve*, a supremacia da dimensão espacial sobre a temporal. Mais do que um relato de época, o romance é um documento de sítio: reflete uma geografia de pequena escala e a organização traçada pelas comunidades humanas nesse território, em resultado de uma adaptação milenar aos recursos naturais em presença. A Serra forma, embora o romance o ilustre apenas em parte, essa unidade biofísica e de ocupação humana que, até ao tempo da ação romanesca, manteve no essencial os estilos de vida de montanha, geradores das principais atividades económicas: o pastoreio, o fabrico do queijo, o fabrico têxtil, inicialmente artesanal; complementados mais tarde pela exploração de volfrâmio e pelo turismo crescente (Gaspar 1993). É ainda Orlando Ribeiro, num dos seus *Opúsculos Geográficos* (1995:420), que fala do povoamento da serra da Estrela, basicamente periférico, com as cidades Guarda e Covilhã e a maioria das aldeias abaixo dos 800 metros de altitude. Como se disse, a ação de *A Lã e a Neve* decorre entre dois pólos, apartados nesta limitada escala geográfica: Manteigas e sua envolvência serrana, moderadamente intervencionadas pelo ser humano; e o dueto populacional Aldeia do Carvalho – cidade da Covilhã, esta fortemente artificializada pela implantação industrial. Manteigas, vila na margem esquerda do Zêzere, a 775 metros de altitude, é um dos seis concelhos que, total ou parcialmente, viriam a integrar mais tarde o Parque Natural da Serra da Estrela. Este foi criado pelo decreto-lei 557/76 de 16 de Julho, abrange o essencial do maciço da Estrela e estende-se por território dos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia. A Covilhã situa-se a 700 metros e dista cerca de sete quilómetros da, hoje, Vila do Carvalho, identificada no romance como morada de muitas famílias operárias. Este cenário bipartido situa-se no território que O. RIBEIRO (1986), no seu Mapa das Unidades de Paisagem, classificou como “Unidade 7 – Cordilheira Central”; na atual Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (INE, 2013), pertence à NUT III “Beiras e Serra da Estrela”. Para além das várias componentes do ambiente biofísico expressivamente devolvidas ao leitor, o romance articula-se entre dois mundos humanizados: o rural e o urbano-industrial. Ambos dependem dos recursos naturais locais, embora em graus, em moldes e através de mecanismos diferentes. Para a Ecologia Humana, é uma combinação enriquecedora e desafiante; para o autor, foi a fórmula encontrada para se aproximar literariamente da Natureza, por um lado, e para prosseguir no seu desígnio de denúncia político-social de cariz humanista e libertário, por outro.

## REBANHOS E TRANSUMÂNCIAS

Toda a ação romanesca de *A Lã e a Neve* desenrolada em cenário montanhoso “natural” é, portanto, reflexo literário da longa história de implantação humana na montanha continental portuguesa, diferenciada das terras baixas como o território acima da curva de nível dos 700 metros (Aguilar *et al*, 2009). O homem era já pastor e nómada na Península Ibérica no período do Neolítico; na tradição do sistema agrossilvopastoril, são os campos agrícolas, as pastagens em terrenos maninhos e as florestas a assegurar as necessidades básicas de alimento e abrigo (Ferrão *et al*, 2008). Escreve Ferreira de Castro (p.60): “(...) a grande serra e seus mistérios foram conquistados, mais do que com fundas, lanças ou arcabuzes, com homens pastoreando ovelhas e cabras”. A narrativa replica esta dependência eco-humana, no sentido em que usa o cervunal – um habitat seminatural resultante da intervenção humana sobre o ecossistema primitivo, e cujo valor alimentar para os ovinos lhe confere o papel basilar na pastorícia da Estrela – e a sua tradicional servidão coletiva em várias valências: como matéria de longas e vivas descrições, como cenário insubstituível de partes da ação e ainda como pretexto para a mensagem sobre as disparidades sociais. Um exemplo é a subida de Primavera aos cumes, que marca o retorno contrariado de Horácio à atividade pastoril. A Nave de Santo António surge coberta por “grande manta de cervum”, onde já outros rebanhos “rapavam erva”, enquanto “desgarradas cabras, trepando pelos alcantis próximos” buscavam o que roer (p.82). A meio da subida, o narrador fala-nos da paragem da “terra plana” do Covão da Ametade, fendida pelo curso do Zêzere (p.70) – quadro fustigado por uma trovoadas que força pastores e ovelhas a resguardar-se sob as fragas. O Covão da Ametade é desde 2008 uma Área Prioritária de Valorização Ambiental, com um “interesse natural relevante”, hoje conjugado com a vocação para o recreio e a educação ambiental. O justo valor da planta cervum *Nardum* spp. na manutenção do tradicional modo de vida pastoril da Serra da Estrela é um dos mais importantes aspetos com que Ferreira de Castro recria a presença humana numa paisagem fortemente dependente dessa vegetação ancestralmente “domesticada”. O pastoreio era tarefa de novos e velhos – como vemos naquele episódio em que a violência da trovoadas apavora “uma dessas crianças que os pais mandavam pastorear seu gadito por silvedos, valados e caminhos dos derredores da vila” (p.74). Se a posse de pastagens junto ao Zêzere, verdes e de fácil acesso, era própria de gente com alguns rendimentos, como Valadares ou o industrial Sotomayor, também entre pastores estava delineada uma hierarquia básica: o nível inferior era ocupado pelos moços de pastor por conta de alguém, como Horácio, e o gradiente culminava nos que mantinham grandes rebanhos de ovelhas, exigentes de bons pastos, mas provedores de retorno em leite e sobretudo em lã. Imagens atuais desses dois tipos de pascigo constam das figuras 1 e 2.





Figs. 1 e 2  
Cervunal (pasto de altitude) no Planalto Central da Serra da Estrela  
e pastos verdes perto de Manteigas, no vale do Zêzere

A dominância pastoril no universo da Estrela preenche, aliás, o *incipit* do romance, informando o leitor sobre mais uma etapa de pastoreio que terminava: “Logo que as cabras e as ovelhas entestaram à corte, o Piloto deu por findo o seu trabalho” (p.15). O capítulo final fecha este ciclo (p.368): “Das povoações serranas, os rebanhos começavam a subir para os cumes, como há cem, há duzentos, há mil anos, e iam devorando as flores silvestres que rompiam de todas as bandas (...)”. É quando ocorre nova deslocação ao monte, em Abril seguinte, que a narrativa nos compensa por ter aberto insinuando uma cena que não presenciámos. Uma vez levado o leitor até às extensões de altitude, na companhia de um Horácio que maldissera voltar àquela tarefa e àqueles caminhos, sabemos de quase tudo o que compreende a paisagem de sons e cores e a vida de trabalho em torno dos recursos que ela oferece. É o caso da organização do usufruto coletivo do solo: na Nave de Santo António, confluíam os distritos de Guarda e Castelo Branco, através dos dois concelhos, Manteigas e Covilhã. A demarcação das áreas de pastoreio atribuídas aos pastores de cada um, a fim de evitar desavenças, fazia-se através de “múrmuro fio de água”, de um “cordão de rochedos” ou de uma torre de pedras soltas – o “talegre”.

Era durante a primavera e o verão, alimentando-se dos ares da serra, de pão de centeio e de batatas cozidas, que os pastores ordenhavam ovelhas e cabras e procediam à manufatura do queijo, usando o cardo serrano nativo, *Cynara carduncullus*, para coalhar o leite, dando-lhe forma nas “ferradas”, escorrendo o excesso de soro. E se o efeito visual dos castanheiros apregoava o outono, a primavera anuncia-se na “música matinal” do “tilintar, encostas arriba, [d]as campainhas e [d]os chocalhos dos rebanhos”. Já nos cumes, aguardam o crepúsculo para entestarem às “malhadas”, onde pernoitam, “lentamente, enchendo de melancolia a serra, com a dolência das suas campainhas nas derradeiras horas do dia. (...) À luz do poente, que doirava os píncaros, os pastores seguiam atrás (...); nos flancos marchavam os cães, uns e outros atentos a que não se tresmalhasse alguma ovelha” que fosse ceia de lobos (p.84). Estes trechos, coincidentes com as



permanências de Horácio na serra, são o que de mais próximo da experiência de “wilderness” nos oferece *A Lã e a Neve*, espelhando, agora sim, o título do romance. Apenas aqui se pressente algo similar a uma “ecologia pastoril”, de harmonia humano – terra, aquele elogio implícito da *aurea mediocritas* campestre de que falava um outro Horácio – o poeta romano. Temática radicada nas *Geórgicas* de Virgílio (séc. I a.C.) – dominante nos períodos do Classicismo e que ao longo dos seus quatro livros faz a apologia dos campos e dos trabalhos agrícolas – e do Neoclassicismo, mas que o Romantismo seguinte também adotaria (Reis 2008:416). Cabe bem neste romance o conceito, recordado por F. Clements (em Garrard 2006:88), de “mundo natural” enquanto lugar de limpeza da poluição “moral e material da cidade”, dada a transição para a vida industrializada que lhe confere sentido. Mas no seu mundo sobrevivente à custa de uma pastorícia de subsistência que evidenciava já o início do próprio declínio não existe completamente uma rutura com a literatura pastoral – essa onde a Natureza é contraponto estável e duradouro à mudança disruptiva das sociedades modernas. Horácio começa por ser obrigado a adiar a concretização do seu sonho e a sujeitar-se ao mais baixo degrau salarial da economia da serra: “zagal assalariado (...) fica mais barato do que jornaleiro pago ao dia” nos amanhos da terra (p.60). Não é, assim, de estranhar que na condição de alguém cuja experiência em Cascais lhe alterou para sempre a perspetiva do quotidiano pastoril, a Nave de Santo António lhe parecesse agora “o fim do Mundo”, e o autor nos leve a partilhar dessa adversidade: “(...) toda essa brava paisagem das alturas” outrora familiar (...) aparecia-lhe agora odiosa, sufocante (...)” (pp.81 e 82). “Cada vez mais desventurado” nesses dias “densos de monotonia”, Horácio desdenha até da companhia amenizadora da velha flauta. Explora-se aqui um contraste fundamental, muito do interesse de ecocríticos como Macdowel (1996) ou Garrard (2006) e com significado ao nível da Ecologia Humana: entre o bucolismo tradicionalmente associado ao pastoreio e as duras regras de sobrevivência associadas. Ao longo do romance, nunca Ferreira de Castro toma declaradamente partido; de todos esses aspetos telúricos em contradição, é na ligação afetiva, criativa, sofrida com a terra que repousa, de facto, a vida serrana. A representação ambivalente do meio camponês é contínua e dada por uma intermitência entre os dois pontos de vista. As descrições líricas da paisagem serrana, particularmente esmeradas no capítulo III, e os momentos pastorais clássicos – com Horácio a viver um quadro que só *a posteriori*, em contraste com o ambiente fabril da Covilhã, encarará como de serenidade e alguma felicidade – revelam o ambiente biofísico da serra, a tradição do seu aproveitamento e a necessidade de uma evolução que acarinhe os anseios humanos. Daí que o corte com esse passado – “Não é guardando o rebanho dele que levantarei a cabeça” (p.30) – impulsione a ação principal e o protagonista. Mas em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro vai mais longe – em ângulos de vista, profundidade e argumentos – nas alfinetadas na imagem pseudo-sorridente do país rural, difundida pelo Estado Novo. Para tal, recorre a quatro realidades: nos fragmentos ligados ao pastoreio, através do repúdio de Horácio e das discórdias em torno dos baldios; na parte dedicada às indústrias da Covilhã, mediante a miséria da aldeia operária e das condições laborais e ainda dos efeitos da II Guerra Mundial, que açoitavam à distância os meios urbanos portugueses. No plano da intriga, na enunciação do narrador, nas falas das personagens – todas as ocasiões servem para efetivar essas denúncias. Os anseios de Horácio por uma vida fabril, à qual antevê vantagens sobre a sua existência de pastor, configuram uma

interseção entre o propósito sociopolítico do autor em desmascarar a imagem oficial e um teor com significado para a ecocrítica – o da imagem do pastoreio da serra alternativa ao ideário ruralista vindo do século XIX. Como em *Emigrantes*, a nervura de ação principal em *A Lã e a Neve* alicerça-se na consciência das limitações de recursos rurais disponíveis para proveito humano, na sua iníqua distribuição, na insatisfação resultante e na decisão de buscar alternativa satisfatória fora desse meio. Por isso, a primeira noite de Horácio na Nave de Santo António é passada entre a frustração, a aspiração da vida na cidade industrial e os pés assentes na terra que lhe exige o ritual de feitura do queijo – um retrato menos jubiloso da vida pastoril serrana, que transmite aspetos de Ecologia Humana, da história e da psicologia dos camponeses guardadores de gado miúdo (pp.89 e 90):

Mas nenhum dos homens que, na montanha, acompanhando rebanhos, esgotavam a melhor parte da sua vida, primariamente vestidos, sumariamente alimentados, trazia espírito vazio de ralações, alma livre para fruir o esplendor da manhã. De expressão resignada, um vago fatalismo nos olhos sombrios, mesmo quando riam, mesmo quando cantarolavam, eles dir-se-iam apartados (...) dessa alegria de viver que se revelava em seu redor, no voo das aves, no voo dos insectos, no florir dos vegetais e na rítmica toadilha que as águas soltavam na montanha.

Outro indício de que o autor considerava a história dos modos de vida e da capacidade transformadora do ambiente dos montanheses mais interessante do que as características do meio físico olhadas isoladamente é a narração de peculiaridades durante a transumância de médio curso. Esta ocorria no Inverno e diz-se “de médio curso” por comparação com os rebanhos que, entre os séculos XVI e XVIII, desciam até aos Campos de Ourique, no Baixo Alentejo (Gaspar, 1993), e que ao tempo do romance eram já delimitados aos campos da Cova da Beira. Para O. Ribeiro (1995: 330 e 1986: 91), esta prática pastoril representa a evolução do nomadismo para a vida sedentária – as culturas prenderam as pessoas à terra e só os pastores passam a circular – e o seu “último e mais puro vestígio” manifesta-se na Serra da Estrela. Ferreira de Castro reserva a estas deslocções sazonais o capítulo IV, em quadros de movimento e som que permitem apreender um sentido de escala associado ao movimento, mostrando os rebanhos partindo à vez, “sem outro ruído que o marulho dos seus passos” (pp. 114 e 115):

Eram quase trezentas ovelhas, brancas e negras, mosaico que cobria toda a largueza da estrada, a caminho da terra baixa. (...). Atrás marchavam Horácio, o Tónio, o Aniceto, o Libânio, filho do tio Jerónimo, e um burro por cada homem. (...) e os seus alforges, com alimentos no fundo, guardavam espaço para recolha de cordeiros que dessem em nascer como sempre acontecia, durante o trânsito. (...) Por Belmonte, Cana e Capinha, iam seguindo o seu destino, dormindo onde a noite tombava, longe dos povoados, que nas redondezas destes a cama era-lhes proibida, e levantando-se mal clareava o céu, para continuarem a marcha, sempre com os cães à testa e nos flancos, sempre com os burros à cauda e, atrás dos burros, os homens. (...).

Este trânsito de sete dias até às cotas baixas da Idanha, entre geadas, orvalhos e lapas de proteção, exige dos jovens pastores sabedoria e experiência para lidar com as dores, os dramas e outras circunstâncias do gado, que tinha importância equiparada à dos humanos. A deslocação é marcada por uma sucessão de partos de ovelhas, um dos quais o autor assinala transferindo o ponto de vista para o “olhar morno” da cria (p.117): “os pinheiros à esquerda, uns sobreiros junto da ponte, umas alminhas no princípio do caminho que ali perto desembocava”. O rebanho ia engrossando à medida que descia e “As crianças, às portas das casas pobres erguidas à beira da estrada, viam passar os cordeiritos em cima dos burros, com as ternas cabecitas a sair dos alforges, como se fossem numa janela andante, e achavam aquilo bonito” (p.121).

A planície da Idanha, longínqua meta do conjunto transumante, é escolhida para infletir a história. Dir-se-ia que Ferreira de Castro “precisou” de Horácio e dos seus vários meses de ansiedade e incerteza como guias através da paisagem humanizada e dos aspetos sociais e eco-humanos no vale do Zêzere e nos cumes da Estrela. Cumprida essa função literária, o momento de chegada dos rebanhos ao destino significa para o pastor de Manteigas um momento de partida, ao receber a notícia de que finalmente o aceitam numa tecelagem da Covilhã (p.122): “Com uma expressão alvar, Horácio pousou na terra a ovelha que trazia às costas, (...) atirou fora o seu cajado de pastor, deu um salto, abriu os braços e abraçou o Chico da Levada”.

Apenas a confrontação com a realidade fabril, narrada nos capítulos seguintes, propõe um amortecimento da imagem desencantada com que o pastor olhava a pastorícia. Encontramos aí, pela primeira vez, a Natureza enquanto sinónimo de liberdade, uma aceção característica do autor. Numa retrospectiva, o agora operário Horácio descobre atrativos na sua antiga vida, onde era livre de se movimentar e fumar, “de assobiar, de cantar ou de gritar para que a sua voz ecoasse pelos esbarrondeiros, de falar sozinho ou com o Piloto (...)” (p.141). Só assim, revisitado pelo prisma da cidade industrial e do cativo da fábrica, o mito da beleza rural e idílica reconquista espaço em *A Lã e a Neve*.

## OS CUMES CENTEEIROS

Encontra-se no romance o mesmo que A. Queirós (2000:127) deteta no seu autor e noutros escritores e poetas da mesma geração: uma obra que “assenta a sua ética da terra no elogio e na defesa do agricultor como arquiteto e conservador da paisagem, empiricamente ecologista no seu modo de produção (...), permitindo que perdure a diversidade da vida animal domesticada e selvagem”. No início da década de 1950 Portugal tinha 8 milhões e quatrocentos mil habitantes e metade da população ativa na agricultura. Esta sofria dois fenómenos interligados: o esvaziamento dos campos, fruto da emigração e do êxodo para os centros urbanos litorais, e a senda definitiva da industrialização, com um aumento da população a laborar nas indústrias transformadora e extrativa (Torres e Marinho, 2001 e Rosa e Vieira, 2003). Embora *A Lã e a Neve* retrate como a criação de gado miúdo sobrelevava em grande medida as atividades de centeio e batata, transmite modos complementares de ganhar a vida, que organizavam o espaço rural e modelavam a paisagem: os pastores a quem não cabia a vezeira semanal trocavam “o cajado de pegureiro pela enxada de cavador”, pois “nas rampas da serra todos eles criam gado, duas ou três dúzias de cabeças, e cuidam do seu agro – duas ou três pobres courelas” (p.60); os pais de Horácio trabalhavam de seu “dois degraus abertos na anca da montanha, alguns metros de chão onde cultivavam centeio e batatas, seu principal alimento” (p.34), produzindo centeio que rendia não mais do que quatro meses de pão – a “efémera riqueza dos plainos” (p.60). O centeio ou “pão” era, portanto, o rendimento dos camponeses pobres da Serra da Estrela, suplementado pela batata das courelas e pelo leite de cabras e ovelhas. Tal como com a pastorícia, toda a faina cerealífera se processava nos solos elevados:

125

Ao morrer de Julho (...) as famílias dos pastores e os pastores que não andavam de guarda às ovelhas, haviam subido do vale à montanha, para ceifar as searas. Por todas as encostas e mesmo nos plainos cimeiros viam-se, nessa época, pequenas e isoladas manchas amarelas, contrastando, num soberbo efeito, com o verdor da serra (...). Era o centeio maduro aguardando a foice dos que o semearam, homens e mulheres chegavam, com seus burros, e lançavam-se à tarefa, em vários dias de canseiras e noites dormidas ao relento.

Nessas manhãs de verão, o silêncio da serra era atravessado por cantigas de trabalho, notas de alegria a que Ferreira de Castro não é indiferente. O cereal malhava-se em rocha próxima “que brindasse lisa superfície” (p.104), o grão media-se e separava-se conforme se destinava a trabalhador ou ao dono do terreno e “a semente já não saía dali”, pronta para a terra no ano seguinte – era a “faina agrícola nas alturas” que termina com o regresso das famílias e ranchos de trabalhadores às “terras baixas”, no final de Agosto (p.110). É possível que estas descrições da vivência camponesa contribuíssem para a opinião de Francisco Costa, quando numa carta a José Paço d’Arcos faz uma comparação com Aquilino (1987:78):

O Ferreira de Castro, por seu lado, é um estupendo pintor, cujas personagens têm, quase sempre, missão muito semelhante à das figurinhas que os paisagistas metem nos seus quadros, para se sentir a escala da coisa pintada.

Mas o autor de *A Lã e a Neve* não abandona a tónica das desigualdades sociais, indissociável do rendimento conquistado ao solo e aos recursos adjacentes (p.84):

Os habitantes dos povoados serranos, vivendo em acanhados vales e as melhores terras na posse de industriais, padres e outros senhores lugarenhos haviam ido, desde remotas eras, às adustas alturas e, onde descobriram baldio propício a um punhado de centeio, cavaram-no e regaram-no com o seu suor. Mas o chão era pobre: por baixo dele, a um metro, às vezes ainda menos, jazia a rude ossatura de xisto ou de granito. Por cada ano que dava pão, a terra alta tinha de descansar, em esterilidade, um ano ou dois. Assim, perto ou longe de uma searazita, quem a semeara possuía sempre, próprio ou arrendado, outro tracto devoluto, o alqueive onde as suas ovelhas vinham dormir, adubando a terra que criaria o pão no ano vindouro.

A regra quase universal, já presente em *Emigrantes* e *Terra Fria* – é nas terras baixas, junto à água, que o solo compensa mais o esforço humano – volta a surgir, embora as culturas que lhe são peculiares, como o milho e a vinha, laranjeiras e oliveiras, sejam relegadas para segundo plano. Note-se o valor documental deste parágrafo: faz a súmula histórica do povoamento humano dos vales e do cultivo dos altos; define uma fragilidade natural daquele território – a magreza do solo arável – ; apresenta duas respostas adaptativas dos camponeses – a procura de terras nas maiores altitudes e o imperativo dos pousios; mostra o papel da pastorícia na produtividade da terra – com as ovelhas estrumando os “alqueives” ou terras em pousio; e a tudo isto faz corresponder uma estratificação social básica entre “senhores” da terra e habitantes mais sofridos, incluindo nos primeiros os industriais e membros do clero. Uma organicidade conjunta entre a terra, os animais e os humanos aparece enleada nas angústias de Horácio e serve a crónica do protagonista no capítulo 3 e nos seguintes. O quotidiano e a calendarização anual do pastoreio e da cerealicultura sucedem-se ao longo de um conjunto de fases, como o do ajuntamento do gado em “rebanhos de mil e mais ovelhas”, guiados por poucos pastores (p.102) até que no fim do Verão “Novamente a serra se cobrira de pequenas ovelhadas”, cada uma com seu zagal, estrumando as novas sementeiras de centeio (p.110). Esta complementaridade agropastoril, em moldes endémicos da Serra da Estrela, alargava-se até à Covilhã: o operário Ravasco, depois de cavadas as terras da mãe com a urgência de quem sabe que morrerá em breve, “compra noites de esterco” (p.259), alugando um rebanho que as estrume durante a noite. Sinais de uma época ainda livre de fertilizações artificiais e sintéticas. Na figura 3, esquematiza-se o calendário anual cruzado da vida pastoril e da cultura do centeio, com base nos elementos fornecidos pela narrativa.



Fig. 3 - Calendário anual das atividades económicas de montanha de agricultura e pastoreio, a partir de menções e descrições em *A Lã e a Neve*

Manteigas e a vida pastoril na Nave garantiam apenas uma sobrevivência mínima das famílias de camponeses. Para os migrantes da serra, cuja sobrevivência dependia de um conjunto de outros fatores (como o ar/oxigénio respirado, a luz do sol, a temperatura ambiente), a insuficiência de terra de pasto, de onde retirar sustento, constituía um fator ambiental limitante que, devido à sua escassez, comprometia a existência das famílias ou, no mínimo, a sua prosperidade. Para além da dimensão sociológica do fenómeno, as correntes migratórias de camponeses, representadas em Horácio, configurando embora uma adaptação às circunstâncias ambientais precárias, afetavam negativamente a densidade populacional da área. “Adaptação” e “fator ambiental limitante” são dois dos conceitos da Ecologia clássica que encontram eco também na Ecologia Humana e que ressumam de *A Lã e a Neve*. Outro conceito facilmente identificável é o de “seleção natural”, transmitido, no universo social do romance, por exemplo, pela vantagem social dos que têm posses relativamente aos que não têm. Os mais pobres apresentavam uma taxa de sobrevivência baixa, constituindo a migração, dentro ou fora do país, uma forma de a minimizar. É ainda possível identificar, no mesmo plano, os conceitos de competição intra-específica, pois ocorre entre humanos, ou interespecífica, se mantivermos a lógica de entender as classes sociais como “espécies” diferentes dentro da sociedade serrana.



## A FÁBRICA E O AGRO

Na Covilhã, Horácio continua a perseguir o seu sonho tardio. A “cidadezita serrana de ruas tortuosas e íngremes” (p.41) apresenta-se “a meio da serra, como se quisesse vigiar dali todo o imenso vale”, cheia de “incontáveis janelas” que o sol das cinco fazia “rebrilhar” (p.142). Animam-na um mercado novo e uma Praça da República, presidida pela Câmara Municipal – símbolos das funções administrativa e comercial que distinguem uma cidade do aglomerado de menor vulto. Entre o modo de vida pastoril da Nave de Santo António e o labor industrial da Covilhã, distam várias horas a pé que correspondem a um salto de vários séculos. Horácio lança-se numa lenta e penosa escalada na hierarquia operária, almejando o posto de tecelão, o mais respeitado por mestres e industriais. Uma vez na tecelagem, conhece o outro lado da lã que pastoreava: “Durante muito tempo a lã fora, para ele, apenas uma coisa que se vendia, aos quilos, que dava dinheiro aos donos das ovelhas, e, depois, se comprava aos metros. (...) Agora, porém, a lã aparecia-lhe com outro aspeto (...)”. A Covilhã da década de 1940 representa nesta ficção um modelo de economia onde o uso de recursos naturais locais – nomeadamente água, solo e lã de ovelha – ultrapassara largamente o ritmo da sua reposição natural. Historicamente, a localização da indústria transformadora têxtil obedeceu não ao fator mercado, mas à origem da matéria-prima. A concentração de rebanhos laníferos na serra atraiu a instalação de centros artesanais e, mais tarde, fabris (Pires 1994 e Mattoso, Daveau e Belo, 2010). Os seus rendimentos aumentaram, a partir do século XVIII, com o aproveitamento da energia hidráulica das ribeiras Carpinteira e Degoldra, que nascem na serra e afluem ao Zêzere. A fábrica que aceitou Horácio pertencia ao conjunto industrial alinhado na margem da primeira, parte das mais de duas centenas de fábricas da época.

Estas zonas industriais e forma de vida associada seriam passíveis de ilustrar o termo “brownfields” (Garrard, 2006) – atualmente do léxico da Justiça Ambiental e cunhado por ecocríticos de segunda vaga focados no ambiente artificial nos anos de 1990. Os “brownfields” designam paisagens antropicamente degradadas, urbanas e industriais, “locais tóxicos”, principalmente dentro das cidades, em oposição aos “green fields” dos arredores. Em *A Lã e a Neve*, o conceito acentua os contrastes entre o lado soturno da cidade e o labor das encostas, vale e cumes agropastoris. Uma parte fulcral da narrativa testemunha, então, o progresso industrial de fins exclusivamente lucrativos, sem brilho ou brio de proveito social. Este modelo insaciável exigia a importação de matéria-prima e quantidades crescentes de energia de laboração. Nas fábricas, verdadeiros microcosmos de exploração humana onde o autor centra a dialética entre explorador e explorado, impunham-se esquemas de trabalho que exauriam os operários, tornando-os “autómatos, simples peças das máquinas, movimentando-se sob aquela mesma vontade fria que movimentava a fábrica” (p.165). Os despedimentos arbitrários – por doença ou quando as energias dos mais velhos se esgotavam para o desempenho laboral –, assim como a ausência de assistência social estatal, eram das poucas certezas nos horizontes futuros das famílias operárias. Realidade que sugere ao autor uma metáfora com elementos da Natureza, através da qual expõe a paisagem urbana conspurcada por “seres tão inúteis para a indústria como os resíduos vegetais e minerais que as máquinas separavam das lãs” (p.314).



A. Queirós (2000b:21) encontra uma “unidade dialética de contrários” nas figuras contrapostas do pastor e do operário, assim como da lã e da neve. Porém, o romance mostra como ambos se uniam com fins utilitários vitais. O modelo mal remunerado dos operários da Covilhã assimilava as práticas agrícolas ancestrais da serra; ao cultivo de parcelas junto à Aldeia do Carvalho ia buscar um parco suplemento de sobrevivência – era a proletarianização dos trabalhadores rurais, que esbatia a dicotomia rural / urbano (p.147):

Fosse na Primavera, fosse no Verão ou no Outono, os homens (...) que laboravam no turno da noite e possuíam um quinchoso ou leiras nas declividades da serra empregavam o dia a amanhar essas territas. Muitos deles, ao entrar nas fábricas, às cinco da tarde, já haviam trabucado seis e oito horas, mas tinham por boa sorte consumir num mesmo dia esse duplo trabalho, pois sem o acrescento das couves, das batatas e, às vezes, do centeio que as courelas davam, o salário não lhes bastaria para sustentar a família.

Esse “trabalho de enxada” (p.184), com que Horácio tenta compor o magro salário de aprendiz, é indicativo da dupla condição de operário – camponês, que minorava com os produtos da terra a miséria ditada pelos rendimentos do trabalho fabril. O geógrafo J. Gaspar (1981) salienta como nem sempre a estrutura da população ativa nas estatísticas oficiais era, mesmo décadas depois, um indicador fiel dos estilos de vida em Portugal. A figura 4 mostra a distribuição desse trabalho duplo nos setores secundário e terciário, com o município da Covilhã a figurar na classe dos 20 a 30 %. Realidade que a ficção castriana sublinha, para além de nos mostrar os mesmos tipos rurais listados por J. Gaspar – o pequeno proprietário ou rendeiro; o trabalhador rural sem terra ou com terras insuficientes, “os pastores de gado ovino e caprino do sul e das montanhas do norte e centro” (p.21).

As páginas sobre as movimentações operárias no centro de agitação política que foi a Covilhã têm rigor historiográfico. Torres e Marinho (2001d) referem o movimento reivindicativo local de Novembro de 1941, com dez mil operários grevistas, que Ferreira de Castro imagina urdido e comandado a partir dos serões no casebre de Marreta, em que Horácio participava. Para anunciar o dia de início da greve têxtil, é traçado um tranquilo quadro aldeão, uma antítese do fervilhar reivindicativo da urbe fabril – “algumas galinhas debicavam a terra” – aludindo a dois fatores ambientais: era uma quinta-feira com “luz de domingo” e sobre um dos flancos da Aldeia do Carvalho planava um milhafre (p.271). Uma quietude cortada pelo vociferar do personagem Tramagal contra os “amarelos”. Quando o escritor faz sobrevoar a saída dos operários grevistas, na

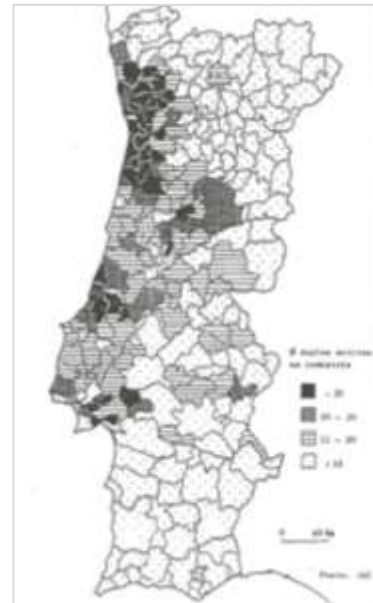


Fig. 4 – Dupla atividade da população agrícola na indústria [ano desconhecido no original].  
Fonte: Lema e Rebelo 1997: 187

Aldeia do Carvalho onde viviam, pelo voo planado e lento da rapina, solicita a avifauna da Serra da Estrela para dar vivacidade e relevo à história e à mensagem que pretende transmitir. Seguindo na lógica de transposição de conceitos da Ecologia clássica para a Ecologia Humana, deteta-se o conceito de dominância ecológica de uma espécie, na medida em que a “espécie” dos industriais “controla em maior ou menor grau a corrente de energia e afeta fortemente o ambiente de todas as outras espécies” da comunidade, para citar a definição genérica de E. Odum (2007: 226). Mas o conceito basilar desta parte do romance é outro, também ele alojável do universo conceptual da Ecologia: a cooperação, com verdadeiro benefício para as partes envolvidas. No caso dos operários da Covilhã, aliás, esta relação eleva-se ao patamar do mutualismo, que pressupõe um nível de interdependência favorecedor da sobrevivência – representado no Sindicato que agremiava os trabalhadores têxteis e que assumia responsabilidades sociais de apoio a velhos e doentes, num modelo em que patronato e Estado as rejeitavam.

O romance vive de um fio de sentido pouco risonho, de um espectro do mal sempre em fundo, dados pela insensibilidade das classes mais favorecidas, pelos usurários que emprestavam aos pobres a juros altos. Esse clima apenas amolece nas falas esperançosas de Marreta e sobretudo, com as notícias que afirmam o fim do conflito. Uma espécie de “Primavera Mundial” alcança os operários da Covilhã por meio dos jornais de Lisboa e Porto, a narrativa retorna à riqueza descritiva dos primeiros capítulos e festeja esse tempo novo de duas formas: mediante a reação da população têxtil e através da vivacidade da flora. E neste ponto a Natureza florística integra-se no tecido urbano, o protagonista agrada-se das tílias em flor libertando um “aroma que enchia o vasto terraço ajardinado que a cidade lançava, ali, sobre o vale” (p.300) e que em cenas futuras vigiarão as movimentações operárias. Nas encostas vizinhas da cidade, “os castanheiros sobreviventes dos grandes soutos pretéritos” (p.368) mostravam “os primeiros laivos amarelos da próxima floração” (p.370). Também em Horácio fermentava “uma admissão, uma hipótese, uma semente que não germinara”, mas “que não estava lá antes de ele vir para as fábricas”. É um novo Horácio que nasce com a Primavera, um fruto da doutrinação de Marreta, que vai soçobrando, sendo substituído na luta pelo antigo pastor.

## CONCLUSÃO

Ao regressar às terras da Beira, Ferreira de Castro concilia um cenário de vale (que acolhe a trama de *Emigrantes*) com o de montanha (em *Terra Fria*) num único texto: *A Lã e a Neve*. Este será, talvez, o mais completo exemplo de como o romancista foi simultaneamente um documentalista das regiões que usou como cenários literários, deixando estreita margem a concepções subjetivas da geografia e da Ecologia Humana da Serra da Estrela. A visão antifragementária do mundo, atributo desta área científica, é aqui muito evidente. O texto é perpassado por um saber histórico, mas também geográfico, antropológico e social, uma erudição popular exibida nas múltiplas formas como o ser humano se relaciona com o território que povoa e explora. Trinta anos após a publicação de *A Lã e a Neve*, em 1976, a criação do Parque Natural da Serra da Estrela identificou e propôs-se conservar os patrimónios natural e eco-humano que surgem recriados literariamente por Ferreira de Castro, essenciais ao enredo. Além disso, o coberto vegetal biodiverso do planalto da Estrela levou à sua classificação como Reserva Biogenética do Conselho da Europa, em 2000, e como Zona Húmida de importância internacional, pela Convenção de Ramsar. Todos estes habitats estão ainda protegidos pela Diretiva comunitária Habitats, sendo o cervunal um “habitat prioritário” numa lista onde constam ainda os “Cursos de água [de montanha] dos pisos basal a montano”, como o Zêzere, e as “Florestas de *Castanea sativa*” – os soutos do romance (Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>). Neles se incluem as atividades que arquitetam a economia de montanha, num vínculo orgânico entre o solo, a planta, o animal e o ser humano. Nesse sentido e conhecendo a Ecobiografia do escritor, concorda-se com A. Queirós (2000:38), que defende para um grupo de prosadores portugueses – onde inclui Torga, Brandão, Soeiro, Redol, Namora, e também Ferreira de Castro – “uma espécie de ‘humanismo ecologista’”, um “caráter precursor da moderna consciência ambientalista, que ultrapassa o velho antagonismo entre os interesses humanos e os da Natureza”. De resto, o romance celebra a filosofia mista de Ferreira de Castro: a arte pela beleza da arte, mas também a arte ao serviço de valores mais elevados do indivíduo e da sociedade, como a dignidade individual e a solidariedade social. Aos públicos lusófonos e aos das suas vinte e duas traduções (entre 1936 e 1973) (Emery em Vários, 1996), *A Lã e a Neve* apresenta uma Natureza – terra menos generosa e mais austera, palco de fadigas inglórias e sacrifício – que readquire beleza na comparação com a rudeza dos ambientes fabris da Covilhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

De Ferreira de Castro:

Ferreira de Castro. 1926. *A Epopeia do Trabalho*. Porto, Livraria Civilização, 140 p.

Ferreira de Castro. 1928. *Emigrantes*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, s/d, 11ª ed., 302 p.

Ferreira De Castro. 1931. “Memórias”, in *Ferreira de Castro e a sua Obra*, Jaime Brasil, 1931, Porto, Livraria Civilização, pp. 8-23.

Ferreira De Castro. 1934. *Terra Fria*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, 1990, 13.ª ed., 198 p.

Ferreira De Castro. 1947. *A Lã e a Neve*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães - Babel, 2010, 16.ª ed., 395 p.

Ferreira De Castro. 1949. “Mensagem”, Alves, R., 1996, “A Unidade Fragmentada”, *Vária Escrita* n.º 3, pp.185-191

Geral:

Aguiar, Carlos; Rodrigues, Orlando; Azevedo, João; e Domingos, Tiago. “Montanha”, Pereira, H., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (eds.), 2009, *Ecossistemas e Bem-estar humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment*, Lisboa, Escolar editora, pp. 295-339

Alves, Ricardo A.. 2002b. *Anarquismo e Neo-realismo – Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*. Lisboa, Âncora Editora, 285 p.

Alves, Ricardo A. (Org. e notas). 2007. *100 Cartas a Ferreira de Castro*. Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2.ª ed., 232 p.

Brasil, Jaime. 1931. *Ferreira de Castro e a sua Obra*. Porto, Livraria Civilização, 134 p.

Brasil, Jaime. 1961. *Ferreira de Castro, A Obra e o Homem*. Lisboa, Arcádia, 274 p.

Calheiros, Pedro. 2004. “A Lã e a Neve: testemunho corajoso sobre homens ousados”, *Castriana* n.º 2, pp. 103-134

Carvalho, Ana Cristina. 2015. *Terra Nativa – A relação eco-humana na vida e na obra de Ferreira de Castro*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 485 p.

Dionísio, Mário. 1947. “A Lã e a Neve, por Ferreira de Castro”, *recensão na Vértice, Revista de Cultura e Arte* n.º 47, Vol. IV, Agosto de 1947, pp. 302-307

- Emery, Bernard. 1996. "Ferreira de Castro, Além-fronteiras", *Vária Escrita* n.º 3, pp. 33-82
- Emery, Bernard. 2007. "Do mito amazónico à reinvenção do luso-tropicalismo: o caso de José Maria Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 3, pp. 61-104
- Ferrão, José E., Caixinhas, M. Lisete e Liberato, M. Cândida. 2008. "A Ecologia, as Plantas e a Interculturalidade", Lages, M. F. e Matos, A. T. (coord.), *Portugal, Percursos de Interculturalidade*, Vol. I, pp. 132-223
- Gaspar, Jorge (dir.). 1981. *Portugal em mapas e em números*. Lisboa, Livros Horizonte, 2.ª ed., 187 p.
- Gaspar, Jorge. 1993. *As Regiões Portuguesas*. Lisboa, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 236 p.
- Lopes, Óscar. 1998. "Centenário de Ferreira de Castro", *Folhas*, Ano I, n.º 3, pp. 39-45
- Macdowell, Michael. 1996. "Bakhtinian road to ecological insight", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. 371- 391
- Mattoso, José, DAVEAU, Suzanne e MELO, Duarte. 2010. *Portugal, O sabor da terra*. Lisboa, Círculo de Leitores e temas e Debates, 2.ª ed., 688 p.
- Moreira, Alberto. 1959. *Ferreira de Castro – Antes da Glória*. Porto, ed. autor, 200 p.
- Odum, Eugene P.. 2004 (1971). *Fundamentos da Ecologia*. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 7.ª ed., 927 p.
- Pires, Iva M.. 1994. *A Teia e a Trama na Geografia das Indústria Têxtil e do Vestuário*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa (polic).
- Queirós, António. 2000. *A Contribuição dos Poetas e Prosadores Portugueses para a Génese da Moderna Consciência Ambientalista*, Tese de Mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 196 p.
- Ramos, Rui. 1988. "Culturas de Alfabetização e Culturas de Analfabetismo em Portugal", *Análise Social* 103-104, Vol. XXIV, pp. 1067-1145
- Reis, Carlos. 2008. *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*. Lisboa, Almedina, 2.ª ed., 555 p.
- Ribeiro, Orlando. 1986 (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 4.ª ed. rev. e ampl., 175 p.

Ribeiro, Orlando. 1985. *Opúsculos geográficos*. I Volume – Síntese e Método. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 421 p.

Rosa, M.<sup>a</sup> João e Vieira, Cláudia. 2003. *A população portuguesa no século XX*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 170 p.

Rosas, Fernando. 1994. “A ‘grei agraria’”, Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, Sétimo Vol., pp. 31-59

Torres, E. Sintra e Marinho, Luís. 2001. *O Século do Povo Português*, Vols. IV a V, Alfragide, Ed. Ediclube

## OUTROS

Instituto Nacional de Estatística. 2015. *NUTs 2013. As novas unidades territoriais para fins estatísticos*.

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (2008), *on line* em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/popnse/popnse-doc> (4 Maio 2015)

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente *Millenium Ecosystem Assessment* – Avaliação Portuguesa: <http://www.ecossistemas.org/> (12 Novembro 2015)

Centro de Estudos Ferreira de Castro: <http://www.ceferreiradecastro.org/>  
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>







## ***A Real Fábrica de Panos,* um marco histórico na paisagem industrial e cultural da Covilhã**

ELISA CALADO PINHEIRO

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências  
Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

### RESUMO

Neste ensaio, confere-se a importância da edificação da Real Fábrica de Panos, contextualizando-a no âmbito da política manufatureira pombalina e dá-se a conhecer a planta de localização de três dos seus vários pisões, considerando-se que a mesma contribuiu decisivamente para estruturar o modelo de desenvolvimento económico de mono-indústria e notando a sua capacidade de polarização e de impacto na história covilhanense. Uma primeira versão deste texto foi apresentado na conferência proferida, sob o mesmo título, no Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, em 26 de Junho de 2014, no âmbito do programa das *Comemorações dos 250 anos da Real Fábrica de Panos*, levadas a efeito por esta instituição, tendo, posteriormente, servido de base à conferência proferida, em 25 de março de 2015, na Academia das Ciências (Instituto de Estudos Académicos para Seniores, Prof. Doutor Adriano Moreira), no âmbito do programa subordinado ao tema "*Reais Fábricas*".

## PALAVRAS-CHAVE

Real Fábrica de Panos; Conde da Ericeira; Marquês de Pombal; política mercantilista; história da indústria; Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

## ABSTRACT

In this essay, the importance of the Real Fábrica de Panos erection is contextualized in the scope of the Pombaline manufacturing policy and the plant for locating three of its various fulling mills is revealed, considering that It contributed decisively to structuring the model of economic development of mono-industry and noting the polarization and the impact in the history of Covilhã. A first version of this text was presented under the same title at the Wool Museum of the University of Beira Interior on June 26, 2014, within the framework of the program of the 250th Anniversary Commemorations of the Real Fábrica de Panos by the institution, and later served as the basis for the conference given on March 25, 2015, at the Academy of Sciences (Institute for Academic Studies for Seniors, Prof. Adriano Moreira), under the program on "Royal Factories".

## KEYWORDS

Royal Cloth Factory; Marquis of Pombal; Mercantilist policy; Count of Ericeira; Wool industry; Wool Museum of the University of Beira Interior.

## INTRODUÇÃO

É hoje possível acompanhar o percurso da Real Fábrica de Panos da Covilhã, enquanto manufatura de Estado, desde a data da sua fundação, em 1764, até 1885, quando passou a incorporar novos usos que a acompanharam até à atualidade. A preservação de um conjunto significativo de fontes primárias e a publicação de um volumoso *corpus* documental, aliados à identificação e musealização das fontes materiais preservadas *in situ*, fariam prever a existência de diversos estudos sobre a mesma, atendendo à importância histórica e patrimonial das evidências que subsistiram desta instituição, como ao interesse em clarificar as sucessivas ocupações do imóvel, ao longo dos últimos 132 anos da sua existência. Às fontes manuscritas dispersas por diversos arquivos nacionais, regionais e locais, nomeadamente, o da Torre do Tombo, o do Ministério das Obras Públicas, o do Tribunal de Contas, o Distrital de Castelo Branco e o Municipal da Covilhã, alia-se a publicação, empreendida por Luís Fernando Carvalho Dias, de um elevado número de processos e de documentos avulsos referentes às mais diversas informações referentes a esta manufatura real, particularmente, os reportados à Junta do Comércio, constituindo a mesma uma das obras de referência deste erudito investigador covilhanense (Dias 1958-1974). Esta obra começou por ser publicada na revista *Lanifícios*, a partir de 1956 (nº 81, setembro) e constitui uma publicação de referência para o estudo da indústria de lanifícios nacional. Para além da Covilhã e de

Portalegre, outras localidades alentejanas e do centro do país encontram aí diversos documentos transcritos sobre aquela temática. Foi antecederida pela publicação, na mesma revista, de outras obras do mesmo autor e diversos documentos sobre a indústria de lanifícios que deixamos na bibliografia.

No âmbito da musealização deste espaço, na origem do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, foram publicados um roteiro, acessível no respetivo sítio e um catálogo (Pinheiro 1998). Deve, igualmente, salientar-se, a análise aprofundada realizada por Ana M. Cardoso de Matos, no âmbito da sua tese de doutoramento, à documentação publicada por Luís Fernando de Carvalho Dias, referente à Real Fábrica de Portalegre e à Real Fábrica de Panos da Covilhã (Matos 1998). Mais recentemente, José Lopes Aleixo publicou o estudo desenvolvido no âmbito da sua tese de mestrado visando a análise e o enquadramento arquitetónico do complexo edificado da manufatura covilhanense (Aleixo 2011). Merecem ainda uma especial referência, no domínio da história da indústria e do inventário do património industrial da Beira Interior, alguns dos capítulos da obra publicada no contexto do projeto *Rota da Lã TRANSLANA*, um projeto comunitário desenvolvido pelo Museu de Lanifícios da UBI em dois volumes (Pinheiro 2008) e (Pinheiro 2009). No primeiro destes, realça-se a introdução e o capítulo “Evolução histórica da indústria de lanifícios em Portugal. O caso da Beira Interior - abordagem genérica”, pp. 217-317. No segundo, assinalamos o capítulo “Património industrial dos distritos de Castelo Branco e Guarda”, pp. 480-872.

Ao longo dos 250 anos da existência da Real Fábrica de Panos, comemorados em 26 de Junho de 2014, o complexo industrial pombalino sofreu vicissitudes várias. De estabelecimento fabril, durante 121 anos, viria, após a extinção desta atividade, a ser cedido, em 1885, por mais 71 anos, para instalação, inicialmente, do Regimento de Infantaria 21 e, por fim, do Batalhão de Caçadores 2. A partir de 1973, o complexo edificado foi cedido, pela Câmara Municipal da Covilhã, para instalação do Instituto Politécnico nesta cidade.

Aquando das obras de remodelação do imóvel, foi posto a descoberto “um conjunto de fornalhas e poços cilíndricos” que, em 1982, justificou a classificação da área das antigas tinturarias da Real Fábrica como *Imóvel de Interesse Público* (Dec. n.º 28/82, de 26 de Fevereiro). Este processo contribuiu decisivamente para a criação do primeiro núcleo do *Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, instituído em 1989 (Despacho Reitoral 12/89) e inaugurado em 30 de Abril de 1992. Todavia, só em 30 de Abril de 1996 viria a ser aberto ao público, em regime normalizado.

Quando, como na atualidade, se questiona tão vivamente o papel do Estado na sociedade e na vida dos cidadãos portugueses, impõe-se revisitar o passado para avaliar o impacto socioeconómico de algumas das intervenções estatais no domínio da política económica, tanto a nível nacional como regional e local. Procurando acompanhar este longo processo e contribuir para o debate sobre a questão atrás enunciada, abordarei, seguidamente, se bem que de uma forma muito sucinta, o impacto da Real Fábrica de Panos na história covilhanense, ao longo do período em causa.

## ANTECEDENTES

O primeiro documento régio de enquadramento normativo à indústria de lanifícios, o *Regimento da Fábrica dos Panos* ou *Regimento dos Trapeiros*, foi promulgado, em 1573, por D. Sebastião e irá acompanhar o desenvolvimento desta indústria até ao período da ocupação filipina. Após a Restauração da independência, D. Pedro II viria a desenvolver um conjunto de iniciativas visando o relançamento da indústria nacional, com impacto direto nos lanifícios covilhanenses, igualmente enquadradas pelo referido Regimento. Em 1677, foi fundada, por D. Pedro II, na Covilhã, uma manufatura régia dotada de pisão, tinte e prensa, para a qual foi proposta a designação de *Fábrica de Sarjas e Baetas do Conde da Ericeira* e que chegou até nós identificada pelo topónimo de *Fábrica Velha*, na ribeira da Carpinteira, que por esse facto passou a ser conhecida por *ribeira da Fábrica*. Diversas evidências de campo desta primeira manufatura subsistem na área ocupada pelo complexo industrial da *Fábrica Campos Melo & Irmão*. Em 7 de Janeiro de 1690, D. Pedro II confirma o *Regimento de Panos* de 1573, acrescentando-lhe mais onze artigos. Esta ampliação (capítulos XCVII a CVII), como refere Carvalho Dias, nas suas "Notas e Comentários", incide sobre "*a intensificação da fiscalização no fabrico dos lanifícios «para prover como cumpre ao bem dos meus vassallos e dar ordem como a fábrica dos panos se estabeleça com maior perfeição e verdade»*", segundo se lê nos Considerandos iniciais do regimento de 1690" (Dias, 1951b: 148). Conforme se declara no preâmbulo do novo documento, visava-se aperfeiçoar a produção nacional e limitar a importação de tecidos do estrangeiro, que já tinham sido proibidos pelo alvará de 9 de agosto de 1686:

" (...) *que os panos, que neles obram, sejam feitos na conta, e perfeição, que devem ter, por evitar os enganos, e falsidades, com que até agora se faziam, em menos crédito, e reputação da fábrica deles, ao qual prejuízo sou obrigado acudir com maior razão no tempo presente, em que sou servido proibir o uso dos panos estrangeiros* (...)" (Dias 1950: 9-10).

139

A publicação desta lei orgânica pretendia incentivar a qualidade da produção, através de uma minuciosa e exaustiva regulamentação de todas as operações de transformação, prescrevendo para cada incumprimento a respetiva pena. As multas eram significativamente pesadas, sendo aplicadas pelos "vedores" dos panos. Estes eram eleitos por três anos, na presença do corregedor da Comarca, por "*fabricantes, mercadores e pessoas que costumam fazer panos para vender*", situação que conferia ao cargo uma elevada autoridade e dignidade (Dias 1951a: 104-106).

A concretização, na Covilhã, deste projeto de política económica mercantilista, implicou o estabelecimento de um contrato de concessão monopolista promovido pela coroa, em 1677, envolvendo os cristãos-novos covilhanenses André Nunes e Jorge Fróis e o capitão Luís Romão de Sinel, natural de Lisboa, mas residente na Covilhã. Viria a ser pessoalmente acompanhado por D. Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira (1632-1690) e Vedor da Fazenda, desde 1675 (Serrão vol. III 1968: 26-28). Com a finalidade de limitar a importação de tecidos ingleses, o Conde da Ericeira apostou na introdução de um conjunto de novas técnicas no domínio da fiação e da tecelagem visando a melhoria da qualidade da produção nacional. Para o efeito, foram contratados, na Irlanda, onze

artesãos, de entre estambradores, tecelões e fiandeiras, com a finalidade de introduzir os novos processos na manufatura criada Covilhã (Pinheiro 1998: 48-52). O contrato viria a terminar abruptamente, em 1703, pela conjugação de um conjunto de fatores adversos que, na primeira metade do séc. XVIII, irão incidir sobre o incipiente modelo de desenvolvimento industrial iniciado na Covilhã. Para além das repercussões diretas do Tratado de *Methuen*, celebrado com Inglaterra, nesta mesma data, devido à abertura de portas à concorrência estrangeira, terá sido a Inquisição a dar o golpe fatal no novo empreendimento industrial covilhanense. Irá abater-se com extrema violência sobre as principais famílias de cristãos-novos ligados ao trato dos tecidos, como é o caso das perseguições aos Fróis Nunes e aos Ferreira, estes últimos, igualmente, paneiros e concorrentes dos primeiros, mas já com ligações familiares ao comércio brasileiro. Em 17 de Abril de 1703, a Inquisição recai sobre Jorge Fróis Nunes, então solteiro, obrigando-o a apresentar-se. Era filho de Jorge Fróis e Maria Henriques, que já tinham sido presos e sentenciados por judaizarem. Quanto a Álvaro Henriques Ferreira, igualmente filho de cristãos novos sentenciados, em 26 de fevereiro de 1704, foi preso e os seus bens sequestrados (ANTT.IL, Processo 5.334). O conflito entre estas duas famílias foi determinante nas perseguições então movidas pela Inquisição aos cristãos-novos da Covilhã. É de salientar que, entre 1700 e 1705, foram encarcerados pela Inquisição 18 negociantes da Covilhã (Rodrigues e Mendes 1999: 153). Apesar dos resultados, igualmente, negativos da aliança realizada com os Estados Gerais das Províncias Unidas, aquando da Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714), que levava o monarca português a conceder livre comércio aos panos de lã holandeses, esta última situação não terá tido as repercussões adversas que se adivinhavam na indústria local, uma vez que, D. João V, abraçando a estratégia de proteção dos panos nacionais, logo no início do seu reinado (1707-1750), estabeleceu com os paneiros da Covilhã o contrato de fornecimento dos fardamentos para o exército, em regime de monopólio a partir de 1710. Assim, particularmente durante esta guerra, as fábricas da Covilhã vestiram as tropas nacionais, tendo a produção sido considerada de superior qualidade comparativamente à importada.

Em 1719, D. João V irá confirmar a António Fróis Nunes, neto de Jorge Fróis, o contrato de concessão celebrado em 1677, com este e demais sócios (ANTT, Chancelaria de D. João V, Lº 125, fls.175 v). Após esta iniciativa, sucederam, na exploração daquela unidade e como novos ocupantes do imóvel, os Castro, os Raposo e os Nunes de Sousa, até que, em 1845, no mesmo local, viria a ser fundada a carismática fábrica que descrevemos noutra parte "Campos Melo & Irmão" (Pinheiro 2009: 553-554). Em 1734, o Padre Manuel Cabral de Pina faz menção ao fornecimento dos fardamentos para o exército, aos paneiros da Covilhã, descrevendo, a propósito, o seguinte quadro da indústria local:

*“Há nesta Vila o contrato dos panos, donde vão para todo o Reino, e para a vestimenta dos soldados e uma das cousas notáveis deste Povo. Para este contrato há 65 teares, que ocupam 130 pessoas, 15 pisões nas duas ribeiras, que ocupam mais de 60 pessoas, 14 tendas de prensar e tosar, que ocupam 50 pessoas, 8 tintes de varias cores, e dous mais de azul de dornas. Estes tintes de cores tem hoje menos uso depois que El-Rei ordenou fosse a dita vestimenta somente de cor branca. Tem mais El-Rei na Ribeira da*

*Carpinteira uma fabrica sua com pisão, tinte, e prensa que ocupará vinte pessoas. Os oficiais de carda, e mulheres, que fiam a lã são inumeráveis”.*

A fábrica real de acabamento de tecidos, localizada na ribeira da Carpinteira, era a anteriormente concessionada a António Fróis Nunes (Dias 1962: 51). O manuscrito do Padre Pina Cabral viria a ser publicado no jornal e serviu de base à publicação de *Subsídios para a Monographia da Covilhan*, Artur de Moura QUINTELA em 1899. Na revista *Lanifícios* foi, igualmente, publicado um estudo, sobre as diversas publicações deste documento (P.N.A.A. 1962: 189-228)

O trabalho de cardar, fiar e tecer era então ainda exclusivamente manual, realizando-se nas casas e oficinas da vila e arredores e envolvia praticamente toda a população. Era o tempo que deu corpo ao aforismo popular então corrente: *“Se os filhos de Adão pecaram os da Covilhã sempre [todos] cardaram* (DIAS, 1958:35-48). Poucos trabalhavam por conta própria, cabendo aos negociantes, frequentemente cristãos-novos, a compra da lã que, seguidamente, distribuíam pelas casas dos cardadores, das fiandeiras, dos tecelões e pelas especializadas oficinas artesanais, as tendas, os pisões e os tintes, acompanhando as fases sequenciais do processo de produção.

Nas vésperas da intervenção pombalina, em 1758, a Covilhã com uma população de cerca de 5.000 habitantes, é descrita do seguinte modo:

*“ 3. Consta esta Vila e seus Subúrbios de mil e duzentas e trinta e oito vizinhos ao presente, e de três mil setecentos vinte e seis pessoas de maior idade; e de menor idade quinhentas e trinta e sete, alem dos que ainda não andam em rois de confessados.*

*4. Está situada em hum Monte grande braço, que desce da Serra da Estrela, virada ao nascente, e ao Sul, entre duas Ribeiras, que também nascem e descem da mesma serra com abundancia de águas, de que se usa para regadias depois que saem dos sítios em que servem para andarem moinhos, azenhas, pisões e lagares de azeite, e as mesmas Ribeiras povoadas de casas de tintes e prensas, e por isto se chamam fabricas de panos e baetas”* (ANTT, *Dicionario Geografico de Portugal*, Ms. Tomo 12, fls. 3.087)

Aproximadamente do mesmo período, uma das diversas memórias então elaboradas estimava o número de fogos num total de 954, montante a que corresponderá o número aproximado de 3.481 habitantes. Depois do enquadramento geográfico e de uma descrição pormenorizada da vila, com a identificação dos monumentos mais importantes, apresenta-se o seguinte panorama da indústria local:

*“(...) ainda existem a trabalhar 14 pisões na Ribeira da parte do Sul em que se acomodam trabalhando mais de 70 oficiais, cinco oficinas de tingir e em duas destas há quatro dornas somente para a tinta azul com pastel, que é de todas a mais segura e perdurável. No mesmo sítio se veem 4 demolidas, deputadas (sic) [reputadas] para*

*o mesmo exercício; trabalham mais dezasseis oficinas ou tendas de tosar e prensar, com 42 oficiais; em uma não há este exercício; e 4 se acham demolidas.*

*Na Ribeira da Carpinteira da parte do Norte, está uma grande casa, a que chamam a Fábrica d'El-Rei, tanto por ser direito senhorio dela como porque o enfiteuta conserva nela três dornas de tingir azul de pastel e nas caldeiras todas as mais cores de experiência à imitação das que vêm de fora. Toda a tinta neste sítio é a mais singular ou pelo benefício das águas que correm mais limpas e claras, ou por mais e mais rápidas ou por naquela se não cortam, nem viciam os materiais precisos para a graça e segurança das cores; e esta me parece ser a mais certa; (...) Pouco mais superior há um pisão com duas perchas, em que trabalham efectivamente 5 oficiais; e uma tenda de tosar, e prensar, em que trabalham 4 oficiais; e por concorrerem a esta mais panos e baetas, atualmente trabalham 18 pessoas. Faz o enfiteuta de despesa em lenhas, cada um ano, mais de 500\$000 rs". (Dias 1958: 35-48 e 393-394).*

Relativamente ao número de operários a laborar na Covilhã, salienta-se no mesmo documento o seguinte:

*" As pessoas que se entretêm no trato e contrato dos panos, se não pode ao certo nomear, porque são poucas as casas dos nacionais em que não hajam obradores de lã, uns com cabedais próprios; e outros sem eles (...) se diz, que se os filhos de Adão pecaram, os da Covilhã todos cardaram" (Dias 1958: 40).*

Faz-se, igualmente, uma significativa referência à forte dicotomia verificada entre cristãos-novos e cristãos-velhos:

*"(...) Nesta vila há duas parcialidades de traficantes de panos; uns que são cristãos novos e outros velhos: estes mais verdadeiros, e por isso de menos cabedais e menos em número; aqueles em mais número e de maior cabedal pelas falsidades e roubos que atualmente estão fazendo na manufactura, e labor dos mesmos panos; de que tem resultado perderem-se os créditos das ditas fábricas, em utilidade dos estrangeiros pelo consumo de suas fazendas.*

*(...) o que só o poderia ser com um novo estabelecimento, com crédito da Nação, e das mesmas fábricas, utilidade dos vassalos e do Real erário; mandando-se estabelecer na dita vila uma Companhia Geral, tanto para a compra de todas as lãs, como para o fabrico dos mesmos panos e todas as mais fazendas da lã." (Dias 1958: 42).*

Ainda em 1758, e de acordo com orientações precisas de D. Luís da Cunha, terá sido estabelecida, na Covilhã, em inícios de Novembro, a primeira Mesa da Administração dos Fardamentos, que viria a ser constituída pelos seguintes membros, todos cristãos-velhos: Dr. Filipe de Macedo Castelo Branco, provedor, a quem passam a caber três votos; José de Figueiredo Frazão Castelo-Branco, escrivão; capitão Francisco Duardo da Silva Proença, tesoureiro; João Rodrigues de Figueiredo, procurador; os deputados, capitão Custódio Roiz da Cruz, alferes Pedro Fernandes Fortuna e Agostinho de Almeida, cabendo a cada um



deles um voto. Uma vez que quatro dos deputados foram eleitos pelos negociantes de panos, o sistema de votação estabelecido permitia ao poder central garantir algum controle sobre a nova organização (Dias 1958: 49-51). D. José I, por alvará de 11 de agosto de 1759, viria a reforçar e ampliar o anterior *Regimento da Fábrica de Panos*, de 1690, atendendo às sucessivas queixas dos fabricantes das comarcas da Guarda, Pinhel e Castelo Branco, face às consequências do monopólio dos assentistas arrematantes dos fardamentos, às fraudes denunciadas e à crise generalizada que então se verificaria (Dias 1958: 10-12). Institui formalmente a Mesa/Junta da Administração dos Fardamentos; protege os fabricantes locais dos assentistas, tendo mandado "*adiantar do Cofre dos mesmos fardamentos as somas competentes como antes se havia praticado com os assentistas; taxando os preços dos panos segundo as diferentes cores deles*" e cria o cargo de Superintendente e Juiz Conservador das Fábricas das Três Comarcas, nomeando, como primeiro titular, o bacharel Luís José Nunes Madeira, que então desempenhava o cargo de Juiz de Fora (Dias 1958: 14). Todavia, passados pouco mais de dois anos, em 6 de outubro de 1761, foi decretada, por Carta Régia, a devassa e o sequestro dos bens de Luís José Nunes Madeira, por ter exorbitado das suas funções (Dias 1958: 27-28). Ainda antes do final da década é regulamentado o mercado dos gados, estabelecendo os locais de venda, preços e quantitativos, bem como a eleição dos vedores dos panos, que coloca sob a alçada do Juiz Conservador, para além do preço e qualidade dos panos destinados aos fardamentos, tendo sido aprovado para o efeito os *dezochenos* (mil e oitocentos fios de urdidura) da mesma grossura, tecedura e boa *fábrica* do padrão, não podendo de modo algum ser alterados, ao preço estipulado de 480 rs o côvado (Dias 1962: 201 e 335). A dita Mesa virá a ser extinta pela Real Resolução de 26 de junho de 1764, que cria a Real Fábrica de Panos da Covilhã, tendo a Junta do Comércio passado a assumir as funções que aquela, até então, desempenhava (Dias 1958: 31).

Desde finais da década de 50, Paulino André Lombardi, o futuro administrador da Real Fábrica de Panos, integrava, na Covilhã, a Mesa da Administração dos Fardamentos. Em 1760, de acordo com a relação dos panos arrolados pelos avaliadores nomeados pela Mesa da Administração dos Fardamentos, por conta da Real Fazenda, terão sido produzidas, por 166 fabricantes da Covilhã, 1.592 peças de pano, num total de 63.680 côvados, tendo o seu valor atingido os 28.841\$000 rs (Dias 1958: 18-22). Todavia, a relação dos panos considerados necessários para providenciar o fardamento inteiro das tropas do Reino foi estimada em 136.750 côvados (Dias 1958: 22-24). A produção covilhanense estava longe de poder suprir as necessidades, se se mantivessem os constrangimentos aqui existentes.

Num outro estudo elaborado com a finalidade de fundamentar a instalação da nova fábrica na Covilhã, a despesa anual de uma fábrica de panos superfinos era estimada em 36.791\$625 rs. Neste valor, encontravam-se: incluídos os vencimentos anuais dos mestres, oficiais e aprendizes; e os custos dos materiais e ingredientes e dos aparelhos e instrumentos. De igual modo, estimava-se a produção anual decorrente da laboração dos 15 teares, instalados para este fim na Covilhã, em 675 peças de panos superfinos, num total de 27.000 côvados, valor que de acordo com o preço de compra às fábricas inglesas importaria em 50.000\$000 rs. Subtraindo a este montante as despesas acima identificadas (36.791\$625) obtinha-se o valor de 13.208\$375, estimativa considerada

provável de um futuro investimento, que viria a render um lucro de 30%, quando o lucro industrial na Europa renderia cerca de 20% (Dias 1962: 218).

Os *Inquéritos industriais pombalinos*, realizados na segunda metade do século XVIII, vieram preparar o campo para a aplicação de uma política estatal intervencionista. Reportados à província da Beira, permitem-nos constatar que o fabrico de panos, buréis e baetas se encontrava disseminado pela região da Serra da Estrela, distinguindo-se já as localidades da Covilhã, Manteigas, Belmonte, Guarda, Seia, Gouveia e Fornos de Algodres, e também por Sabugal, S. Vicente da Beira, Pinhel e Castelo Branco, bem como pela província do Alentejo. A lã utilizada era maioritariamente proveniente desta última província, sendo ainda adquirida na Província de Castela. Cada tear produziria então dois a três panos por semana (Dias 1958: 53-58).

Na Covilhã, fabricavam-se genericamente panos *desochenos* de 40 côvados (de mil e oitocentos fios e seis palmos de largura, incorporando cerca de quatro arrobas de lã) e *quatrozenos* (de mil e quatrocentos fios e cinco palmos de largura, consumindo cerca de três arrobas de lã), para além do fabrico de baetões. Em diversas freguesias do concelho, como Orjais, Aldeia da Ribeira e Aldeia de Mato, eram fabricados panos e no Teixoso produziam-se baetas. Ainda de acordo com os referidos inquéritos, era frequente, nesta época, os oficiais cardadores e tecelões das principais manufaturas da Covilhã e de Manteigas procurarem trabalho nas fábricas de Castela, quando escasseava na região. De acordo com o estudo elaborado por João Rodrigues da Silva, o sistema de fabrico tradicional da Covilhã, ainda em vigor em 1803, podia ser caracterizado nos seguintes termos:

*"Chamam-se fabricas uns agregados de oficinas, aonde a lã entra em rama e sai convertida em tecido ultimado. Chamam-se fabricantes a todos os que se propõem fazer tecidos em branco, para os vender neste estado, depois do pisão. Estes fabricantes não tem oficinas suas e, à excepção duma ou de outra operação, todas as mais se fazem em oficinas dispersas, que cada um levanta para negócio. As manufacturas destes fabricantes que designo com o nome de fabrico volante, são mais imperfeitas. Acabam-se nas mãos do mercador, aonde, pelas fraudes, adquirem o descrédito das Fábricas, por entrar tudo na denominação geral de manufacturas da Covilhã"* (Silva 1955: 355).

O mesmo autor explicava as razões desta situação, decorrente de profundas clivagens sociais, do seguinte modo:

*"(...) Em Covilhã há dois partidos, um é o dos fabricantes, outro o dos mercadores. A compra dos fardamentos é toda feita aos fabricantes e como estes são os que, procuradores voluntários, figuram lesados e oprimidos, sejam eles perguntados se querem que a Fábrica faça o tecido de fardamento e a resposta será o Juiz da causa (...) "* (Silva 1955: 390).

E a resposta a esta questão só poderia ter sido afirmativa, tantas eram as queixas dos fabricantes relativamente aos mercadores assentistas. A acumulação de capital pelos assentistas e a contratação à tarefa das diversas operações da cadeia de produção dos fardamentos aos artesãos locais contribuiu para a formatação do modelo de desenvolvimento industrial da Covilhã, assente na segmentação do processo industrial e na consequente pulverização empresarial, tendo contribuído ainda para o disseminar no território. Esta situação acabou por fortalecer a centralidade da mesma, a nível regional, transformando-a num polo aglutinador das diversas localidades que, na "corda da serra", vieram a especializar-se na produção dos lanifícios.

## A POLÍTICA ECONÓMICA POMBALINA

As linhas mestras da política de fomento industrial preconizadas pelo Marquês de Pombal, irão ser explanadas pelo próprio, num extenso documento de balanço da sua intervenção neste domínio, que importa realçar (Dias 1962: 339). Inspirado pelas orientações presentes no testamento político do *Cardeal Richelieu*, que aconselhara Luís XIV, com a finalidade de enriquecer os seus vassallos ricos e tornar poderoso o seu Reino, *"a estabelecer nele a indústria e o trabalho dos mesmos vassallos, assim no mar como na terra"*, bem como outros testamentos políticos, como o de João Baptista Colbert, salientando a importância da introdução das manufaturas no Reino.

No documento em análise, o Marquês de Pombal sublinha que, atendendo às consequências positivas da aplicação prática destas medidas, o monarca português, seguindo idêntico modelo, o incumbiu de o vir a aplicar em Portugal, revitalizando as fábricas já existentes e criando novas. Nesse sentido, considera que o primeiro setor para o efeito desenvolvido foi o da indústria dos lanifícios, *"que é a mais importante, porque pelo universal consumo dos seus tecidos absorvem as manufacturas de lã como esponjas a maior parte da substância dos povos"*. Com este objetivo e para suprir as necessidades existentes relativamente à produção de tecidos para os fardamentos das tropas, foram restauradas e engrandecidas *"as importantes fábricas da Covilhã, que achou amortecidas"*. Considera, igualmente, que daqui terá resultado a multiplicação de muitas outras fábricas de panos entrefinos e finos, de baetões e de baetas, pelas Províncias da Beira, do Alentejo e da Estremadura, situação que reporta ao final do ano anterior relativamente à data do documento em análise. Esta situação terá contribuído para fazer cessar a introdução dos panos e baetões ingleses, permitindo a retenção no Reino de *"numerosos mil réis e tinham com eles enriquecido muitos povos de Portugal e os habitantes deles"*. Enuncia, seguidamente, a segunda fábrica que instituiu, a das Sedas, apresentando os dados gerais referentes à evolução da mesma. Distingue, como terceira, a fábrica dos chapéus finos; como quarta, a das meias de seda; como quinta, a das caixas e diches de ouro, prata e tartaruga; como sexta, a dos vernizes finos e brilhantes; como sétima, a das bolas de jogo do taco, de pentes e de toda a espécie de obras de marfim; como oitava, a das rendas de seda crua, denominadas *belandas*, para ornamentos de vestuário masculino e feminino; como nona, a dos vidros cristalinos e vidros brancos para vidraça das janelas; como décima, a dos botões lisos e lavrados, de prata e de toda a variedade de metal e de vidro aberto ao buril; como décima primeira, a da louça fina, faiança, que refere ter começado na Praça do Rato [em Lisboa] e se difundiu para outras vilas e cidades do Reino; como duodécima, a da refinaria de açúcar; como décima terceira, a das obras de ferraria, serralharia e torno de ferro e metal, para a produção de equipamentos para as restantes indústrias, tendo-se iniciado, igualmente, na citada Praça do Rato e ainda em Pernes; como décima quarta, a da escola de desenho e de escultura de mármore, estabelecida na Casa do Risco, na Praça do Comércio, em Lisboa; como décima quinta a referente às obras de marcenaria e marchetaria, para aplicar às excelentes madeiras provenientes do Brasil a dinamizar o trabalho de entalhadores e marceneiros; como décima sétima, a das pescarias de Monte Gordo e das outras praias e costas do Reino do Algarve; como décima oitava, a das pescarias da baleia e do óleo de baleia nas armações

e laboratórios das costas do Brasil e Rio de Janeiro; por último, salienta a produção realizada no âmbito do Arsenal do Exército, como peças de artilharia, obuses, aprestos bélicos, selas, arreios, e tudo o mais necessário ao armamento do Exército desde as armas de Infantaria e Cavalaria à de Artilharia.

Para além de salientar as enormes vantagens obtidas através da introdução destas indústrias e da valorização das unidades existentes, refere ainda que nenhuma delas foi diretamente suportada pelo Erário Régio, tendo todas sido erigidas e mantidas através das contribuições provenientes da Junta do Comércio. Por último, considera ser pública a confirmação dos resultados positivos da política desenvolvida, verificada no âmbito da exposição de tantos e tão variados artigos de luxo e de primeira necessidade produzidos nas novas fábricas do reino, aquando da cerimónia de inauguração da estátua equestre na Praça do Comércio, em 6 de junho de 1775. Deste modo, o Marquês de Pombal demonstrava os elevados resultados alcançados no âmbito da política de fomento industrial que desenvolvera e que privilegiaram a Covilhã, no domínio da produção têxtil.

## A CRIAÇÃO DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Fundada, em 1764, no reinado de D. José I, por intervenção direta do Marquês de Pombal, sob orientação da Junta do Comércio, a construção desta manufatura de Estado contribuiu decisivamente para estruturar os tecidos industrial e empresarial da Covilhã. Para além de ter motivado o alargamento do próprio tecido urbano, estendendo-o até às margens da ribeira da Goldra, que o margina a sul, pode considerar-se o verdadeiro motor do desenvolvimento da indústria local (Pinheiro 2009: 638-640 e Aleixo 2011: 77-147). A introdução de novas tecnologias, especialmente nos domínios da tinturaria, da tecelagem e dos acabamentos de tecidos, com uma evidente repercussão na melhoria da produção de toda a fileira, resultante da contratação, através da Junta do Comércio, de diversos mestres estrangeiros com a finalidade de introduzir na Real Fábrica as mais recentes inovações, contribuiu para moldar o próprio desenvolvimento económico que a cidade viria a assumir, desde finais do séc. XVIII até aos anos oitenta do séc. XX.

Em 18 de Maio 1761, a Junta do Comércio procede à contratação dos seguintes mestres para a Real Fábrica de Panos: Bernardo Rodriguez, tintureiro espanhol, que venceria um salário de 800 rs de ordenado fixo e 20 moedas de ajudas de custos; Jorge Disher, tosador e prensador, com 600 rs de ordenado e 32 rs de ajudas de custo; Henrique Banford, mestre tecelão e Thomaz Cord, mestre de serafinas e baetas, ambos com 300 rs de ordenado e 9 moedas de ajudas de custos, com a obrigação de ensinar os trabalhadores portugueses. Um jovem de 20 anos, que sabia falar inglês, filho de Bento Gonçalves Forte, foi igualmente contratado por 150 rs de ordenado e 24.000 rs de ajudas de custos, para assegurar a integração e maior rendimento dos conhecimentos dos mestres contratados (Dias 1958: 78-83). Neste ano de 1761, já se encontrava igualmente instalado na Covilhã Pedro Bray, mestre tecelão de panos e baetas e Henrique Banford, mestre tecelão, quando chegaram os seguintes mestres estrangeiros, sobretudo de proveniência irlandesa: Thomas Cord, mestre tecelão de serafinas e saetas, que viria mais tarde a ser substituído por Tomas Mahar; Jorge Disher, mestre de tosar e prensar, que viria, posteriormente, a ser substituído por Jorge Shepherd e este por Lourenço Kenna e Diogo Reating, mestre estambrador. Todos eles eram pagos através da Junta do Comércio. Faltava ainda contratar Jeremias Mahony, mestre tecelão de camelões e tripes, considerados estes uma "*nova espécie de géneros*" (Dias 1962: 179-181; 224-225). Em 1763, a Junta do Comércio nomeia o irlandês Pedro Bray para mestre geral e o guarda-livros da sua própria Contadoria, Pedro António Avenente, para acompanhar aquele à Covilhã e passar a seguir de perto a evolução da Fábrica. Em fevereiro de 1767, é contratado o francês Nicolau Douvaux, mestre estambrador e que tece drogues, apesar de, em agosto do mesmo ano, o Administrador, Paulino André Lombardi, considerar que pouco sabia relativamente às competências com que se apresentara. Refere, igualmente, que encomendou a construção de uma prensa, de uma urdideira e de um engenho de torcer a João Hegrethijs (Dias 1962: 179-181).

Todavia, em 9 de dezembro de 1767, o mesmo Administrador irá relatar à Junta do Comércio que quase todos os mestres contratados apresentavam muitas deficiências de formação, revelando mesmo limitações na prática da própria especialidade, situação de que se excetuaría o mestre cardador, João Siríaco. Refere ainda que alguns deles, devido

a diversas faltas cometidas foram mesmo castigados, nomeadamente, Henrique Bramford. Considera ainda que alguns deles, apesar de sabedores, devido ao consumo excessivo de álcool, têm criado diversos problemas na Fábrica, como Diogo King [Reating]. A falta de um mestre pisoeiro fazia-se então sentir, propondo ele a contratação de Manuel Roiz Fortuna (Dias 1962:197-198). Em 6 de Abril de 1769, viria a ser contratado o irlandês Nicolau Meagher, como mestre pisoeiro, apesar deste, desde 22 de junho de 1768, já se encontrar na Covilhã.



## A EDIFICAÇÃO DA MANUFATURA ESTATAL

Em 15 de Setembro de 1763, Pedro António Avenente subscreve um relatório circunstanciado visando o desenvolvimento da indústria de lanifícios na Covilhã, dirigido à Junta do Comércio, intitulado *"Informação particular relativa aos panos da Covilhã e seus distritos que servem para o fardamento das tropas de Sua Magestade que Deus guarde"*, que viria a ser complementado ainda por uma outra *"Informação geral dos Lanifícios da Covilhã e dos seus distritos"* (Dias 1962: 155 e 158-159). No primeiro destes documentos, identifica a capacidade instalada e a produção da Covilhã nos seguintes termos:

*"(...) Na dita vila da Covilhã se contam mais de oitenta teares e mais do que noventa nos seus distritos, singularmente nas vilas de Teixoso, Manteigas e Belmonte e podendo-se tecer em cada tear, por cada mês, quatro peças de pano de 40 côvados por peça, segue-se o número de oito mil cento e sessenta panos por ano, que fazem côvados 326.400, e a seis côvados por farda 54.400 fardas".*

Na segunda informação, e de acordo com um conjunto específico de fatores que evidencia, defende que a Covilhã será, a nível nacional, o local mais indicado para a produção de panos finos, desde que venham a ser aplicados os preceitos recomendados pelos mestres Pedro Bray, da tecelagem, e Bernardo Rodriguez, da tinturaria. Considera ainda que não bastará a contratação de mestres especializados para se resolver o problema diagnosticado relativamente à falta de qualidade da produção da Covilhã, atendendo ao facto de os fabricantes locais não disporem de capital suficiente para lhes garantir o pagamento dos salários. De entre as várias medidas que preconiza, defende a necessidade urgente da construção da nova fábrica, nos seguintes termos:

*"o único e mais certo expediente para introduzir em Covilhã esta nova arte e a pouco e pouco comunicá-la às terras do Reino que tenham prerrogativas da dita vila (...) é o que V. Mercês não deixarão de indicar no fim das ditas instruções, isto é, de erigir uma Fábrica, em que com todo o dinheiro que for preciso se metam todos os engenhos e instrumentos necessários (...) se mandem das Praças do mar (...) os materiais para as tintas; se sustentem com bons ordenados os mestres que já temos e mandem vir os que faltam, como são um tirador de estambre, um mestre para fazer cardas à moda de Inglaterra e França e um pisoeiro (...) se faça uma casa ou se aumente a que já está feita para o tinte, ao pé de duas fontes e perto de uma ribeira, com armazéns para os materiais, com pisões e com as respectivas casas para os teares, para as tesouras, para as prensas e para guardar os panos, e enfim se principie a fabricar tecidos de primeira qualidade (...)".*

Em 26 de Janeiro de 1764, através de uma Resolução Real, determina-se que o contrato feito com a Mesa da Administração dos Fardamentos estabelecida na Covilhã, por Provisão Régia de 11 de agosto de 1759, passe para a inspeção da Junta do Comércio, tendo esta, para poder dar-lhe sequência, nomeado para administradores dos fardamentos, Paulino André Lombardi e Francisco Rodrigues de Assis, a quem foram dadas as

orientações necessárias. Uma das primeiras medidas propostas pelos novos administradores foi a do tabelamento do preço dos panos dezochenos em 480 rs o côvado, conforme fora fixado pelo Regulamento de 1690, com a finalidade de evitar o desvio das lãs de melhor qualidade para os panos mais finos e de preço superior, restando só as de menor qualidade para a produção dos fardamentos. Defendiam ainda que lhes fossem atribuídas prerrogativas idênticas às detidas pelo Juiz Conservador ou Superintendente das Fábricas das três Comarcas, Guarda, Covilhã e Pinhel, competindo-lhes a eles a aplicação do selo de qualidade das fazendas, propondo que passassem, igualmente, a beneficiar dos privilégios concedidos aos administradores da Real Fábrica das Sedas. Só em 9 de maio de 1769, estas prerrogativas vieram a obter parecer favorável por parte da Junta do Comércio, datando a aprovação régia de 19 de junho do mesmo ano (Dias 1962: 201-203). Em 1770, Paulino André Lombardi, como Administrador da Real Fábrica passa a vencer um ordenado de 600.000 rs, a que acrescia o vencimento de 400.000 rs pelo desempenho do cargo de Administrador dos Fardamentos. De igual modo, Francisco Rodrigues de Assis, passa a ter de ordenado, como guarda-livros da Real Fábrica, 200.000 rs, e como Administrador dos Fardamentos, 400.000 rs. A Junta do Comércio propõe que este último coadjuve o primeiro e seja nomeado, igualmente, Administrador da Real Fábrica, passando a receber um ordenado.

Ainda em 1764, por alvará de 24 de março, fora criado o Arsenal Real do Exército, bem como o Armazém Geral dos Fardamentos e regulamentado o fardamento das tropas e uniformes do exército, decorrente da reforma do Conde de Lippe. Foi então substituído o uniforme branco, usado até então pelos exércitos das potências católicas, pelo uniforme azul ferrete, por influência do modelo prussiano (Dias 1958: 87-93). A 19 de Junho do mesmo ano, a Junta do Comércio emitia um parecer de justificação da criação da Real Fábrica de Panos da Covilhã, salientando que o Governo aprovara e confirmara as diligências propostas pela Junta visando concretizar o desenvolvimento económico do país, com base no progresso da indústria de lanifícios. Considerava-se que, tendo-se começado por contratar mestres estrangeiros para a fábrica da Covilhã e por construir os instrumentos de trabalho e engenhos necessários ao aperfeiçoamento da produção de tecidos, importava implementar diversas outras medidas, ultrapassando as queixas apresentadas junto do Rei por parte de outras localidades que se sentiam preteridas pelas medidas adotadas, que beneficiavam a Covilhã. Para dar continuidade ao trabalho já realizado, defendia-se como necessário edificar uma fábrica na Covilhã onde pudessem vir a ser instalados doze teares grandes para panos e baetas, quatro pequenos para serafinas, saetas e durantes, para além de se procurar viabilizar todas as condições necessárias à prática das operações de acabamento. Estas eram tradicionalmente realizadas nas diversas oficinas designadas por *tendas*, que incluíam as operações de perchar, tosar, prensar e ramolar. Estimava-se que a edificação da nova obra proposta, para além do imóvel já existente, importaria numa verba de "*quatro contos de reis*", envolvendo exclusivamente os custos da construção.

Considerava-se, igualmente, necessário nomear um diretor geral, a quem deveria ser atribuída uma:

*"avultada remuneração ou prémio", um mestre geral e mais quarenta obreiros para os teares, em cujo número se incluía "um mestre tecelão e doze aprendizes; um mestre e seu aprendiz para pisoar e lavar; um mestre e seis aprendizes para perchar, tosar, ramular, etc.; um espinçador; um cirgidor; um dobrador; um carpinteiro e seu aprendiz; quatro homens para escolher a lã; oito para cardar ao potro e dois para espinçar, além das mulheres para cardar encanudado, fiar, aspar, etc.".*

Preconizava-se ainda a contratação de um mestre estambrador, de um outro tintureiro, com quatro aprendizes e dois trabalhadores, de dois caneleiros e de vinte e cinco fiandeiros de estambre. Do total dos 54 novos trabalhadores propostos, encontravam-se, à data, em exercício, 28. Das mulheres necessárias, já tinham sido contratadas 20 cardadeiras e fiandeiras, considerando-se ser viável o recrutamento do pessoal em falta, atendendo à oferta de trabalhadores especializados que se verificava nesta área. Finalmente, a de 26 de junho, através de uma Resolução Real, era extinta a Mesa da Administração dos Fardamentos e instituída a Real Fábrica de Panos na Covilhã (Dias 1958: 31). Estimava-se então para a construção do novo edifício, uma verba de cerca de um conto de reis, para além da verba destinada à aquisição de um terreno próximo da fábrica e junto à Ribeira para *"a condução das águas e lavagens."*

Admitia-se que, passados cinco anos sobre a implementação destas primeiras medidas, os aprendizes da fábrica estariam em condições de poder iniciar a produção em estabelecimentos próprios, desde que lhes fosse concedido, por parte do Governo, um adiantamento inicial, destinado à instalação dos teares necessários e à aquisição das lãs. Este empréstimo deveria passar a ser cobrado através da produção realizada e vendida ou consignada ao Estado, com a condição de ser-lhes, igualmente, garantida a isenção de impostos, tanto nas importações de produtos necessários à fabricação, como na exportação, desde que a produção obedecesse aos critérios de qualidade regulamentados. Para além dos benefícios decorrentes da isenção de impostos, as medidas preconizadas para os trabalhadores da Fábrica deveriam ainda passar a ser estendidas a todos os fabricantes locais, nomeadamente, no que se refere ao empréstimo destinado à aquisição das lãs e ao custo dos teares. Considerava-se que, deste modo, ainda antes dos cinco anos previstos com a formação dos aprendizes, poderia o Reino vir a beneficiar dos resultados desta política protecionista.

Propõem, igualmente, a exemplo da política aplicada a outras novas fábricas de fundação pombalina, que a isenção de impostos para a nova Fábrica se estenda por um período de dez anos. Defendem ainda a aquisição da totalidade da produção aos fabricantes locais, desde que estivesse garantida a qualidade da mesma. Estimam como necessária ao desenvolvimento desta indústria a disponibilização, por parte do Estado, de uma verba de cerca de vinte e quatro a vinte e seis contos de reis, destinada a constituir fundo de manei necessário à aquisição dos teares e à compra das lãs, viabilizando-se ainda o adiantamento das verbas necessárias para que os fabricantes locais pudessem desenvolver uma produção continuada. Defendem, igualmente, uma mais criteriosa escolha das lãs, de molde a adequá-las ao tipo de pano a produzir, situação que, até à data, não se verificava como devia. Salientava-se que a produção da nova fábrica deveria

privilegiar a fabricação dos panos ordinários e mais que ordinários, destinados ao uso das camadas populares e à exportação para o Brasil, bem como os panos menos que ordinários e baixos, próprios para o fardamento dos criados de pé, apesar de não se excluir a feitura de panos finos.

A Consulta da Junta do Comércio fundamentava *"o novo e mais amplo estabelecimento (...) para se levantarem novos edifícios e novos teares e aparelhos, não só para os panos dos fardamentos, mas também para os panos finos de maior preço e serafinas para forros, debaixo da imediata protecção régia"* (Dias 1962: 161-165). A edificação da Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã prolongou-se por alguns anos. Só em 1769, Paulino André Lombardi, superintendente e administrador da Real Fábrica, viria a obter a aprovação régia para a utilização das pedras da muralha, derrubadas desde o terramoto de 1755, para a construção do edifício. O ato de entrega da pedra, bem como da água da Fonte das Lágrimas e da Fonte Santa foi feito pelos representantes da Câmara da Covilhã aos funcionários régios junto às portas de Altravelho pedindo-se bom senso a estes para que não fosse posto em causa o abastecimento das populações locais (Dias 1958: 102-103).

Em 28 de Outubro de 1767, Paulino André Lombardi enviará à Junta do Comércio o documento intitulado *"Apontamentos da obra de pedraria ordenada para a maior perfeição e segurança do novo edifício, que se intenta (...) "*, bem como a *" Informação geral do edifício que se intenta fazer, para uso da Real Fábrica dos Lanifícios da Vila da Covilhã"*, tendo sido estimado o custo da obra em doze contos de rs (Dias, 1962: 182-188; 189-193). O primeiro destes documentos pode considerar-se da maior importância para poder acompanhar-se o plano traçado para a construção do imóvel. Depreende-se da leitura do mesmo que seria acompanhado do esboço do projeto e das plantas da nova construção. Todavia, estes elementos ter-se-ão desagregado do original e, até à data, por não terem sido localizados consideram-se perdidos. Por este facto, o documento em análise constitui uma fonte imprescindível para a compreensão do projeto arquitetónico da Real Fábrica de Panos. Para além da dimensão das diversas superfícies, apresenta-nos uma descrição tão sucinta quanto referenciada dos espaços em fase de construção. Começa por salientar que, a frontaria da entrada, *"a que chamam o sítio do Chafariz das Lágrimas"*, como, à época, era conhecida a, agora, rua Marquês d'Ávila e Bolama, se estenderia por uma área de:

*"301 palmos e a que continua pela parte da Igreja de S. Martinho 245 palmos, advertindo que a frontaria da entrada, tem já feito 111 palmos, e a outra que faz frente ao Senhor da Ribeira 56 palmos; de forma que à dita frontaria principal se deve somente fazer 190 palmos; e à sobredita do Senhor da Ribeira 189, sendo certo porém, que a referida frontaria da parte de S. Martinho e a outra seguinte que cai para a Ribeira, hão-de inteiramente fazer-se ainda por conta de quem arrematar a dita obra".*

Através desta pormenorizada descrição, é possível acompanhar o faseamento a que foi sujeita a edificação da Real Fábrica de Panos, entre 1764 e 1767, partindo de uma pré-

existência, reportada a uma antiga tinturaria, na posse da Junta do Comércio, que irá ser integrada na nova construção, como o documento bem salienta:

*"Esta obra que dizemos acima a achar-se feita, são as casas apontadas na planta com as letras H. I. e por consequência, o corredor que as divide; porem contudo declaramos que na parede da Tinturaria das Lãs, que faz frente ao mesmo corredor, se deve fazer outra semelhante empena; e que a que está feita na parede da casa da lenha, do cunhal do Senhor da Ribeira deve ser desmanhada, para fazer águas a essa parte, na correspondência de toda a obra. Do mesmo modo, há-de ainda fazer-se por conta do arrematante o tanque de 13 1/2 palmos por 14 que está debuxado no sobredito corredor; e por isso será necessário contá-lo na avaliação, com a certeza que deve ter 18 palmos de alto, macissado até à superfície do lageado; e 8 de guardas, as quais serão somente de duas penas de 4 palmos cada uma em altura."*

Facilmente se concluirá que se tratava de um edifício de planta retangular, com 111 palmos por 56, que se desenvolveria na parte da atual fachada mais próxima da portaria principal de acesso à Universidade e no lado menor, na fachada lateral que ladeia a escadaria de pedra de acesso à Calçada do Biribau. Tratava-se da tinturaria e casa da prensa que pertencera ao sargento-mor José Diogo Coutinho e que se mantivera em laboração até 1759, conservando-se, a partir de então, inativa e na posse da Junta do Comércio (Dias 1962: 189-193). Evidências de várias construções antigas marginaram esta fachada, tendo-se mantido algumas delas até aos inícios da reconstrução do imóvel para instalação do Instituto Politécnico da Covilhã, em meados da década de setenta do séc. XX.

Relativamente à construção do tanque de água, bem como a um conjunto de outras referências identificadas nesta memória descritiva, como é o caso das aberturas previstas, das escadarias de acesso, do sistema de canalização e escoamento de águas e das caldeiras referidas poderemos concluir, através da análise às atuais evidências, que a construção se conformou genericamente às especificações técnicas apresentadas no projeto. Relativamente à referência à construção do *"chafariz que se acha debuxado no meio da praça"*, por não ter subsistido, provavelmente devido à remodelação decorrente da ocupação do edifício como Quartel, não é possível aquilatar-se sobre a respetiva configuração.

A identificação dos espaços que deveriam apresentar-se lajeados ou pavimentados em calçada constituem a única indicação que nos permite identificar os espaços previstos na planta, face às evidências ainda conservadas. No projeto, previa-se que fossem pavimentados de calçada as seguintes áreas: o pátio de entrada; a casa do porteiro; a tinturaria dos panos em cor; o corredor de serviço da dita tinturaria e da outra das lãs; o corredor de serviço da tinturaria das dornas; a tinturaria das dornas; o corredor da entrada da casa dos teares; a casa para os teares grandes; a casa para os teares pequenos e a praça de dentro. Quanto aos espaços a ser lajeados indicavam-se os seguintes: a casa para a guarda dos panos do fardamento; a casa para puxar estambre; a casa para o

mestre prensar; a casa para a composição das tintas; a casa para perchas e tesouras; a casa para prensas e a casa para as lãs em bruto.

Através destas indicações, poderemos depreender que todos estes espaços se localizavam no piso zero do imóvel e que as casas pavimentadas em calçada eram as que requeriam um maior apuro construtivo, devido às especificações técnicas decorrentes das atividades a que se destinavam. Presumimos que, no piso superior, se localizariam, para além da Casa da Aprovação e da área administrativa, a Casa do Obrador e as dependências para o alojamento dos aprendizes acolhidos pela instituição, para além de outras de apoio, todas elas assoalhadas de madeira.

O documento permite-nos ainda concluir que a ribeira que margina a Sul o imóvel não aparece identificada pela designação por que passou a ser conhecida, sobretudo desde finais do séc. XVIII, inícios do séc. XIX, como Degoldra ou Goldra, mas reportada à Igreja do Senhor da Ribeira, localizada a poente.

Quanto ao segundo documento referente ao assunto e intitulado *Informação geral do edifício que se intenta fazer, para uso da Real Fábrica dos Lanifícios da Vila da Covilhã*, permite-nos acompanhar, com grande pormenorização de dados, o processo de escolha e aquisição do local para implantação do imóvel, bem como algumas das estimativas de custo previstas para a construção e apresentadas à Junta do Comércio para o efeito.

De acordo com o documento em análise, em 4 de novembro de 1767, haveria dois terrenos suscetíveis de serem escolhidos, apesar de situados em locais muito distintos. O primeiro seria (...) *"onde actualmente se estão fazendo as casas para o pisão"*; o segundo, situar-se-ia *"junto ao edifício em que estão acomodadas as oficinas de tinturaria e a Casa da Prensa, o qual também pertence à Junta do Comércio por desistência que lhe fez o sargento-mor desta vila José Diogo Coutinho"*. A primeira proposta, que não viria a receber a necessária aprovação por parte do administrador da Fábrica, Paulino André Lombardi, que conduziu estas diligências, era a defendida pelos mestres tintureiro e prensor, uma vez que usufruiria das *"águas mais puras para as suas oficinas"* e por *"desejarem alguma solidão para maior expediente dos oficiais nelas empregados"*. Todavia, quando o local foi visitado pelo Administrador, este concluiu que o local, em primeiro lugar, revelava-se:

*"demasiadamente distante e por isso muito dificultoso o ajuntarem-se todos os oficiais em horas competentes e só teria lugar quando vizinho ao edifício se construíssem algumas propriedades para a sua residência. Segundo, o ser parte de serra, e por conseguinte trabalhoso e de muito custo o fazer-se uma obra tão dilatada (...); Terceiro, muito húmido, e por isso incapaz de se conservarem as dornas por muito tempo com aquele calor necessário para o seu trabalho. E por fim o não se poder unir ao mesmo edifício a Caixa da Administração e suas pertenças, porque sendo o seu maior objecto a Administração dos Fardamentos, seria impraticável acudir a todos os operários para as aprovações e pagamentos que nelas se costumam fazer."*



Duas áreas distintas da localidade são consideradas prováveis para esta primeira proposta de localização, não se dispondo de dados seguros que nos permitam identificá-lo sem reservas. Ou localizar-se-ia no sítio do Pisão Novo, na ribeira da Goldra, ou na ribeira da Carpinteira, abaixo do Sineiro, uma vez que esta última, comparativamente com a da Goldra, apresentava as águas muito menos poluídas devido à menor densidade de estabelecimentos instalados, nomeadamente lavadouros de lãs ou tinturarias. Quanto à humidade que aparece referida no documento ou derivaria de uma menos favorável exposição do empreendimento, por localizar-se a Norte, no caso de tratar-se da Ribeira da Carpinteira, ou por situar-se a montante, no Sítio do Pisão Novo. Relativamente à referência ao isolamento do terreno e à localização do mesmo na encosta da serra, facilmente poderemos constatar que, à data, qualquer das localizações é compatível com a descrição apresentada. Todavia, no caso de tratar-se da localização na Ribeira da Carpinteira, só a jusante se encontrariam instalações fabris ou de apoio, como são os casos do edifício da Caixa da Administração dos Fardamentos e da denominada Fábrica Velha, desde o terceiro quartel do séc. XVII. Considero provável que o primeiro destes estabelecimentos se localizasse no edifício que, posteriormente, terá funcionado como Armazém Comunitário de Lãs, servindo de apoio ao Lavadouro e Estendedouro de Lãs. Deve referir-se a este propósito, que a localização da *Fábrica de Sarjas e Baetas* foi sempre considerada demasiado distante do tecido urbano, situação que justificou a proposta de construção de alojamento para os seus trabalhadores, apresentada ao Conde da Ericeira.

Face aos argumentos invocados no documento em análise, propunha-se que a Real Fábrica de Panos fosse construída no segundo local previsto, atendendo ao facto de se situar:

*"quase no meio de todas as oficinas dos particulares fabricantes desta terra, mas ainda porque tem partes de muito mais plaino que o outro e se lhe pode unir quase toda a obra que está feita, sem embargo de que para isso fosse necessário cortar alguma da mesma obra visto haver naquele lugar uma grande cova, que certamente obrigaria a maior despesa".*

Trata-se do local onde foi efetivamente implantada, apesar do elevado desnível que foi necessário vencer, através da construção da imponente sapata para assentamento da manufatura estatal. Esta acabou por utilizar a maior parte da pedraria disponível das muralhas da vila, com naturais reflexos no aumento dos custos da obra. Esta escolha terá sido sancionada por todos os diretamente envolvidos na aquisição do terreno, com particular destaque para o próprio Juiz Conservador das Fábricas, o Dr. João da Costa Borges e Azevedo, como foi justificado pelo Administrador. Foi encomendado ao mestre carpinteiro, Bento José da Costa Matos, o projeto geral, com a condição de permitir integrar o *"pequeno edifício que está feito ao outro que se intenta fazer"*. Para o efeito, seria *"necessário desmanchar uma casa em que actualmente trabalham nos sobrados os tosadores, e nas lojas os prexadores, com a prensa, cuja casa (...) faz a maior frente ao sítio da Igreja do Senhor da Ribeira"*. Esta intervenção foi estimada em 183.200 rs, montante a que deveria ainda somar-se a despesa decorrente da necessidade em:



*"rebaixar a estrada principal, pois nesta face está inteiramente coberta a loja que serve de tinturaria; e não deve ser só o dito rebaixo no comprimento dos 301 palmos de toda a frontaria, mas ainda dos que forem bastantes para ficar a mesma estrada sem defeito e suave para a sucessiva passagem dos carros e cavalgadas que precisamente hão-de ir a ela para entrarem na vila".*

Fica deste modo explicado o corte verificado no adro da capela de S. Martinho, que se prolongava pelo terreiro fronteiro, à mesma cota do que circundava esta capela. A estrada real viria a ser rebaixada em todo o troço que se inicia próximo da atual Biblioteca Geral da UBI e termina junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Esta última foi erguida sob as ruínas da antiga Igreja do Senhor da Ribeira, edificada em 1730. O adro mantém-se atualmente ainda elevado, à cota inicial.

Esta segunda opção implicou, ainda a deslocalização do Chafariz das Lágrimas. Este situava-se, inicialmente, mais próximo da atual entrada principal do Polo I da UBI, apesar de, atualmente, se localizar em frente da entrada principal da Real Fábrica de Panos/Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Este desvio deveu-se à necessidade de se abrir uma nova mina de água e de canalizar as águas abundantes de toda a área para o mencionado chafariz porque, como se refere no documento em análise, *"aquele sítio é de muita água, e promete dar toda a que baste para as oficinas da fábrica"*. Esta constituía uma das vantagens competitivas que terá pesado na escolha do terreno em causa para a instalação da Real Fábrica. Tratava-se de um olival, com cerca de 50 pés plantados, juntamente com um baldio que se encontravam na posse de três proprietários: o terreno de maior área pertencia à Santa Casa da Misericórdia e apresentava algumas condicionantes que dificultavam a desanexação do mesmo. Todavia, considerava-se que esta situação poderia vir a ser ultrapassada com relativa facilidade, através da intervenção direta do monarca ou da apresentação de um requerimento emanado do Desembargo do Paço; o segundo pertencia à Paróquia de S. Martinho e implicava que a aquisição do mesmo fosse requerida ao bispado; o terceiro, de menor dimensão, pertencia a Luís de Macedo que, provavelmente, maior empenho deverá ter demonstrado junto da administração da Fábrica, na venda do mesmo e na preferência pela escolha deste local. Estimava-se para a aquisição do terreno um montante não superior a 100.000 rs. Todavia, a obra implicava ainda a realização de uma terraplanagem, cuja despesa se admitia pudesse vir a ser compensada pela extração da pedra dos afloramentos rochosos existentes no local, que seria aplicado na construção do novo edifício. Os vários desníveis do terreno, tão característicos do acidentado tecido urbano covilhanense, consideravam-se passíveis de ser facilmente regularizados pela aplicação dos entulhos provenientes do rebaixamento da estrada real. Todavia, o valor mais elevado da obra estimava-se que viria a ser aplicado na construção dos muros das frontarias voltadas a Nascente e Sul, devido à necessidade de vencer o acentuado desnível verificado relativamente à cota de implantação da frontaria principal, que seria cerca de metade da altura daquelas.

Foi necessário proceder-se ao lançamento de dois concursos para arrematação da obra de pedreiro, devido ao facto de o primeiro ter ficado deserto. Os valores apresentados no

segundo concurso oscilaram entre os 40.000 cruzados e os 16.000, considerando-se que o último destes valores poderia cobrir os custos de pedreiro da construção, atendendo ao facto de o montante em causa ter sido informalmente apresentado pelo mestre pedreiro João Alvares, que adjudicara já as obras em curso no edifício do Pisão. A este montante, deveria ainda somar-se o valor dos trabalhos de carpintaria, das coberturas e enchimento de paredes, no montante de 10.766.150 rs, a que se deveria juntar a verba de 183.200 rs, destinada a custear quer a demolição das pré-existências anteriormente identificadas, quer o custo do terreno estimado em 100.000 rs, somando tudo um total aproximado de 12.000.000 rs. Esta verba ultrapassava em muito o montante inicialmente estimado pela Junta do Comércio, no valor de 4.0000.000 rs.

A maior dificuldade que se adivinhava para a concretização da obra residia na carência de oficiais de pedreiro em toda a província, admitindo-se poderem vir a ser contratados trabalhadores na Província do Minho. As madeiras necessárias para a obra seriam adquiridas em Alcongosta ou, preferencialmente, no Sarzedo, por este se localizar mais próximo da vila, devendo as telhas ser adquiridas numa das diversas fábricas existentes nos arredores da mesma.

No documento em análise, referia-se ainda que a nova fábrica não disporia de instalações próprias para cardadores de canudo ou encanudado, porquanto se previa ensinar este ofício às fiandeiras, à semelhança do que se praticava nas fábricas da Europa, situação que se admitia poder vir a ser colmatada em simultâneo com o decurso da construção do imóvel. Relativamente à casa dos teares, considerava-se ter sido planificada de molde a que em cada um destes equipamentos trabalhassem dois tecelões, tendo a mesma implicado a previsão de abertura de grande número de janelas, apesar de considerar-se que esta situação só viria a concretizar-se se, no decurso da obra, fosse considerado imprescindível.

Em 12 de Novembro de 1767, os membros da Junta do Comércio fundamentaram, ao Marquês de Pombal, a necessidade de se construir o novo edifício da Fábrica de molde a poder concentrar-se as diversas oficinas necessárias à produção de panos, com a justificação de que os mestres não podiam "*acudir ao ensino de uns e outros aprendizes*" e os oficiais requeriam a presença dos mestres para aprovar as obras que tinham em curso. Desperdiçariam o tempo inutilmente, enquanto não estivessem concentradas todas estas oficinas num mesmo edifício. A proposta apresentada pelo Administrador da Fábrica, Paulino André Lombardi, seria submetida pela Junta do Comércio à aprovação superior, com a informação de que o valor estimado da mesma, num total de 16.000 cruzados, poderia vir a ser reduzido em cerca de um terço pela reutilização da pedraria das muralhas da vila, que se encontravam em ruínas, prevendo-se que o valor da obra pudesse fixar-se em 13.000 cruzados (Dias 1962: 198-199). Quase dois anos depois, em 12 de Maio de 1769, os juizes, vereadores e oficiais da Câmara Municipal, são intimados a entregar a pedraria dos muros arruinados da vila para a construção da Real Fábrica de Panos, através de uma Resolução Real (Dias 1958: 102). Em 8 de Julho do mesmo ano, João da Costa Borges Azevedo e Paulino André Lombardi solicitam à Câmara Municipal uma licença para minar "*na parte em que já se acha descoberta a água da Fonte das Lágrimas*"

e para canalizar a água da Fonte Santa para a Real Fábrica de Panos (Dias 1958: 103). A Autarquia, em 10 de julho, responde favoravelmente à pretensão apresentada, acordando na cedência da pedra das muralhas, bem como na da água tanto do Chafariz das Lágrimas como da Fonte Santa, com a condição de não ser causado prejuízo à população (Dias, 1958: 103). A edificação da Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã prolongou-se assim por alguns anos.

Em 5 de Março de 1770, podia constatar-se que os custos da obra tinham ultrapassado o previsto. A pedra da muralha revelou-se insuficiente, uma vez que grande parte dela fora utilizada no levantamento da sapata que serviu de base ao assentamento da obra. Por outro lado, registava-se a existência de diversas obras a mais não incluídas no projeto inicial. De acordo com a informação dos empreiteiros, datada de 16 de fevereiro de 1770, estimava-se que o custo final das mesmas orçasse os 19.278.320 rs., apesar de estes salientarem que não seria possível garantir " *se haverá diminuição ou acréscimo; porque de ordinário nas obras assim sucede (...)* " (Dias 1962: 228-229).

Em 7 de Fevereiro de 1771, já funcionavam com normalidade, na Real Fábrica da Covilhã, sete oficinas, nomeadamente, a casa dos obradores, a casa de puxar estambre, a casa dos teares, o pisão, as tinturarias, a casa da prensa e tesouras e, mais recentemente, a carpintaria.

Contudo, estas instalações cedo foram consideradas insuficientes para as necessidades decorrentes do aumento de produção, tendo-se iniciado o processo de ampliação, em dois novos espaços manufatureiros. Por decisão régia, datada de 2 de abril de 1770, foi criada a Real Fábrica de Panos do Fundão, tendo a mesma vindo a ser instalada no piso inferior do edifício ocupado pela Autarquia desta localidade. A Real Fábrica do Fundão iniciou a sua laboração em 20 de dezembro de 1770, vocacionada para a produção de camelões e saietas, tendo passado a estar sob orientação do lente da Aula do Comércio, Alberto Jacqueri de Salles. Uma vez que os artigos produzidos dependiam da fiação de estambre em que se especializara a Escola de Fiação da Real Fábrica instalada nesta localidade, foi facilmente justificada a criação desta manufatura no Fundão. Por sua vez a Câmara do Fundão cedeu as instalações para o efeito e a Covilhã à data não dispunha de mão-de-obra disponível, conforme foi justificado (Dias 1962: 233-234).

Quase vinte anos depois, por resolução régia de 26 de abril de 1790, foi aprovada a construção de um novo edifício, na Covilhã, destinado à tecelagem, aproveitando a parede fronteira da Real Fábrica, onde se encontra inscrito o Chafariz das Lágrimas. A primeira destas ampliações ocorreu ainda durante a fase da intervenção estatal, que decorreu entre 1764 e 1788, quando a Real Fábrica de Panos, enquanto manufatura de Estado, era administrada diretamente pela Junta do Comércio.

A última ampliação ocorreu já sob a administração da Sociedade das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre, após a privatização da mesma, realizada através de um contrato de exploração adjudicado a uma sociedade constituída por diversos acionistas lisboetas com interesses no Contrato dos Tabacos, de que se salientam António José

Ferreira, Jacinto Fernandes Bandeira, Luís Machado Teixeira, António Francisco Machado e o barão de Quintella, Joaquim Pedro Quintela, mantendo-se todavia sob a supervisão da Junta do Comércio. Foi então decidido edificar:

*" (...) em todos os 670 palmos de comprimento da muralha que é de V. Mag<sup>e</sup> e fica fronteiro ao edifício da Fábrica da Covilhã um coberto e casa de 52 palmos de largo e 14 de alto, tendo por esta força área para 110 teares largos e para outras acomodações, que são necessárias e hão-de vir a ser precisas, não havendo embaraços para a dita construção do que dever fazer-se compra de um quintal que há para Nascente da mesma muralha, sendo o outro terreno também próprio de V. Mag<sup>e</sup> (...) "* (Dias 1962: 368-370 e 1965: 478-479).



Fig.1

Panorâmica parcial da área sul da Covilhã, próxima da ribeira da Goldra, vendo-se à direita, os dois edifícios da Real Fábrica de Panos: em primeiro plano: o edifício de construção pombalina e, em segundo plano, sobranceiro a este, a casa dos teares edificada pela Sociedade das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre; no centro, à esquerda, observam-se diversos edifícios fabris de particulares e, em primeiro plano, o complexo da extinta Fábrica do Rato, de que sobressai a imponente chaminé. Reprodução de postal ilustrado, de finais do séc. XIX.

Esta Sociedade viria ainda então a edificar o arco de ligação entre os dois edifícios. Em 1804, já tinha construído uma nova *"casa de tinturaria para dornas, próxima do Real Edifício pelo lado do Poente"*, bem como uma outra *"casa para a parte da ribeira no fim do alpendre, sob o grande paredão do edifício virado para Sul, que serve de grudadouro com porta para Nascente (...)";* *"outra casa soalhada no saguão entre o morro de S. Martinho e*

*o Real Edifício e tem um portado (...) para a casa do grudadouro (...)*, para além de "vários assentos de râmolas" e de "um assento para grudadouros encostados ao real edifício para a parte Sul", bem como outras dependências (Dias 1962: 383-385). Para além destes novos edifícios, importa ainda referir outras instalações especializadas, construídas em espaços próprios, como é o caso dos vários imóveis que, ao longo do tempo, serviram de Pisão (Dias 1962: 371; 1965: 479).

## A PRODUÇÃO MANUFATUREIRA DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Na *Real Fábrica*, o sistema de produção manufatureiro era misto, caracterizando-se pela concentração das operações de ultimação e tingimento e pela coordenação, em regime de produção dispersa, das operações de preparação e tecelagem. Estas últimas eram normalmente realizadas ao domicílio e a fiação e a cardação eram distribuídas pelas “*escolas*” de Alpedrinha, Casteleiro, Castelejo, S. Gião, Penalva, S. Vicente, S. Miguel e Penamacor, adstritas à *Real Fábrica da Covilhã* e pelas do Alcaide, Alcongosta, Castelo Novo, Donas, Fundão, Souto da Casa e Valverde, dependentes da *Real Fábrica do Fundão*, que seria instalada em 1771.

Identificada como fábrica modelo, concentrava as várias operações de fabrico. Juntamente com a Real Fábrica do Fundão, destinaram-se-iam a funcionar como “*escolas, aonde se formassem vassallos uteis e industriosos*” (Silva 1955: 354). Tratava-se de demonstrar o papel assumido pela *Real Fábrica de Panos* no controlo da encomenda dos fardamentos para o exército. Quando a *Real Fábrica* não conseguia atender a todas as encomendas feitas pela Junta do Arsenal do Exército, procedia-se à distribuição de trabalho pelas fábricas e oficinas da Covilhã, garantindo-se assim a laboração de outras unidades. De forma a controlar a origem da produção, os tecidos fabricados por particulares eram marcados com as letras F.P., correspondente a *fabricante particular*, enquanto que as da manufatura real eram identificadas pelas letras R.F. A manufatura estatal, projetada para se transformar num polo dinamizador da indústria local, destinava-se a concentrar as várias operações de fabrico, assim como a incentivar a melhoria da qualidade da produção local, pela prestação de serviços que exigiam instalações e equipamentos adequados, bem como técnicos especializados e que a fabricação particular não comportava. Para além de funcionar como escola de aprendizagem, era ainda a instituição responsável pela certificação da qualidade dos panos produzidos, realizada na Casa da Aprovação, uma sala que funcionava no piso superior do edifício. Através da prestação de serviços de apoio aos fabricantes locais, sobretudo nas operações mais especializadas da tinturaria e dos acabamentos dos tecidos, procurava-se fazer face à concorrência inglesa, que urgia combater. Uma estrita regulamentação de natureza administrativa e técnica espartilhava, contudo, o funcionamento da manufatura. A compra e escolha da lã merecia redobrada atenção. Grande parte dela era proveniente do Alentejo, sendo adquirida, sobretudo, em Elvas e Campo Maior. Era comprada suja, ensacada com a marca R.F. (Real Fábrica), sendo conduzida, em carretas, através de Vila Velha de Ródão até à Covilhã. Em períodos de crise, a lã podia ser adquirida em Marrocos, como se verificou em 1780 (Dias 1962: 91-92). Após a escolha, as lãs eram lavadas e colocadas em tulhas numeradas, iniciando-se seguidamente o trabalho de preparação do estambre.

Era na “*casa do obrador*” que residiam, em regime de rigoroso internato, “*doze aprendizes [...], seis rapazes e seis raparigas, de idade de oito até doze anos*”. Dava-se prioridade à recolha de órfãos pobres e abandonados, a quem se disponibilizava alojamento, alimentação e vestuário, durante o período da sua aprendizagem. Após esta fase eram obrigados a permanecer neste regime por mais seis meses, para compensar, através do trabalho, o investimento com eles despendido ou os prejuízos causados. Os rapazes eram



ensinados a fiar à roda, a cardar e a estambrar e as raparigas a fiar à roda, sendo contabilizada diariamente a produção realizada, que se pautava por um horário tão rígido quanto pesado.

Em 1774, de acordo com a “*Relação das pessoas empregadas ao Serviço das Reais Fábricas de Sua Magestade nesta vila da Covilhã e Fundão, matriculadas em seus respectivos empregos até ao último de abril*”, podemos concluir que a grande maioria dos trabalhadores da *Real Fábrica* (82,4%) era natural da Covilhã. Dos estrangeiros, sobressaíam seis irlandeses, um inglês, um italiano, cinco espanhóis, dos quais quatro naturais de Béjar, localidade com a qual a Covilhã mantinha estreitas relações industriais, e um de Guadalajara (Dias 1962: 266-271).

Os dados constantes do documento intitulado “*Resumo das Fazendas manufacturadas na Real Fábrica da Covilhã, desde o seu estabelecimento até 31 de dezembro de 1787*”, permitem-nos confirmar o seguinte. A laboração da fábrica, durante um período de vinte e quatro anos de atividade, desde o seu início, em 1764, até finais de 1787, caracterizou-se por uma forte intervenção estatal. Foram produzidas 17.688 peças de pano, 163 cortes de pano, 94 peças soltas, 8.337 serafinas, 1.442 drogues, 696 duquesas, 123 casimiras, 669 silésias, 1 estofo, 5 camelões, 3 tripes e 2 baetilhas. Merece destaque a produção de serafinas, apesar de só terem começado a ser fabricadas no terceiro ano de laboração da fábrica. Para além desta produção, a “*Junta do Comércio mandou manufacturar fora da Real Fábrica (da Covilhã) para animar os particulares, e para introduzir as manufacturas nacionais*”, entre 1765 e 1778, mais 5.823 peças (1.961 panos, 916 baetas, 2.314 serafinas e 632 baetões) (Dias 1962: 322-323). Assim, de 1764 a 1787, foi coordenada pela Junta do Comércio a produção, na Covilhã, de 23.511 peças de pano, valor que nos permite calcular uma média anual de 979,6 peças.

Ao longo deste período, a evolução da produção dependeu de um conjunto variado de fatores, dos quais se salienta: a maior ou menor diversificação dos géneros produzidos; as normas emanadas pela Junta do Comércio e a capacidade dos administradores para as aplicar; os métodos de administração aplicados; as orientações dos mestres das oficinas e ainda a maior ou menor facilidade na aquisição das matérias-primas.

Poderá considerar-se, contudo, que a produção global da fábrica terá ficado aquém das expectativas apresentadas nos estudos que antecederam a sua edificação. Se compararmos a sua produção com a da *Real Fábrica de Portalegre*, que se iniciou dez anos mais tarde e viria a estar sob a mesma administração que geria as da Covilhã e Fundão, verificamos que, num período de 13 anos, entre 1774 e 1786, a totalidade da produção atingiu as 18.272 peças, valor que nos permite estabelecer uma média de produção anual de 1.405,5 peças. O desfasamento verificado entre as duas manufaturas terá seguramente radicado nas diferentes dinâmicas empresariais existentes nestas localidades. Na Covilhã, os fabricantes locais, apesar dos contratos estabelecidos com a Junta do Comércio e dos adiantamentos das verbas recebidas, que lhes permitiam financiar a produção própria, davam prioridade a esta, procurando eximir-se, com frequência, aos prazos acordados para a entrega dos panos dos fardamentos. A *Real Fábrica de Portalegre* não sentiu esta pressão e terá beneficiado de uma melhor coordenação e do



aprofundamento da experiência da Junta do Comércio, resultante do acompanhamento que foi exercido sobre a da Covilhã (Matos 2008: 247-252).

A *Real Fábrica da Covilhã* ressentia-se ainda do facto de se alicerçar na confiança depositada na preparação dos mestres estrangeiros contratados, que se provou não corresponder às expectativas criadas, não só a nível da preparação e do desempenho, como da adaptação às novas funções e até às novas condições de vida. Foram frequentes os conflitos dirimidos no interior da fábrica, envolvendo administradores, mestres e operários. Por outro lado, da Junta nem sempre chegaram, em devido tempo, as orientações e ditames necessários. Os administradores, pouco preparados, tanto ao nível técnico como da gestão de pessoal, e demasiado absorvidos pelo trabalho administrativo e burocrático, ter-se-ão limitado a gerir o quotidiano, sem autonomia nem flexibilidade. Todavia, relativamente a Paulino André Lombardi e Francisco de Assis, havia informações na Junta do Comércio, resultantes de diversas queixas formuladas por diversos mestres estrangeiros, de que acompanhavam mais diretamente os negócios próprios do que os da Real Fábrica. O primeiro, juntamente com a mulher, promovia a produção de tecidos para os fardamentos, na quinta onde habitava. O segundo encontrava-se associado à aquisição e venda de produtos tintureiros importados de Castela (Dias 1958: 78-83).

Paulino André Lombardi, que viria a falecer de febre catarral, em 28 de janeiro de 1782, foi incriminado pela gestão que realizou, tendo os bens herdados pela viúva e por um sobrinho desta, António José Bernardes Gameiro, falecido em 8 de Maio de 1800, sido sequestrados para pagamento das dívidas, num total de dois contos cento e quarenta e dois mil e novecentos e um reis (Dias 1962: 317, 419, 467). A quinta onde viveu Paulino André Lombardi e onde, juntamente com a mulher, geriu um empreendimento destinado à fabricação de tecidos para os fardamentos do exército, localizava-se no sítio do Gameiro, à Fonte Nova, e viria a ser integrado no património municipal.

No reinado de D. Maria I, do conjunto das providências tomadas visando o desenvolvimento da indústria, salienta-se, em 1777, a criação da *Real Junta de Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres* e a privatização da administração das fábricas reais, com privilégios, por um período de 10 anos, de que sobressaem as da Covilhã. A *Relação das Fábricas de 1788*, para além de viabilizar uma análise da atividade da *Junta do Comércio*, possibilita igualmente uma comparação entre a política industrial do Marquês de Pombal, quando existiam 86 oficinas fabris, e os anos subsequentes do reinado de D. Maria I, durante o qual chegaram a laborar 263 *fábricas*, mostrando o florescimento industrial pós-pombalino (Dias 1955c: 1-92). O termo *fábrica* surge então ainda como um conceito lato, vago e impreciso. Encontra-se associado ao local onde se processa a concentração dos instrumentos e dos métodos de trabalho, sob um mesmo teto e uma mesma direção e onde se realizam todas ou algumas das operações de transformação visando a obtenção de um qualquer produto. A sua lenta clarificação acompanha o aumento e diversificação da produção.

## AS INOVAÇÕES TÊXTEIS CONTEMPORÂNEAS DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Ao longo do séc. XVIII, em França e Inglaterra, registaram-se diversas inovações tanto na fiação como na tecelagem, tendo sido completadas com a mecanização do apisoamento dos tecidos. Assistiu-se então à aceleração de uma vaga de inovações tecnológicas no domínio dos têxteis que tiveram eco em Portugal, tendo a Junta do comércio contribuído para sensibilizar o Governo para a necessidade da introdução de muitas delas na indústria nacional. De igual modo, assiste-se a uma acentuada emigração de mão-de-obra especializada e excedentária daqueles países em resultado da mecanização implementada, registando-se em Portugal a entrada de um número significativo de técnicos têxteis que se predispunham, mediante condições, a introduzir no nosso país as mais recentes inovações têxteis. Esta situação explica a relativa facilidade da contratação dos mestres estrangeiros para a Real Fábrica de Panos da Covilhã.

Até cerca de 1740, a fiação era realizada com a aplicação da roda de fiar, conhecida em Inglaterra conhecida como "*roda de Jersey*". No entanto, passou a conhecer-se uma roda alternativa a esta, "*a roda da Saxónia*", uma roda giratória de dupla banda, em que o fuso girava a maior velocidade, numa proporção de 8 para 6. Todavia, em 1738, Lewis Paul e John Wyatt de Birmingham tinham já patenteado a "*Roller Spinning machine*" e o sistema de bobine volante aplicados na fiação de algodão, usando dois rolos a trabalhar a diferentes velocidades, vindo a mesma a ser transposta para a fiação de lã. Igualmente, em 1738, John Kay registou a patente da invenção da lançadeira volante do tear manual, o que permitiu um incremento de produção da tecelagem de cerca de 50%. Em 1742, Lewis Paul e John Wyatt edificaram uma fábrica em Birmingham onde introduziram os novos equipamentos de fiação que inventaram, mas acionados "a sangue", por jumentos, experiência que não resultou, tendo encerrado em pouco tempo. Contudo, no ano seguinte, numa nova fábrica edificada em Northampton, com 50 fusos instalados em 5 máquinas de fiação do modelo de Paul e Wyatt, registou um maior sucesso, tendo a mesma fábrica trabalhado até 1764. Em 1745, o primeiro tear completamente mecanizado ficou a dever-se a Jacques de Vaucanson, um engenheiro francês, que se baseou no trabalho desenvolvido nesta área, na cidade de Lyon, por Basile Bouchon e Jean Falcon. Em 1748, Lewis Paul inventou uma máquina de cardar manual, que esteve na origem da que viria a ser patenteada por Richard Arkwright e Samuel Crompton, embora o projeto tenha sido suspenso após um incêndio na fábrica de Daniel Bourn, em Leominster (Hereford), que usava já então os fusos das máquinas de fiação de Paul e Wyatt. No mesmo ano, Bourn produziu uma patente similar.

Entre 1760 e 1764, em Inglaterra, o trabalho fabril industrializado estava verdadeiramente a iniciar-se. A dita Revolução industrial inglesa foi "*em alguns pontos, contemporânea da segunda metade da governação pombalina*" (Macedo 1982: 107-108). Assistiu-se então ao desenvolvimento da "*Spinning Jenny*", praticamente em simultâneo por James Hargreaves e Thomas Highs. Tratava-se de uma máquina de fiar rotativa que permitia a um único artesão fiar oito fios de uma só vez, garantindo uma produção três a seis vezes mais rápida. Tecer e fiar passaram a poder equiparar-se em velocidade e eficiência. Em 1769, Richard Arkwright regista a patente de invenção da "*Waterframe Spinning Machine*"

e, no ano seguinte, mecaniza o processo da fiação do algodão numa nova fábrica edificada para o efeito. Importava agora estender a inovação tecnológica verificada na fiação e tecelagem às operações de apisoamento, tendo em vista a mecanização de toda a fileira.

De todas estas inovações, chegavam informações à Junta do Comércio e ao Governo, trazidas por técnicos têxteis estrangeiros que procuravam trabalho em diversos centros industriais da Península Ibérica. Disponibilizando-se a contribuir para a necessária modernização da indústria nacional, prometiam frequentemente intervenções especializadas que vinha posteriormente a verificar-se não possuírem. Alguns destes casos paradigmáticos tiveram por cenário algumas das contratações verificadas na Real Fábrica de Panos.

## A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DO APISOAMENTO E A INSTALAÇÃO DO PISÃO DA REAL FÁBRICA DE PANOS

Com a finalidade de encorpar os tecidos saídos do tear, mergulhavam-se, tradicionalmente, num banho de argila (gredas), potassa e, frequentemente, urina, apesar das proibições regulamentares, sendo seguidamente calcados pelos pisoeiros, que os pisavam, ao longo de vários dias, com os pés, calcados em socos de madeira.

Era este o processo utilizado pelos romanos, devendo sublinhar-se que, em Roma, atendendo ao elevado número de pisoeiros existentes, estes já se encontravam agrupados em *Collegia* ou *Sodalitia*. (Oliveira e Galhano 1960: 8). A existência de pisões no atual território português remonta ao período da dominação romana de acordo a lápide do Museu da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, encontrada na Freguesia de S. Miguel das Caldas de Vizela, dedicada por Flaco, pisoeiro, ao Génio Laquiniense. (Oliveira e Galhano 1960: 9). Na Idade Média, assiste-se à difusão dos primeiros equipamentos mecânicos de apisoar, tendo-se a mesma generalizado na Europa, a partir do séc. XVI. Na Covilhã, desde o séc. XV, que se conhecem referências ao surgimento de oficinas de apisoamento, nas margens das ribeiras que lhe ladeiam o tecido urbano, a Sul, a Goldra, conhecida, desde o séc. XVII, como a ribeira dos Pisões (Dias 1958: 44) e, a Norte, a Carpinteira, onde os pisões só passaram a instalar-se a partir do último quartel do séc. XVII, após a edificação da *Fábrica de Sarjas e Baetas Conde da Ericeira*.

Os pisões eram, inicialmente, equipamentos rudimentares, constituídos por maços de madeira. Paulatinamente, vieram a transformar-se em instalações próprias, os moinhos-pisão, passando a ser movidos pela força humana ou pela energia hidráulica. Atendendo ao carácter fixo que passaram a apresentar e ao investimento inicial que pressupunham, propiciavam aos proprietários destas oficinas a obtenção duma renda fixa. Por esta razão, os pisões, bem como as tendas e os tintes constituíram, na Covilhã, as primeiras unidades empresariais de tipo capitalista. Com a mecanização do apisoamento, passou a ser dispensado um elevado número de trabalhadores.

Os moinhos de mós circulares caracterizam-se pela existência de um eixo motriz linear, vertical ou horizontal. Todavia, a maior parte dos restantes engenhos hidráulicos caracteriza-se pela capacidade técnica de transformar o movimento rotativo em movimento linear de vai vem, através do veio de excêntricos, como é o caso das bombas de vácuo hidráulicas, dos moinhos de pólvora e de papel, dos martelos de ferreiro hidráulicos, dos foles hidráulicos e do pisão hidráulico. Este último pode ser considerado, seguramente, o engenho com eixo de excêntricos mais difundido na Europa.

O termo "*pisão*" designa não só o imóvel como o equipamento nele contido, destinado ao apisoamento dos tecidos em *cherga* ou *encherga*, isto é, os panos em peça que saem do tear. As profusas referências toponímicas, no território nacional, a pisões, demonstram a dispersão destes equipamentos por todas as regiões do país. Conforme salienta Veiga de Oliveira, os edifícios dos pisões, normalmente situados afastados das localidades por necessitarem de se localizar junto dos cursos de água, são geralmente de pequenas dimensões e de grande rusticidade (Oliveira e Galhano 1960: 57-59). A evolução da

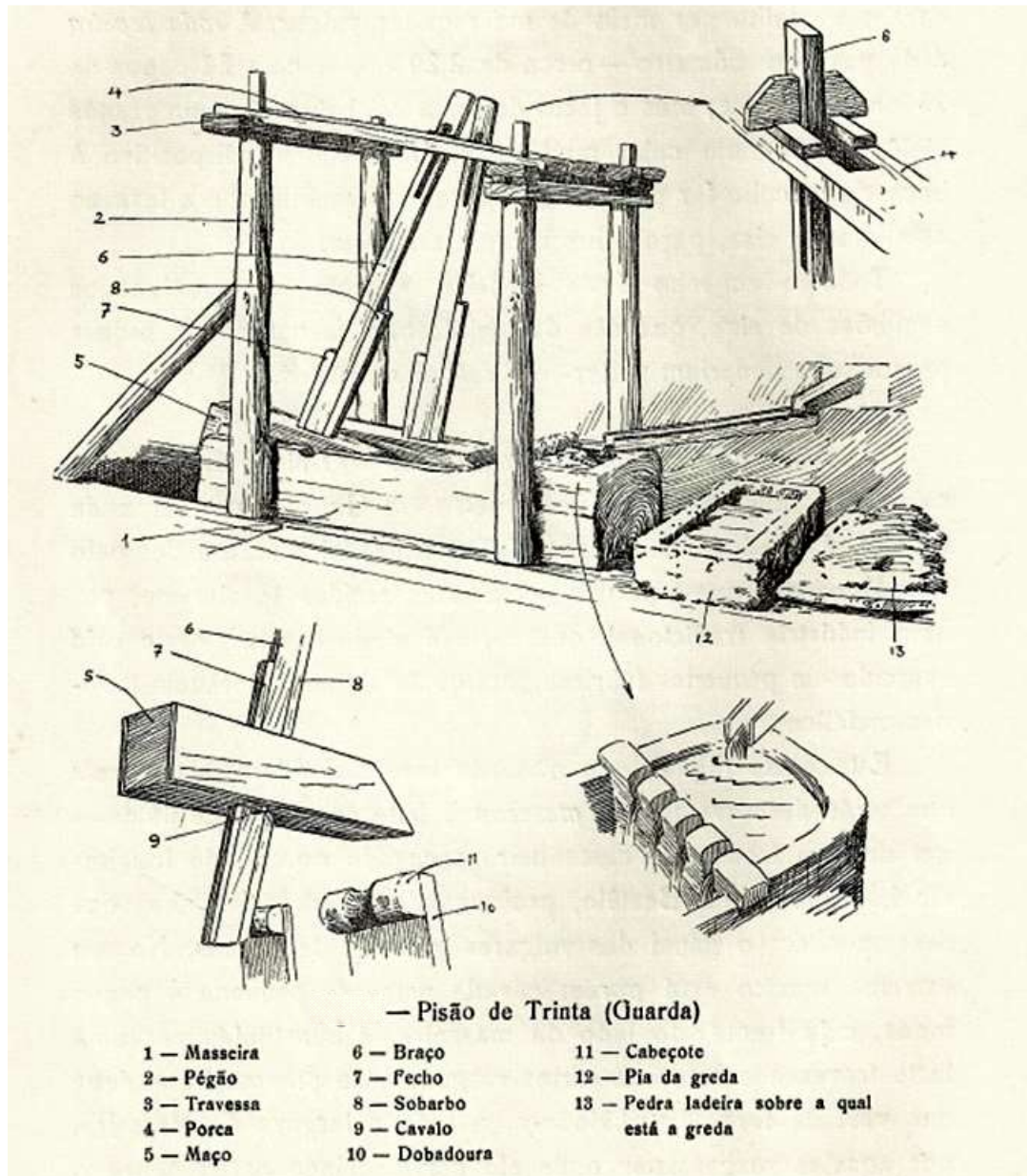
tecnologia dos pisões encontra-se associada ao surto das inovações têxteis em curso, em França e Inglaterra, a partir de meados do séc. XVIII, vindo a ser substituído, a partir de inícios do séc. XIX, por novos equipamentos metálicos, os batanos, que passaram a ser acionados por energia hidráulica e por energia a vapor, a que se seguiu a produzida por motores elétricos.

Em Portugal, a par dos batanos, que vieram a ser instalados nas fábricas de lanifícios, manteve-se, praticamente, até à atualidade, o modelo tradicional do pisão de maceira, de pancada horizontal, generalizado na indústria rural, quando se consumia sobretudo pano de burel aplicado na confecção do vestuário e os cobertores e mantas de pastor utilizados como agasalho doméstico e profissional. Em Maçainhas de Baixo, concelho da Guarda, na empresa *Artur Freire (Fábrica de Cobertores Artur Freire)*, encontra-se ainda instalado e em funcionamento um pisão deste modelo, que era comum em todo o concelho e na área da serra da Estrela (Pinheiro 2009: 787-788).

Na fig. 2 apresenta-se um idêntico, do mesmo concelho e dedicado à mesma atividade (*Pisão da Canalha, Trinta, Guarda*), cuja representação gráfica resulta do levantamento e caracterização deste tipo de pisões, levados a efeito por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, na segunda metade do séc. XX (Oliveira e Galhano 1960: 32). Da investigação que sobre esta temática ambos realizaram foi possível definir a existência, no território nacional, de dois tipos de pisão de maceira: o de pancada horizontal e o de pancada vertical. Estes pisões de maços, de sistema tradicional, quando trabalhavam, produziam um enorme ruído, como é o caso referido a Alenquer: "(...) ouvia-se em toda a vila, e que por causa do seu barulho verdadeiramente infernal, foi depois substituído" (Henriques 1902: 180).

O equipamento do pisão é geralmente constituído por três peças fundamentais: a roda motriz e o eixo, com as palas; os malhos ou maços, com a respetiva armação e a tina ou maceira de madeira onde se mergulham os panos. É ainda equipado por uma caldeira, com a respetiva fornalha, para aquecer as águas dos banhos; uma pia para as *gredas* ou argilas utilizadas nos banhos para absorver as gorduras da lã; uma mesa ou sarilho para serem encartados ou dobrados os panos e por várias caleiras para condução das águas para o interior do edifício. Em determinadas circunstâncias, o imóvel pode comportar, igualmente, perchas e cardas, sobretudo nos pisões dedicados ao acabamento das mantas serranas. As rodas hidráulicas utilizadas eram semelhantes às dos engenhos de azeite. Quanto aos maços, apresentavam-se, genericamente, suspensos de uma armação que se elevava sobre a maceira, para produzir um movimento de pancada horizontal nos panos mergulhados nos banhos (Oliveira e Galhano 1960:17-19).

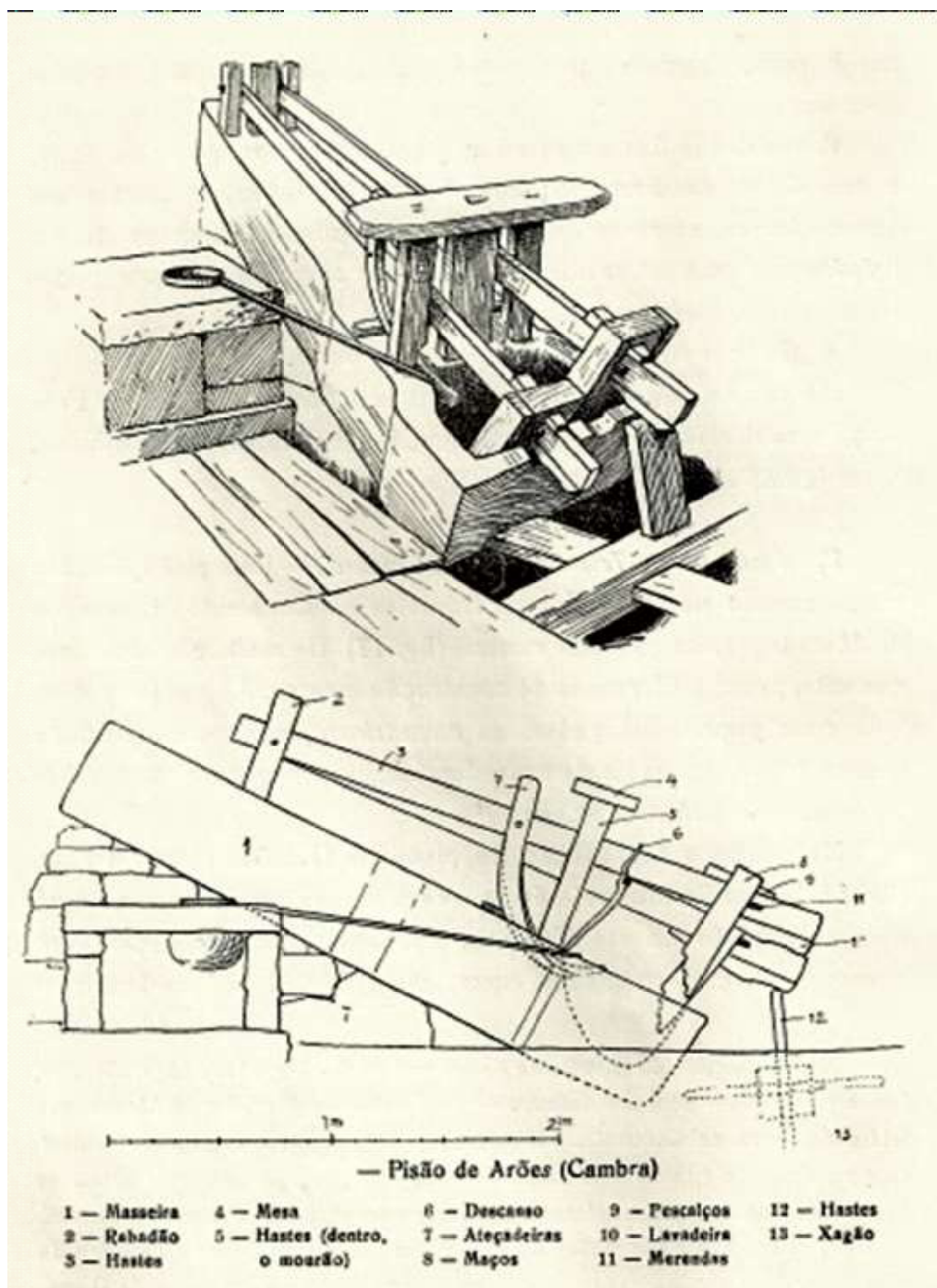
Quando os maços se localizavam atrás da maceira funcionavam verticalmente. Veja-se a fig. 3, referente ao Pisão Rio Teixeira (Arões, Cambra), um dos poucos pisões de pancada vertical, localizados sobretudo na área da serra do Caramulo (Oliveira e Galhano 1960: 37-41).



**Fig.2**  
*Pisão da Canalha (Trinta, Guarda)*

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Pisões portugueses. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p. 32.





**Fig.3**

*Pisão do Rio Teixeira (Arões, Cimbra)*

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando- Pisões portugueses. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p.40.



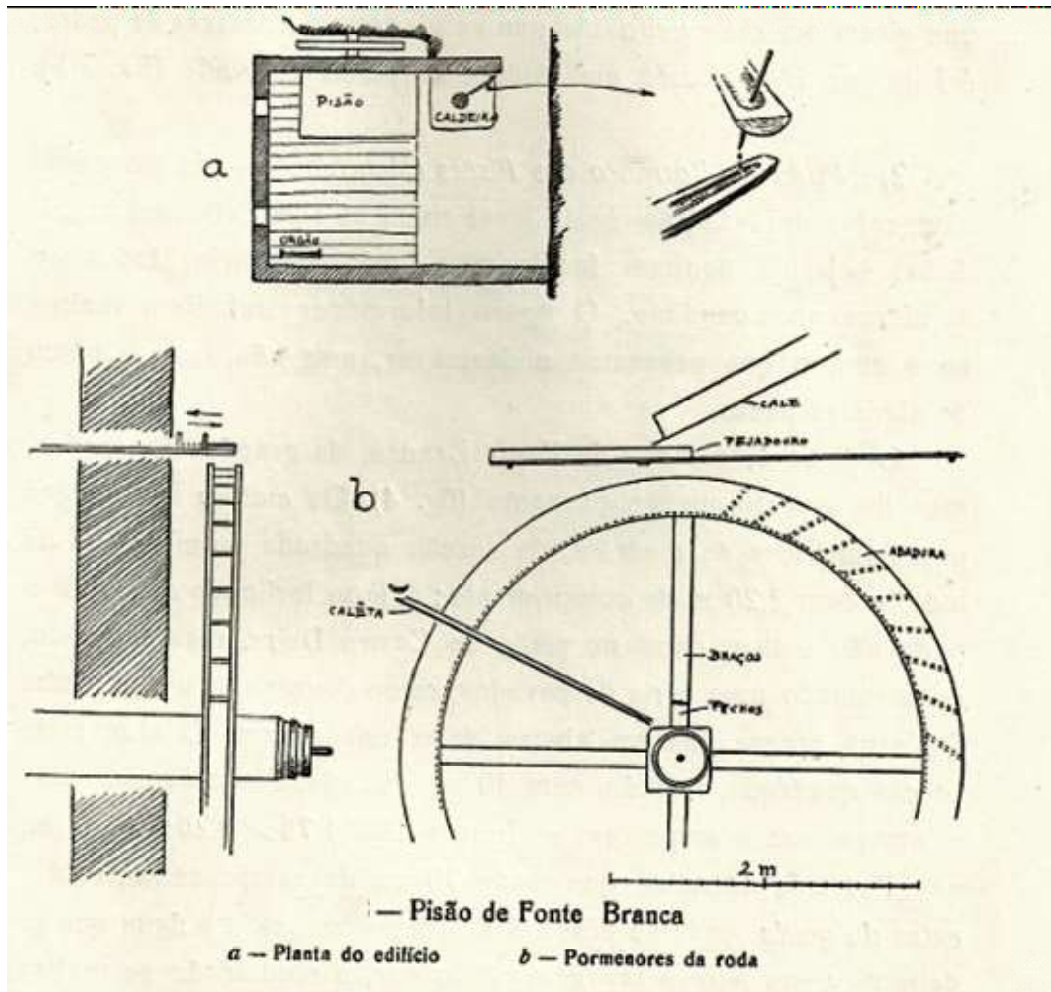
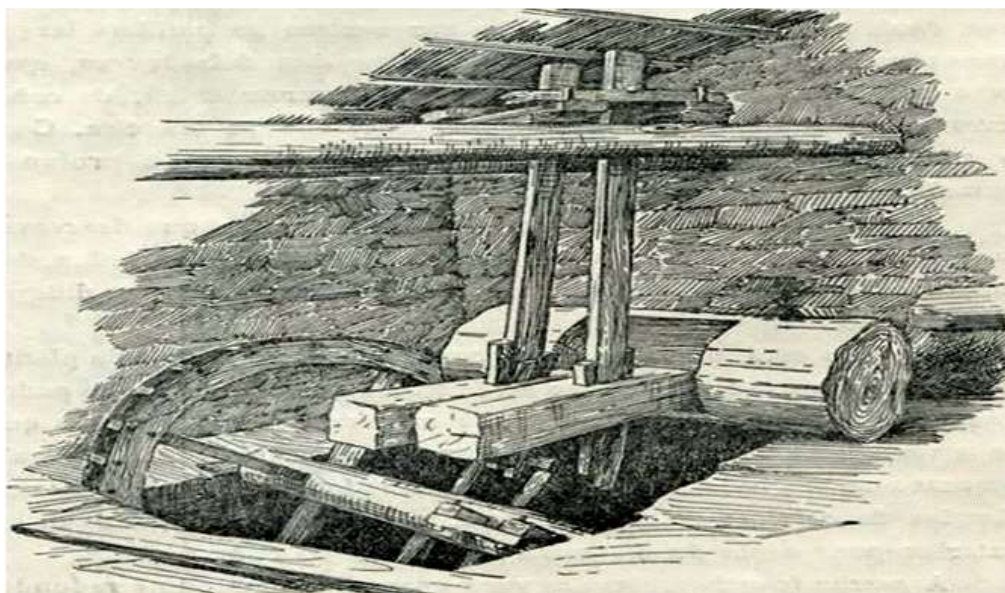


Fig.4

*Pisão de Fonte Branca* (Castro Daire), com planta do edifício e pormenores da roda

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Pisões portugueses*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p. 23.

Como podemos observar na fig. 4, a planta do *Pisão de Fonte Branca* (Castro Daire), remete-nos para um edifício de base quadrangular. O equipamento do pisão propriamente dito, em madeira de carvalho, considerado por Veiga de Oliveira como o maior pisão português que teve oportunidade de conhecer, localiza-se junto à parede interior recuada, mais próximo da fornalha onde se aquece a água, bem como da caldeira e da roda. Esta última, com um diâmetro de 3,60 m, de propulsão vertical, é composta por cinquenta copos, sobre os quais cai a água conduzida por uma cale.



**Fig.5**

*Pisão do Félix (S. Julião, Bragança)*

Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Pisões portugueses*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, 1960. p. 34.

Como pode observar-se na fig. 5, o *Pisão do Félix (S. Julião, Bragança)* apresenta a particularidade de ter instalada a roda hidráulica, de 2 m de diâmetro, na parte inferior do equipamento e dentro do imóvel, sendo impulsionada pela passagem da água, a um nível inferior. Trata-se de um modelo corrente na região leonesa e em outras regiões de Espanha, mas menos vulgar em Portugal (Oliveira e Galhano 1960: 34-35).

Relativamente à introdução das novas tecnologias de apisoamento na Real Fábrica de Panos, importa salientar que, desde 1764, que a Junta do Comércio defendia, como indispensável, a construção de um edifício próprio para a instalação do pisão, atendendo à recente inovação verificada neste domínio preconizando-se o novo modelo inglês, que viria a substituir o modelo catalão do pisão de maceira tradicionalmente utilizado no nosso país:

" (...) Não menos se faz preciso, o competente edifício, e próximo à fábrica, para um pisão com os seus aparelhos, os quais presentemente se formam com outra e diferente invenção das que usavam até agora. Avalia-se que toda esta despesa importará um conto de reis, pouco mais, ou menos, e como é indispensável, que este ministério tenha a proximidade do rio para a facilidade da condução das águas, e lavagens, será preciso que V. Mag.<sup>e</sup> se sirva de mandar fazer pronto, por compra, o terreno que se achar mais próprio" (Dias, 1962: 162-163).



Fig.6

Panorâmica do conjunto fabril do Sineiro, na ribeira da Carpinteira. Postal ilustrado. Ed. da Agência Literária e Tabacaria Central, nº 9.

Data de 26 de Setembro de 1766, a escritura de compra do terrado destinado à construção da "Casa do Pisão" da Real Fábrica. Se a localização proposta para o efeito, de acordo com a *"Informação Geral do edifício que se intenta fazer, para uso da Real Fábrica de lanifícios da Vila da Covilhã"* (Dias, 1962: 189-193), datada de 4 de Novembro de 1767, tiver ocorrido na Ribeira da Carpinteira, veja-se a fig.6, que nos apresenta uma panorâmica do local onde se poderá ter erigido a mencionada construção e que, à data, se encontrava desprovido de parte dos edifícios fabris que atualmente o circundam e que vieram, posteriormente, ali a ser construídos ou ampliados. A casa do Pisão localizar-se-ia no único imóvel que dispunha de duas chaminés brancas tronco-cilíndricas, de pequeno porte, aparecem identificadas nas figs. 7 e 8 (Pinheiro 2009: 527, 533-534 e 538 e Mapa 22). Andaria a ser construída, em 4 de novembro de 1767, e poderia ter integrado o espaço onde veio a instalar-se a fábrica de Valério Gomes Correia & Irmão, identificada pelo nº 7 do Mapa 22 referido, vendo-se ao lado do mesmo um conjunto de ruínas onde se localizaram as duas casas onde poderia ter funcionado o pisão da Real Fábrica. No mesmo Mapa, identifica-se pelo nº 11 o Lavadouro, Estendedouro e Armazém de Lãs Comunitário, onde admito ter funcionado, em meados do séc. XVIII, o Armazém dos Fardamentos.





**Fig. 7**

Casas do presumível Pisão da Real Fábrica, ao Sineiro, na ribeira da Carpinteira. O edifício foi integrado no complexo fabril de *Valério Gomes Correia & Irmão* repartido pelas ribeiras da Goldra e Carpinteira.

A Junta do Comércio começou por contratar para a Real Fábrica de Panos um mestre pisoeiro irlandês, Nicolau Meagher, que terá chegado à Covilhã, em 22 de junho de 1768. Tratou-se então de construir um novo edifício para o pisão, que só terá ficado pronto a funcionar, em 8 ou 9 de Março de 1770. O contrato de Nicolau Meagher garantia-lhe um vencimento de 800 rs. por dia, montante de que o mesmo se viria, mais tarde, a queixar, atendendo à especialização que possuía e ao trabalho que teve que desenvolver para pôr a funcionar aquele engenho, do qual apresentou previamente o respetivo modelo, tendo acompanhado a construção do imóvel e do próprio engenho (Dias 1962: 224-225 e 346). Em 18 de Julho de 1791, a Junta do Comércio propõe a aprovação régia da construção de duas novas casas de pisões, de acordo com a planta enviada para o efeito pelos administradores das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre, tendo a mesma vindo a ser aprovada em 27 de Julho (Dias 1962: 371-372).

Esta planta, cuja reprodução fotográfica se dá a conhecer na fig. 9, apesar do estado de conservação não permitir uma leitura integral de toda a informação, constitui a única representação conhecida reportada a espaços ocupados ou pertencentes à Real Fábrica de Panos, de acordo com as referências sobre este assunto, até à data, publicadas.



**Fig.8**

Sineiro. Ruínas da Casa do Pisão da Real Fábrica, onde veio a ser inscrita uma construção em cimento armado destinada a tanque de água, para abastecimento da firma *Álvaro Paulo Rato*. 2008.

Sob o título geral de *"Planta para duas casas que se intentam fazer por conta da Sociedade das Reais Fábrica da Covilhã e Fundão, ao cimo do Pizão actual e próprio da Real Fábrica da Covilhã"*, representa esquematicamente o traçado referente a três imóveis. No interior destes, é possível vislumbrar o esboço de três equipamentos de apisoar de maceira, de pancada horizontal, podendo, igualmente, ver-se com alguma nitidez o esboço de duas das três rodas acopladas aos mencionados imóveis. Cada um dos imóveis, bem como diversos elementos constituintes da mencionada representação, são identificados por uma legenda e pelas respetivas indicações gráficas que se pretendem sinalizar e que passo a transcrever:

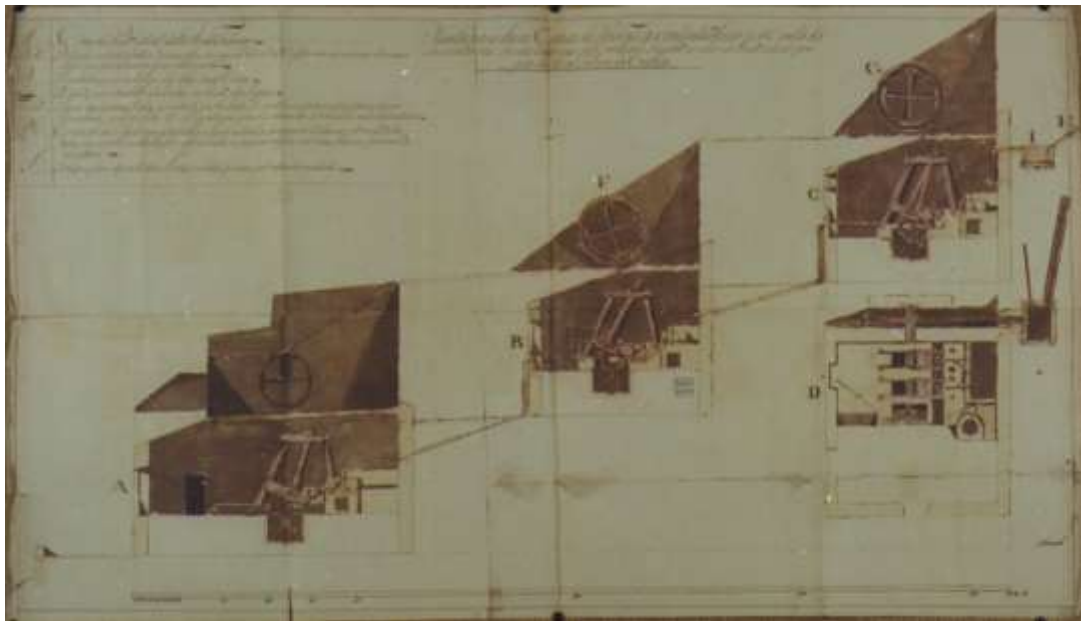
- A- Casa do Pizão actual desta Real Fábrica
- B e C – Ditas que se intentam fazer para o mesmo fim, em seguimento do actual Edifício de (...) [ilegível]
- D- Planta baixa de cada uma das ditas duas casas
- E - Xagão para o trabalho das rodas e condução das Águas (xagão concerne a chumaceira da roda hidráulica)
- F e G – Figura das mesmas rodas (...) [ilegível]
- H – Condução das Águas com que trabalha o Pizão actual
- I – Tanque para apoio (...) [ilegível]

A primeira questão que se nos coloca é a de localizar as evidências para que o documento reporta. Uma análise mais circunstanciada ao mesmo afasta a possibilidade de se tratar do edifício do pisão localizado na ribeira da Carpinteira, atendendo à disposição verificada relativamente a cada um dos imóveis representados na mencionada planta. A existência de documentos vários referentes à aquisição de um pisão e um prazo na ribeira da Goldra, apesar do desfasamento temporal verificado, constitui um elemento que auxilia a provável hipótese de localização deste empreendimento. Na verdade, data de 20 de novembro de 1795, a aquisição do pisão da Gaiola e das mais terras do prazo no sítio da Goldra, de que era foreira, ao Dr. Nicolau Tudela de Castilho, do Fundão, Maria Teresa, viúva de Manuel Gaiola, a quem foram comprados por 400\$000 rs., conforme o teor do documento que se segue (DIAS, 1962: 392):

*" (...) Escritura da compra do domínio útil de um prazo de um pisão (...) Dizem os administradores gerais das Reais Fábricas dos Lanifícios da Covilhã e Fundão, que eles estão determinados a comprar por conta da Real Fazenda para os serviços das mesmas fábricas o pisão e as mais terras do Prazo (...) pertencente à casa de Vossa Senhoria de que é actualmente foreira Maria Teresa viúva que ficou de Manuel da Silva Gaiola no preço em que ficou avaliado por morte do dito Gaiola de 400\$000 reis não o querendo Vossa Senhoria para si" [Dr. Nicolau Tudela de Castilho].*

Trata-se de um pisão e de (...) " um souto e uns chãos com árvores de fruto com duas moreiras e suas videiras sito tudo aonde chamam a de Goldra, (...) sendo este prazo feito por João Rodrigues Marques e sua mulher Maria Rodrigues desta vila em 16 de Maio de 1707 (...) "

Está devidamente identificado o *Pisão da Gaiola*, bem junto à ribeira, no sítio do *Pisão Novo*, localizando-se a jusante de um dos imóveis que, ainda nos finais do séc. XVIII, serviu de pisão da Real Fábrica e que estará, seguramente, na origem do topónimo em causa, conforme poderá ser verificado no Inventário do património industrial reportado àquela área (Pinheiro 2009: 610).



**Fig.9**

Reprodução fotográfica do manuscrito intitulado "Planta para duas casas que se intentam fazer por conta da Sociedade das Reais Fábrica da Covilhã e Fundão, ao cimo do Pizão actual e próprio da Real Fábrica da Covilhã". AHMOP [1791].

Só uma hipótese se afigura possível, para a localização dos edifícios constantes da *Planta* em análise, de molde a poder ser acompanhado o desnível de terreno acusado na mesma e respeitada a implantação dos mesmos: o imóvel do Pisão Novo, identificado na fig.10, ser o edifício principal do Pisão da Real Fábrica representado nesta *Planta*, enquanto que as duas novas casas a construir para servirem de pisão à Sociedade das Reais Fábricas serem as que se reportam aos pisões localizados na confluência e acima deste e identificados nas fig. 10 e 11, apesar de as mesmas não integrarem o Inventário do património industrial desta área. Quanto ao pisão e prazo adquiridos, posteriormente, a Maria Teresa, viúva de Manuel Gaiola (fig. 12), terão servido para complementar esta obra, atendendo à oportunidade de aquele conjunto poder vir a ser vendido.





**Fig.10**

Edifício do Pisão Novo da Real Fábrica de Panos, que viria a ser posteriormente integrado no complexo fabril de Valério Gomes Correia & Irmão. 2017.



**Fig.11**

Edifícios do segundo e terceiro Pisões da Real Fábrica de Panos, mandado edificar pela Sociedade das Reais Fábricas da Covilhã, Fundão e Portalegre. 2017.



**Fig. 12**

Edifício do *Pisão da Gaiola*, adquirido pela Sociedade das Reais Fábricas e integrado na Real Fábrica de Panos, vindo a ser, posteriormente, recuperado por António Pessoa de Amorim. 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderemos concluir por sublinhar a enorme contribuição da Real Fábrica de Panos para o desenvolvimento económico, social e cultural da Covilhã e de grande parte da Beira Interior. Importa, contudo, fazer uma análise mais circunstanciada à produção realizada por esta manufatura para melhor se poder aquilatar do impacto provocado pela mesma em todo o território, bem como acompanhar a evolução sofrida na passagem da gestão pública à gestão privada e os novos usos que viria a assumir ao longo do tempo.

Os dados carreados constituem uma das aproximações possíveis à compreensão dos múltiplos esforços concitados a diversos níveis visando a implantação desta unidade manufatureira na Covilhã.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

Antt, Chancelaria de D. João V, L<sup>o</sup> 125, fls.175 v: *Carta de confirmação, emprazamento e aforamento do tinte de pastel, tenda de tesouras, prensa e pisão da fábrica da Covilhã a António Fróis Nunes, por três vidas.*

Antt, *Dicionario Geografico de Portugal*, Ms. Tomo 12.

Antt, Inquisição de Lisboa, Auto 53 cx. 654, proc. 5.334.

Antt, Inquisição de Lisboa, proc. 534 (17 de abril de 1703)

Antt, Inquisição de Lisboa, proc. 5.334 (26 de fevereiro de 1704)

### BIBLIOGRAFIA

Aleixo, José Lopes. *Real Fábrica de Panos da Covilhã: arqueologia industrial e reabilitação de uma fábrica pombalina*. Lisboa: Bubock Publishing S.L., 2011.

Dias, Luís Fernando Carvalho (1950). Regimento da Fábrica dos Panos ou Regimento dos Trapeiros de 1690. *Lanifícios* (n<sup>o</sup> 1/2, Janeiro/Fevereiro).

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1951<sup>a</sup>). " Regimento de 1690", *Lanifícios*, A II, n<sup>o</sup> 16, Abril 1951.

Dias, Luís Fernando Carvalho (1951b). Notas e Comentários. *Lanifícios* (A II, n<sup>o</sup> 18, junho).

Dias, Luís Fernando Carvalho (1955a). Os lanifícios na política económica do Conde da Ericeira" (n<sup>os</sup> 47/48, Nov/Dez 1953 a n<sup>o</sup> 67, julho 1955).

Dias, Luís Fernando Carvalho (1955b). Memória sobre o estado actual das fábricas de lanifícios da vila da Covilhã, etc. pelo bacharel João António de Carvalho Rodrigues da Silva. *Lanifícios*. (n<sup>o</sup> 68, agosto e seguintes).

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955c), *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra, 1955. Sep. Bol. Ciências Económicas. Fac. de Direito de Lisboa, vol. 4, N<sup>o</sup> 1 (Jan-Abril 1955), pp 1-92.

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1958). Fábricas da Covilhã. *Lanifícios*, pp. 35-48 e 393-394.

Dias, Luís Fernando Carvalho (1958-1974). *História dos Lanifícios (1750-1834) Documentos*. 6 vols. Lisboa: [s.n.].

Dias, Luís Fernando Carvalho (1962). A Covilhan no anno de 1734. *Lanifícios*, nº 145/146/147, 1962.

Henriques, Guilherme João Carlos (da Carnota), *A Vila de Alenquer*, Arruda Editora, facsimile da edição de 1902.

Matos, Ana Maria Cardoso. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Macedo, Jorge Borges (1982). *A situação económica no tempo de Pombal, alguns aspectos*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

Oliveira, Ernesto Veiga de e Galhano, Fernando (1960). *Pisões portuguesas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa.

Pinheiro, Elisa Calado (Coord.) (1998), *Catálogo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior – Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998 [versões em português e inglês]; *Roteiro do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior: Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, [versões em português e inglês].

Pinheiro, Elisa Calado (Dir.) (2008), *Rota da Lã Translana: Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Do Vol. 1, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Pinheiro, Elisa Calado (Dir.) (2008), *Rota da Lã TRANSLANA: Inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios*. Vol. II. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

P.N.A.A. (1962). Algumas Notas sobre a Covilhã no Anno de 1734. *Lanifícios*, Ano XIII, nº 148/149/150, pp.189-228.

Quintela, Artur de Moura (1899). *Subsídios para a Monographia da Covilhan*. Covilhã, 1899.

Rodrigues, Manuel Ferreira e Mendes, José M. Amado (1999). *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*. Mem Martins: Publicações Europa- América, L.da, 1999.

*A Sentinela da Liberdade*. Covilhã (1865, 23 de julho- a 1868, 16 de abril: nºs 1 a 8; 11, 18, 21, 26; 28 a 30; 37 e 38).

Serrão, Joel (Dir.) (1968), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Lisboa.

Silva, João António de Carvalho Rodrigues da (1955). "Memória sobre o estado actual das fábricas de lanifícios da vila da Covilhã e das causas que retardam a sua última perfeição", 2ª ed., pref. de DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Lanifícios* [revista], Lisboa: Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, A. 6, nº 68-71.





**ubi**museum

